FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO SETIMO.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1935

FEIRA DA LADRA

Fêz-se uma tiragem especial

de 8 exemplares

em papel de linho azul

MAIS UM...

Sim, mais um tômo.

Mais um tômo e mais um ano corrido; mais um passo andado, mais um degrau subido.

¿Onde irá dar a cadeia dos anos? Onde os passos a percorrer? E onde os degraus a subir?

¡Mistério! — como se dizia em voz soturna nos dramalhões de «faca e alguidar». ¡Mistério!

Continuamos a clamar:

— ¡Ajudai-nos, leitores! Vinde a nós, amigos e colaboradores!

Fiados em que o nosso apêlo não ficará sem eco, entramos tranqüilamente em novo ano, avançamos mais outro passo, assentamos o pé no degrau que segue. E parece-nos estar daqui a ouvir Vosselências, que nos dizem, solícitos:

— Está certo, amigos, mas — ¡cuidado! Entrem com o pé direito!

O Director.

O Editor.

A "FRASCA" DAS FREIRAS FRANCEZINHAS

s palavras mudam de sentido com o tempo. O que nós hoje chamamos *serviço* (de mesa, de louça, ou de vidros), chamava-se em linguagem conventual de outros séculos— "a Frasca". O que, então, se chamava *serviço* era, sem dúvida, um objecto de louça, mas demasiadamente privado para aqui se nomear pelo seu nome, azado em práticas populares e "asado" também pelo acessório que o caracteriza.

¿Está entendido, não é verdade?

Ora a «frasca» dos mosteiros pobres não se julgue que era de porcelana China. Era de pobre faiança, dizendo com a humildade daquelas casas de Deus.

Em vários museus de arte e de etnografia, aparecem peças desta louça grosseira, salvas dos cataclismos dos tempos e dos homens; e, no esmalte amarelado ou levemente colorido de anil, sempre imperfeito, coalhado

em bolhas no reverso das abas dos pratos, uma vez por outra surgem inscrições—legendas, nomes, símbolos,— a côr de vinho e a azul, pintadas no barro cru, como mandavam os cânones da arte, antes que esta, transmudada em indústria, consentisse as pinceladas em "sandwich", entre dois vidrados.

Poucas vezes, porém, terá aparecido tanta quantidade de detritos cerâmicos como a que eu encontrei num subterrâneo do antigo mosteiro do S.to Crucifixo das Capuchinhas da Bretanha, quando ali se andaram a remover entulhos para o arranjo do terreno onde puz de pé, por ocasião das Festas da Cidade dêste ano, o bairro antigo de Lisboa.

Foi um nunca acabar.

O subterrâneo onde haviam sido os lavadouros (as freiras também, às vezes, tinham contactos com a água), ficavam sob os antigos refeitório e cozinha das Francezinhas. Quando da destruição do edifício em 1911, a abóbada de tejolo, rôta pelas picaretas, abriu a fauce às coisas desprezadas pelos demolidores, e para lá se atirou de cambolhada, tudo quanto lhes pareceu. Quási cheio, o depósito improvizado abandonou-se. Passaram anos; as ervas cresceram na terra acumulada sôbre o pavimento superior, e o crime ficou oculto, até que as enxadas dos trabalhadores revelaram de surpreza aquela mina de cacos.

Sensação no pessoal?

Prometi cinquenta centavos por cada peça inteira que aparecesse, para que as enxadas e picaretas se acautelassem na pesquiza; mas pouco depois tive de arrepiar caminho na generosidade, porque os testos de bilhas parece que nasciam do chão e eu não podia lutar contra a lógica dos homens, que asseveravam que eles estavam inteiros. Modificada a promessa, a colheita continuou e, a pouco e pouco, tinha duas mesas cheias de louça partida, cujo apetite dava que cismar à malta

dos pesquizadores.

A «frasca" das freiras Francezinhas era de grosseira faiança, fabricada, talvez, nos oleiros das Janelas Verdes, de São Bento e do Castelo Picão, oficinas a que o saudoso José Queiroz chamava poeticamente «Olarias do Monte Sinay». Achei dois tipos fundamentais, correspondentes ao século XVII e ao século XVIII, tão grosseiras as peças umas como as outras, mas fortemente caracterizadas pela côr e pelo caracter da pintura.

As faianças seiscentistas, pintadas em geral a côr de vinho, distinguiam-se nitidamente da produção do século seguinte, decorada a azul, com o desenho um pouco menos bárbaro, e o esmalte tendendo para o anilado em vez do amarelento, caracterisco anterior. Duas peças (um púcaro de duas asas e um prato pequeno) eram esmaltados a azul forte.

No bojo do púcaro adivinhavam-se letras em caracteres mais escuros (caso raro), significando o nome da freira possuidora.

Outro prato, que apareceu partido, tinha uma decoração característica do princípio do século XVIII, a côr de vinho (uma retícula feita por diagonais, com laços nos cruzamentos) que devia afectar no conjunto a forma estrelada.

Misturados com a (louça grossa das olarias), como então se dizia, depararam-se-me vários cacos de porcelanas Chinas e de Delft, restos de boiões, de tegelas e de pratos, principalmente dêstes; alguns lindíssimos. Era com tais detritos cerâmicos que as freiras fizeram o altar de embrechados da capela de S. Pedro erecta na cêrca, altar que eu bem conheci antes do templozinho servir, em 1911, de arrecadação de ferramentas [1].

(1) Esta capela de S. Pedro, mais tarde utilizada, com vários telheiros adicionados, em casa de moradia de uma pobre, foi, nas obras da construção do bairro antigo, restaurada e transformada em capela de S.to António da Oliveira.

De uma maneira geral, o inventário da «frasca» das Francezinhas era o seguinte:

—Testos de bilhas, uns vidrados na parte superior, côncava; outros de simples barro cozido. Havia-os de todos os tamanhos, desde a tampa minúscula ao disco já considerável que se podia utilizar em cinzeiro.

—Asas e gargalos de bilhas, alguns dêstes ainda com os bocais, de barro vermelho uns; de barro vidrado, verde e amarelo, outros. Apareceram, talvez, uma meia dúzia de bocais modelados a dedo, como que florindo a bilha na parte superior, e dois ou três semelhantes aos das clássicas «bilhas de segrêdo". Uma bilha de alto gargalo e de bojo estreito—tipo setecentista—apareceu intacta.

—Púcaros de barro vermelho, de uma e duas asas. Apenas um, de notável tamanho, surgiu inteiro do entulho.

—Panelas, tachos e frigideiras de barro vermelho, algumas peças inteiras do século XVIII e princípios do XIX; uma tegela de despejo, cuja forma transitava entre a moderna «tegela da casa" e a panela alta que ainda me lembro de ver às pretas da fava rica; frascos altos de barro vermelho, para azeite, amolgados a dedo em cru e com a tampa de coruchéu com iguais depressões; e muitos cacos fraccionados de maneira a não permitir a reconstituição das peças.

—Tegelas de caldo, de faiança, com duas pegas espatuladas e concheadas, para as levar à bôca com o indicador e o polegar, peça a que pertenciam tampa de botão e prato, êste do feitio dos que hoje se usam para pousar os vasos com plantas. Em algumas das tampas, os nomes ou os cargos das madres ou, ainda, a cruz de Malta. Consegui completar quatro destas peças—prato, tegela e tampa. No entulho apareceram inteiros, cêrca de setenta dêstes, pratos dos tamanhos mais variados, desde sete a quinze centímetros de diâmetro.

—Malgas de diversas dimensões, de faiança, umas sem decoração ou com simples pinceladas circulares, a azul, no fundo ou na borda interior; outras com a cruz de Malta, pintada a azul, no fundo.

—Pratos de mesa, variados, de faiança, esmaltados a branco todos, excepto um, a azul. Alguns tinham cruzes de Malta no fundo, outros as clássicas flores ornamentais; dois apareceram do conhecido tipo das *bagas* e outros dois com o nome da proprietária, na aba.

—Saleiros de faiança, esmaltados a branco, uns quadrangulares com a tampa modelada, outros triangulares, tendo todos uma divisória interior. Num dêles, uma cruz de Malta na tampa, a azul. Apenas se encontrou inteiro um dos triangulares.

—Cangirões de faiança, de esmalte branco, com tampa de coruchéu, e bico de cafeteira. Alguns dos pedaços que apareceram, acusavam no bojo, sob a nascença do bico, a cruz de Malta, a azul. Nenhum foi encontrado inteiro.

—Pratinhos de mesa para azeitonas, sem decoração. Esmalte branco ou branco amarelado.

—Pequeninos boiões, que podiam ser da botica conventual e que se usavam para pomadas e confeições para o rôsto. Esmalte branco, sem decoração. Acharam-se três inteiros.

—Boiões de faiança branca, do tamanho de púcaros vulgares. Apareceram dois em razoável estado.

—Placas com pias de água benta, uma do tipo da faiança de Brioso (Coimbra), relevada e pintada a azul; outras do tipo comum da faiança alfacinha. Nenhuma inteira. Apareceram quatro. Uma delas, na placa, tinha escrito *Enfermaria*, em caracteres maiúsculos, a azul.

—Uma figura de presépio, de barro vermelho, com o relêvo bastante gasto.

—Um assobio de barro vermelho, formado por um canudo sôbre o qual pousava uma figura popular de

Tegela de caldo, Saleiro e Tampa de Tegela.
(Des. de C. M.)

çaloia. Apareceu intacto e ainda assobiava. (2)

Tal era a riqueza cerâmica das freiras Francezinhas que o tempo reduziu a cacos.

No subterrâneo, juntamente com a olaria, encontraram-se também uma tesoura de espevitar morrões e uma grande faca de cozinha, de cabo de madeira.

Agora as legendas.

Em tampas de tegelas de caldo encontrei as seguintes:

1.ª—SOR . . . VGENIA. (Eugénia)
2.ª— . . M.ª DO LADO (Catarina Maria do Lado)
3.ª—CEZILIA DOS SARAF . . . (Sarafins)
4.ª—LVZIA DE S.to AN.to
5.ª—A M.e GESTRUDES FVRTVNATA
6.ª—. . . PETVA. . . ARNACAO (Perpétua da Encarnação)
7.ª—. . . . DO VIT. . . (do Viterbo?)
8.ª—. . . BORA DA CR. (Bárbora da Cruz)
9.ª—. E NA-DE . . .E.ª (a Madre Ana ou Mariana de Deus)
10.ª—M.ª DE Sta ROZA
11.ª— A M.e INASIA FRANCISCA (A madre Inacia Francisca)
12.ª—. . A Me IOZEPHA M. . .(A madre Josepha Maria)
13.ª—. . . . ALEIXO
14.ª—. . E LVIZA . .NA DA COM. ca (a madre Luiza Ana (ou Mariana) da Conceição
15.ª—. . . . ALEIXO . . .
16.ª—PAVLA M.ª DA CRVZ

No fundo de tegelas:

1.ª—ESCSIVAN (Escrivan)

(2) O assobio, ou «nêspera», como então se chamava, desapareceu um dia. Fêz-se uma devassa, procurou-se, inquiriu-se, mas tudo debalde. Nunca perdoarei ao ignorado maroto que lhe deu sumiço.

2.ª—REF.^{to} (Refeitório)
3.ª—EMF.^{ra} (Enfermaria)
4.ª—MAFRA (a tinta castanha)

No fundo de um prato:

ALCOBAÇA (a tinta castanha)

Num púcaro de duas asas, esmaltado a azul, as letras:

ROSA MA . . . DE BIT. ^{R}

(¿Será Rosa Maria de Bitancourt?)

Na placa de uma pia de água benta:

EMFER
MARIA

No bojo e na tampa de tegelas, a azul e a castanho:

R. (Refeitório)

Em abas de pratos:

1.ª—S. F.} (a castanho)
2.ª—S. D}

Perdoemos aos artistas pintores a caligrafia e a ortografia das inscrições... nada lapidares, o *R.* de *Escrivam* quási transformado n'um *S* ao invez, a incorrecção das abreviaturas, aquelas *Inasia*, *Furtunata* e *Barbora*, e outras malfeitorias.

As duas legendas *Alcobaça* e *Mafra* intrigaram-me. ¿Tratar-se-ia de louça fabricada nas duas vilas extremenhas, ambas em regiões pródigas de barros?

As iniciais nas abas dos pratos, prestam-se igualmente a várias conjecturas. O que, porém, mais interessa é a individualização das donas das faianças de cela e de mesa.

A madre Paula Maria da Cruz, dona da tegela de caldo, que consegui reconstituir, foi uma das predestinadas da infeliz comunidade: D. José Barbosa, cronista do desaparecido mosteiro, narra-lhe a vida de sacrifícios e de devoções. Olhando para a sua pobre baixela de barro, não podem esquecer as palavras do erudito clérigo que lhe traçou o panegírico: " *adoeceu de tysica, e*

como no seu coraçaõ ardia o amor da pobreza, causavalhe hum grande martyrio ver que a louça de que se servia era particular, e como padecia hum extraordinario fastio naõ se podiaõ aproveitar os pobres do que ella naõ podia comer. Paula Maria da Cruz, que era brasileira, morreu na madrugada de 25 de Junho de 1747. Ainda não tinha 36 anos.

A madre Catarina Maria do Lado, cujo nome estava inscrito, a castanho, na tampa de uma das tegelas encontradas, foi duas vezes abadessa no mosteiro e uma das fundadoras, em 1706, primeiro porteira e depois vigária, do convento de Nossa Senhora da Luz, fundado por Nuno Barreto Fuzeiro ao pé de Carnide.

As madres Inácia Francisca, Rosa Maria, Luiza da Conceição, Maria de S.ta Rosa, Mariana de Deus, Bárbara da Cruz, Gertrudes Fortunata, Perpétua da Encarnação, Cecília dos Serafins, Eugénia, Maria do Lado, recordadas nas inscrições encontradas, não deixaram história. Pertenceram à legião anónima das sacrificadas.

Luzia de S.to Antonio, cujo nome apareceu pintado, noutra tampa, era a freira conhecida pela alcunha devota de "Amazona Seráfica", gigante da clausura a quem não servira vestido, luvas, ou calçado algum ao professar, e que, antes de entrar nas Francezinhas para servir ora de exemplo de humildade e devoção, ora de riso pela sua ignorância e rudeza, fôra uma labrega desempenada e brava, cujas proezas, desembaraços e pugnas eram celebradas em Valença do Minho.

Outra freira — a madre Josefa Maria — cujo nome o oleiro pintou noutras peças de barro, foi uma das abadessas do mosteiro e uma das mais célebres tratadoras de galinhas de que houve memória em clausuras. Quando a elegeram, estava ela a deitar milho nas capoeiras conventuais, e quando morreu, em 17 de Julho de 1703, deixou de si duradoura lembrança.

Em duas das tampas encontradas, inscreve-se um

simples nome: *Aleixo.* Nem „soror", nem "madre", nem nada. Fôra assim conhecida, por excesso de humildade, a maior das figuras daquele claustro, a M.ª Maria de S.to Aleixo, a prelada fundadora, e a primeira Francezinha que veio para Portugal com a raínha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, em 1666, e a cuja personalidade esteve estreitamente ligada tôda a política enredada e suja da filha da duqueza de Nemours.

Tenho aqui, defronte de mim, o prato e a tegela coberta que foram da sacrificada freira do convento das Capuchinhas de Paris, filha de Aleixo de Mauselá, senhor de Buc, governador de Anet e mordomo de Luiz XIII de França. Por ela tomou a freira os seus caldos humildes; nas suas pegas tocaram os seus dedos patrícios. A crónica conventual atribuiu-lhe milagres e prodígios, como o de olhar fita para o sol sem pestanejar; mas o maior de todos os milagres foi êste: — conseguir que a sua tegela de caldo escapasse do tempo e dos homens e chegasse inteirinha, duzentos e cinqùenta anos depois, às mãos do servente Manuel Vales, que a encontrou, entre milhares de cacos, nas fundações da *Nova Lisboa Antiga.*

MATOS SEQUEIRA

USOS E COSTUMES DA ILHA DA MADEIRA (1)

V—ALGUMAS PALAVRAS INDÍGENAS

No intuito de contribuirmos, embora modestamente, para o estudo do «falar» madeirense, e na esperança de que um dia, mais ou menos próximo, alguém se lembre de realizar um trabalho competo sôbre a etnografia do Arquipélago, tão rica mas, infelizmente, tão pouco estudada, damos aos leitores da "Feira", como apenso modesto aos subsídios dispersos por livros e revistas portuguesas e estrangeiras, umas tantas palavras por nós colhidas, ultimamente, em alguns pontos desta encantadora Ilha, a qual tão justamente mereceu ao glorioso restaurador da Polónia, Marechal Pilsudski, a-quando da sua passagem pelo Funchal, a feliz expressão de que *mui ditoso era o país que tinha a sua Sibéria em a Madeira.*

Era bem maior a lista organizada; porém, ao consultarmos alguns — não todos — dos estudos já publicados sôbre o assunto, notámos que havia repetição de grande número de termos, e por desnecessários os suprimimos.

---

(1) Vid. tômo V, págs. 178.

São dignos de consulta, pela abundância de elementos dados, os dois interessantes trabalhos: ***Palavras do Arquipélago da Madeira***, opúsculo do Snr. Emânuel Ribeiro e ***Subsídios para o Cancioneiro da Madeira***, do Snr. Urbano Canuto Soares artigo inserto no vol. XVII da «Revista Lusitana». Notamos ainda os escritos do Snr. Visconde do Pôrto da Cruz, distinto folclorista regional, que muito se tem dedicado a tão importante ramo da etnografia.

Abelhinha — Automóvel pequeno (para 3 ou 4 pessoas).

Banano—muito grande. «Ex: um *banano* dum homem».
Baraço—espécie de cordel que serve para amarrar os molhos de feiteira, etc.
Brónica— face, rôsto. (Deve ser corruptela de *verónica*).

Cabedal—abundância. Ex: «Um cabedal de vinhedo». (Colhido nos Canhas).
Candieiro — guia de bois. (Vem registado em Cândido de Figueiredo unicamente como guia duma corsa).
Cravão—carvão.
Cunapar — apontear. (Colhido no Seixal e Ponta Delgada).

Devagarinho—devagar.
Desbanjar—desbaratar. (De esbanjar).

Falaço—falatório, murmuração.
Falagarto ou *flato*—desmaio causado por fome.
Forçoso—forte. Ex: «Estas videiras são mais forçosas».
Frâima—desgôsto.
Freicheiro—excessivamente frio; cortante. Ex: «Tempo freicheiro» (Gaula).

Gavela—molho pequeno.

Gavineu — blusão (Ponta Delgada e Seixal).
Gazino — casaco.
Gervão — açafrão.
Grelar — despontar. Ex: «¡ Anda, moça, q'a manhã já grela!», em vez de «anda, que a manhã já desponta». (Ouvido na Lombada de S.[ta] Cruz).

Hôme — homem.

Istruir — estragar. Ex: « Metes ao cote p'ra istruir » em vez de «metes ao serviço da casa para estragar». (Corrupt. de ***destruir***).

Jaleque — casaco, blusão (Canhas).
Jinela — janela.

Manstrunça — desleixada. Ex: «Mulher manstrunça».
Míngua — mal, dano. Ex: «Não faz míngua».

Pouvêdo — multidão. Ex: «¡Que pouvêdo!» Também se diz ***povio*** e ***poviço***.
Povia de, e ainda ***por videle*** — por via de, por causa de, ou dêle (Seixal).
Prego — pélago. Ex: «Deitas ao prego do mar».
Putregos — embrulhos (Ponta Delgada).

Sapático — simpático. Ouvimos em Machico a seguinte frase: «Depois de casada tá más sapática».

Tramar — compreender. Ex: «¿Estás tramando?»
Trêpega — rasgão, pegadela (Seixal).
Trincar — receber. Ex: «Não trincas isto nem prá gerno» (não apanhas isto nem cousa que se pareça).
Trouve — o verbo ***trazer*** no pret. perf. do indic., que costumam conjugar como: ***truve, trouveste, trouve***, etc.

Vigairo—vigário.
Vais—depois (Camacha).

Zongo—barretinho de orelhas à camacheiro.

Funchal, verão de 1935.

FERNANDO DE AGUIAR

UMA CARTA DE AMOR

UIZ o acaso que viesse parar às nossas mãos, já um pouco amarelecida pelo tempo, a curiosa carta — modêlo de estilo epistolar — que se publica a seguir. E' encabeçada por uma interessante grinalda ladeada por 2 corações, tudo colorido a lapis azul, encarnado, amarelo e verde. Sôbre a grinalda, na altura dos corações, poisam dois pombos. No bico de cada um, uma carta.

Na 2.ª página, e ocupando-a tôda, a seguinte quadra (respeitada a ortografia):

As tranças do meu cabelo
Tão loiras e prefumadas
São rêdes aonde se prendem
As almas apaixonadas,

por baixo da qual, envolvido por outra grinalda a lápis azul e encarnado, em letras a verde e azul, se lê:

AMŌR
TU - NACESTE
PARA - MIN
O - AMŌR QUE CONSSAgro
SO ✦ POR ✦ MORTE ✦ TERA FiN

Vamos agora à transcrição da carta, mantendo, já se vê, a ortografia e pontuação, para bem se poder saborear.

AMŌR

Se há primeira não respondes
Há segunda manda recado,
Tenha dó de este coração
(Que por si anda apaixonado).

Meu Saudozo Amôr

São estes os mais cinseros votos para conssigo é que esta minha amavel cartinha que o encontre de uma saude resestente, que eu bem assim como minha familia ficamos bem.

Snr. Manuél resolvi hoje escrever-lhe estas duas regras unicamente para saber do seu bem estar e lealdade dos nossos corações que me obriga a notar-lhe estas duas simples regras.

No entanto no meu pençamento vive uma iluzão não sei se isto será advinha se que é pois no entanto é o seguinte o Snr. toma amores diferentes aqui perto mas não se me da disso fara o que melhor lhe aparecêr não digo com isto que deixe uma ou umas para falar para mim que não se me dá fará o que entendêr Não lhe digo mais nada.

Espero pela sua resposta em vindo; queria-lhe dizer mais alguma coisa mas tempo já não tenho Que são horas de correio;

Com isto termino enviando muitas recomendações de meus pais e de toda a minha familia.

Agora arreceba uma viva Saudade de esta que o ama estima com respeitoza amezidade.

Maria Rita Adeus Amôr

Seus olhos são dois tinteiros
Seu nariz pêna afiáda
Seus dentes letra miuda
Sua bôca carta fechada.

A seguir a esta quadra estão três letras maiúsculas ilegíveis.

Não se pode deixar de concordar que esta carta é, no seu género, bastante curiosa, devendo merecer a atenção dos apaixonados do folclore e da arte popular.

Outubro—1935.

LUCIANO RIBEIRO
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES.

A BOTICA DE FÉLIX CURVO

Quem entrasse na «Lisboa Antiga» pelo Chão da Torre, atravessasse a Praça Nova e passasse sob o Arco do Macedo, desembocando na rua do Tronco, topava, logo à direita, com a botica de Félix Curvo Semedo, que era, sem dúvida alguma, o mais típico interior da maravilhosa reconstituïção de Matos Sequeira.

Logo no limiar da porta, olhando só o conjunto, estranha surprêsa se apoderava do visitante, mesmo prevenido, que não esperava sentir-se, de súbito, mais do que até ali, transportado a épocas distantes.

Mas mil detalhes prendiam já a sua curiosidade, não lhe deixando repousar os olhos, e um ambiente acolhedor o convidava a entrar.

Não era possível duvidar: ¡estava no interior discreto, socegado, levemente misterioso, de uma autêntica farmácia do século XVIII!

Amplo balcão carregava um mundo de coisas: a balança de latão e seu jogo de pesos, o candieiro de três bicos, o tinteiro com as penas de pato, dois ca-

nudos de vidro com caracois, um lindo aquário gravado, com «bichas», e, a um lado, o *Regimento dos preços para os Boticarios venderem as medicinas*, datado de 1763.

Uma grande arca de sucupira, sôbre a qual se via outra balança, um relógio de caixa alta e alguns bancos, completavam o mobiliário.

À entrada, à esquerda, um busto de Galeno, tendo por base alto plinto de madeira; em um nicho da parede, mais além, um lavabo de faiança; ao fundo, à direita, uma prateleira carregada com velhos formulários; a um canto, um jôgo de gamão, para uso dos freqüentadores mais assíduos, em tardes e noites de cavaco; numa parede mais recuada, uma víbora embalsamada.

Rica era esta farmácia em almofarizes, pois além de um, grande, de bronze finamente trabalhado, com seu enorme gral, e de um outro, sumptuoso, todo de ágata, possuia alguns mais, de variados tamanhos, de mármore, de marfim, de vidro e até de loiça.

Mas o maior interêsse desta felicíssima reconstituïção, na qual Matos Sequeira teve excelentes colaboradores, estava, para mim, no vasilhame cerâmico que ocupava a singela armação de pinho e que guarnecia, por assim dizer, tôdas as paredes.

Uma autêntica e preciosa colecção de potes, canudos e garrafas, na maioria rotulados, oferecia ao visitante largo campo de recreio e de investigação.

Num grupo de canudos, do tipo clássico do século XVII, quási todos serviram a unguentos:

U. Apostol. (Unguentum Apostolorum)
U. Popoli. (U. Populeum, ou U. de Populeão)
V. Agripa. (U. Agrippæ)
V. Litargir. (U. de Lithargyrio)
V. Minio
U. Althea

Os outros contiveram raízes, sementes, etc.:

R. de Galang. (Raiz de Galanga)
S. Pioni. (Semina Peoniæ)
S. Sinap. (Semina Sinapis)
G. Hedera (Gummi Hederæ)
Lapis Imatitis (Lapis, ou pedra Hematite)

Um pote bojudo, português, ostentava este rótulo:
C. de Flor de Bor. (Conserva de Flor de Borragem).

E outros dois, mais elegantes, italianos e de boa época, os de unguentos famosos:

U. Aegyptiac. (Unguento Egipcíaco)
U. Sandalino

Em quatro canudos, também italianos e igualmente raros, lia-se:

Ialap. (Jalapa)
U. Cucur. (U. Cucurbitæ)
Verat. N. (Veratrum Nigrum)
R. Chin. (Radix Chinæ)

Dois outros, nacionais, brancos, muito mais modernos, diziam:

Aristol. (Aristolochia)
Sem. Fr, (Semina Fraxini)

Vários potes e canudos esponjados de azul, tinham raro e especial interêsse: rótulos côr de vinho, como êstes:

Cons. Ros. Rub. (Conserva de Rosas Rubras)
Cons. Ros. Pallid. (Conserva de Rosas Pálidas)
Manna Cummum
F. Tamarid. (Frutos de Tamarindo)
G. Mirrha
G. Thragacant. (Goma Thragacanta ou Adraganta)
R. Valeriana

E muitos poderia ainda citar, se não fôra tornar-me fatigante...

Mas, se ao visitante mais curioso fôsse permitido

verificar que, infelizmente, tôdas estas peças se encontravam vasias, outras, de vidro, tinham a missão de satisfazer os mais exigentes. Vários canudos pequenos continham: Passas de Uva — Cantáridas — Amêndoa amarga — Guaiaco — e, em nove grandes boiões com gargalo estreito, formando curioso friso sôbre a armação, podiam vêr-se drogas diversas: Mirabolanos — Maçãs de Cipreste — Quina amarela — Sementes de Dormideiras, etc.

Encerrada a «Lisboa Antiga», tudo isto se dispersou e foi entregue a seus donos.

¿Será possivel que, um dia, a boa vontade de alguns dêles torne possível a reconstituïção permanente da efémera e curiosíssima botica de Félix Curvo?

Ampliado e melhorado o que se fez no Caminho Novo — esfôrço magnífico a que presto as minhas homenagens, — e trasladado a local apropriado, teriamos dado o primeiro passo para uma obra de maior envergadura: a instalação, em Lisboa, ou mesmo, se quiserem, em Coimbra, de um Museu de Medicina e Farmácia — velha aspiração, certamente, da meia dúzia de estudiosos que entre nós se teem ocupado de farmacologia.

D. Sebastião Pessanha

Sintra
Outubro
1935

O CANTO DO CISNE

Os meus 39 anos de serviço público foram coroados no dia 20 de Junho do ano passado com uma aposentação requerida por mim, por me julgar fìsicamente incapaz para a actividade burocrática.

Estive 31 anos na Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo e 8 anos no Arquivo dos Feitos Findos, dependente do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.

As minhas pesquisas naquele arquivo são atestadas pela reünião de 429 maços com os documentos mais importantes que encontrei dispersos; pela publicação de vários artigos no «Instituto" de Coimbra e nesta "Feira da Ladra", e com a organização de um arquivo de processos de justificação de nobreza, que, se continuasse no futuro, substituiria com vantagem o Cartório da Nobreza, destruído pelo terremoto de 1755.

De muitos processos e documentos dos Feitos Findos tomei notas, que, oferecidas a várias pessoas, têem sido já aproveitadas. As restantes são-no hoje, e constituem, portanto, o meu canto do cisne nesta preciosa revista.

*

De tôdas as obras de Camilo, *os Mysterios de Lisboa* são uma excepção na sua maneira de escrever. Assim como *A Corja* e o *Eusebio Macario* são duas provas de quanto êle era capaz se enveredasse para o realismo, assim os *Mysterios de Lisboa* atestam a sua habilidade para escrever livros à maneira de Ponson du Terrail, porque nêsse romance sobejam muita imaginação, segurança no enrêdo e hábil conseguimento do interêsse pelo desenlace.

Os *Mysterios* são um romance de capa e espada: intrigas, diários íntimos, tragédias de família, punhais, mortes misteriosas, confissões à hora da morte, — tudo cousas tétricas.

O herói principal é um padre—Diniz Ramalho e Sousa—que aparece pelo romance adiante, filho de grande herói, defensor de honras manchadas, protector de mulheres desgraçadas e, no fim, apaixonado como todos os homens. A pag. 151 do vol. I do romance (edição da T. da Queimada) diz-se onde morava o padre: — Largo da Junqueira, 44.

Pois bem: no Arquivo do Ministério da Justiça, hoje incorporado nos *Feitos Findos*, fui encontrar um requerimento de um oficial maior graduado daquele Ministério, André Joaquim Ramalho e Sousa, morador precisamente no Largo da Junqueira, 44, pedindo um mês de licença.

¿Não será estranha a concordância dos apelidos? Vê-se que os do Padre não fôram invenção de Ca-

milo e que existiu em 1830 e tantos um sujeito com os mesmos.

¿Haveria qualquer parentesco entre um e outro?

Entre os papeis que pertenceram àquele oficial maior e que estavam no maço 52—*Papeis particulares da Secretaria*, havia um caderno manuscrito com êste título: *Diario da minha triste vida*. Li-o todo, e ainda hoje me recordo de que me interessei a tal ponto pelo seu conteúdo, que me comovi com algumas passagens descritivas das desgraças acontecidas a André Ramalho e Sousa. Entre tantas, tomei nota da seguinte:

"Maria Amália, Emilia, Antonia, trez infelizes victimas de uma mãe desnaturada; Maria Amália, pallida cecem, quanto te amei e quanto te fiz sofrer, perdôa-me e sê, no assento etereo onde subiste, o anjo protector da minha vida, da minha triste vida."

Maria Amália, Emília, Antónia, são três personagens do romance *Mysterios de Lisboa*, filhas de uma bacalhoeira que assassinou um monsenhor da Patriarcal e que foi depois roubada pelo judeu Azarias Pereira.

Uma tragédia horrorosa, todos os três volumes dos *Mysterios de Lisboa* e da sua continuação *Livro Negro de Padre Diniz*.

*

Passemos adiante.

Houve na Secretaria da Justiça, aí por volta de 1820, um alto funcionário chamado Bartolomeu dos Mártires, que chegou a ministro da justiça.

Era um fervoroso coleccionador de tudo quanto lhe fizesse recordar o seu homónimo de Braga, tão preciosamente biografado por Frei Luiz de Sousa. E relacionou tudo o que havia reünido até então: pinturas, gravuras, litografias, livros, documentos, etç. Devia de ser

uma colecção única e de grande valor, em quantidade e portanto em qualidade.

Entre outros números dessa relação, que estava na pasta 4 do Arquivo da Justiça, tomei nota dêste, que ofereço à pesquisa dos críticos de arte:

"Retrato de Frei Bartholomeu dos Martyres, gravado por Bartolozzi (segundo me disseram) na figura e por Francisco Thomaz de Almeida na paizagem. Outro na colecção do Governador (do reino) Ricardo Raymundo Nogueira".

Hoje em dia, à distância de um século, as opiniões sôbre a autoria de uma gravura falhariam, mas naquele tempo, 1820, a cinco anos de distância da morte de Bartolozzi, essas opiniões não falhavam e, portanto, podemos acreditar que Bartolomeu dos Mártires, atribuindo a gravura àquele gravador, a-pesar-de lho terem dito, não duvidava de que ela lhe pertencia realmente.

Mas, sendo assim, ¿porque razão Bartolozzi não assinou o seu trabalho e se tiraram sòmente duas provas, que não chegaram até nós?

A figura moral do Arcebispo e quiçá alguma passagem da sua vida, por exemplo a do capítulo XX do vol. I da edição de Paris, de 1760, deviam ter tentado o buril de Bartolozzi e o do seu discípulo amado, Francisco Tomaz de Almeida.

E decerto êles conheciam os únicos retratos existentes do arcebispo: o de João Schorquens na *Vida de Dom Frei Bertolameu dos Martyres, por Frei Luis de Cacegas, reformada por Frei Luis de Sousa*. Viana 1619, e o de João Noort na *Vida de D. Fr. Bartolomé de los Martires, por el licenciado Luiz Muños*, Madrid, 1645, e poderiam concluir que o de Noort fôra copiado do de Schorquens e, tanto um como o outro, não davam uma interpretação assaz significativa de uma figura tão excepcional na história eclesiástica portuguesa.

Não é para admirar que o gravador florentino ti-

vesse aberto a figura da estampa e o gravador português a paizagem. Parece que o primeiro era mais perito em figura do que na paizagem, porque no apogeu da vida, quando trabalhou em Londres, a sua obra *The Death of the Captain Cook* foi feita por dois — as figuras por êle, a paizagem por Byrne.

E em outros mais trabalhos, como se pode ver em *Francesco Bartolozzi, R. A. A biographical essay by J. T. Herbert Baily*, London, Otto Limited, 1907, a sua comparticipação é atestada.

*

Outro assunto. Nas Comunicações do Intendente da Polícia ao Govêrno, hoje também nos Feitos Findos, havia um processo instaurado para apreensão de uma chapa de cobre, mandada abrir em 1824, em Paris, ao gravador Mailard, pelo Barão de Quintela, para a publicação da gravura intitulada: *Allegoria do 1.º de Setembro de 1820*, com que êle pretendia solenizar esta data, que não significa mais do que a entrada em Lisboa das tropas da junta do Pôrto.

Não se sabe a razão porque o govêrno de 1824, logo que soube do projecto do Barão, mandou apreender a chapa de cobre e as provas que haviam sido tiradas. Tôdas as diligências foram feitas pelo Intendente Geral da Polícia, que não descançou emquanto todos os exemplares (686) não deram entrada na Intendência, onde foram queimados, e inutilizada a respectiva chapa.

Ao faro policial escapou uma que o Intendente procurou por todos os meios apreender, mas, segundo se depreende das próprias palavras da *Comunicação*, ela estava em poder de alguém do govêrno, que talvez fôsse um apaixonado coleccionador.

É, portanto, um exemplar único essa gravura, (se é que chegou até nós, gravada por L. Maillard, sôbre desenho de António Cândido Cordeiro.

*

E já que tenho falado em gravuras, seja-me permitido ocupar-me de um assunto que não se relaciona com o Arquivo dos Feitos Findos.

¿Porque será que todos os retratos em meio corpo de D. Miguel, nos quais êle se apresenta radiante de mocidade, com a farda constelada de crachas, o colar do Tosão de Ouro e a banda das Três Ordens, a-pesar-de ser o mesmo desenho em tôdas as estampas, estas são assinadas por diferentes nomes.?

Tôdas elas são em meio corpo e cópia fidelíssima da pintura do austríaco João Ender, feita *do natural*, em 1827, quando êle era já rei de Portugal.

Depois do trabalho do artista austríaco, todos os que quiseram abrir gravuras, fizeram-no sôbre aquêle trabalho, dizendo-se autores delas, sem respeitarem a procedência.

Só Gaspar Francisco de Queiroz, em 1828, foi sincero, porque desenhou sôbre a *pintura do Ender para huma lithografia sahida da Regia Officina Typografica.*

Conhecemos êstes exemplares:

—Gravura de Jos. n. Fer. Strober in Stahl, sôbre desenho de Gonsalva (italiano?).

Êste exemplar tem as legendas em alemão e D. Miguel é o *Tyranun von Portugal.* (Há na nossa colecção).

—Gravura de Fer. Strober, de Viena, sôbre a pintura de Joh. Ender.

Êste exemplar tem as legendas em português, e D. Miguel é Regente dos Reinos, etc. (Há tambem um na nossa colecção).

—Gravura de Renaud sôbre desenho *do natural*, por C. B.

Êste exemplar tem as legendas em português, e D. Miguel é regente; mas algum apaixonado partidário, quando êle foi rei, raspou as últimas quatro letras da

palavra *Regente* e acrescentou um *i*, e ficando *Rei*. Já temos visto mais de um exemplar com esta correcção.

(Colecção Gusmão Navarro).

¿Haverá mais algumas?

João Jardim de Vilhena

Agôsto de 1935.

O CARETO DE VALVERDE

Ao querido amigo e
Distincto Etnógrafo
Cardoso Martha

A Quinta de S. Pedro (1), pela quadra do Natal, quando se ouvia o vibrante rataplão duma caixa na ladeira dalém, era um reboliço de todos os demónios.

— Aí vem o *carêto!* Aí vem o *carêto!*

— Fugi, raparigas, que aí vem o *diabo!*

As mulheres e, sobretudo, as raparigas, em corrida célere, escapavam-se para casa a esconder-se. Se as portas não ofereciam resistência bastante, e o esconderijo não era seguro, procuravam abrigo em casa dos vizinhos.

Um pouco antes do carêto chegar à quinta, o rata-

(1) A Quinta de S. Pedro é uma pequenina povoação de cêrca de 30 fogos, situada na margem esquerda do Rio Sabor em termo da freguesia de Meirinhos e concelho de Mogadouro.
Valverde é freguesia confinante.

plão voltava a ouvir-se. Era o último aviso, às mulheres e às raparigas, de — salve-se quem puder.

Alguma mais retardatária, esbaforida, enfiava-se na primeira casa amiga ou parente.

Agarrados às saias das mãis, os filhos pequenos, aterrados, nem se mexiam, não fôsse o menor ruido dar senha ao *diabo* que, em grande algazarra, aos urros e com forte gritaria, acabava de entrar ao fundo do povo (1).

¿Mas para quê tanto alvoroço? ¿Qual a razão que levava as raparigas a escapulirem-se e a fecharem-se a sete chaves?

É que o carêto era atrevido.

O menos que fazia à rapariga que conseguia agarrar, era dar-lhe um par de abraços bem arrochados e fazer menção de a beijar com a horrenda máscara que lhe cobria a face.

Mas o carêto podia ir mais além. A par dos abraços iam uns beliscões de mistura e, sempre que podia, não deixava de lhes apalpar atrevidamente os braços roliços.

Algumas, mesmo sem querer, quantas vezes mostravam a fralda, pois o carêto podia levantar as saias às raparigas, sem que por isso elas se considerassem ofendidas e sem que êle incorresse em falta grave pela qual

---

(1) *A Festa dos Rapazes* é um velho uso levado a efeito pelos moços solteiros de muitas aldeias do concelho de Bragança, os quais levam a cara tapada com máscaras de latão ou de cascas de árvores e muitas vezes simulam figuras de bois e de bodes. O ilustre Abade de Baçal, P.e Francisco Manuel Alves, nas *Memórias Arqueológico-Históricas do Districto de Bragança*, Vol. IX, Porto, 1934, ao fazer a descrição da *Festa dos Rapazes* diz a pág. 289: «metem-se pelas casas, aterrando os rapazes pequenos, aos quais fazem mil diabruras obrigando-os a ajoelhar, a pedir-lhes perdão, a bênção e a persignar-se, espancando-os com bexigas de porco cheias de ar, que fazem grande ruido e nada magoam».

Sôbre *A Festa dos Rapazes* ver trabalho do mesmo A. in «Ilustração Trasmontana», 3.º ano, Pôrto, 1910, p. 178 e segs.

lhe pudessem tirar satisfações (1).

Mas o carêto, decididamente que não vinha a S. Pedro só para encurralar as raparigas e dar um ou outro abraço nas mais desprecatadas. O seu fim era outro, bem diferente. O carêto vinha mascarado de *diabo* (2) pedir esmola para o Menino Jesus. Por isso, acompanhado pelos mordomos do Menino, ía de porta em porta batendo com uma grande moca: Truz! Truz! Truz!

E engrossando a voz de modo a não se dar a conhecer:

---

(1) A propósito, parece-me interessante referir um extravagante costume trasmontano das povoações de Castrelos e da Portela, ambas no concelho de Bragança.

O erudito Abade de Baçal, P.e Francisco Manuel Alves, na sua obra monumental já cit., Vol. IX, p. 242, descreve assim êste curioso costume: «na última noite do ano os homens entram pelas casas adentro dos visinhos, arrombando portas e janelas, se fôr preciso, para dar três nalgadas com a mão ou chinela nas *nalgas* das mulheres, mesmo que estejam deitadas na cama, afim de andarem espertas todo o ano, dizem êles».

(2) Com o nome de *diabo* ou *morte* é conhecido um outro mascarado que, em Bragança e Vinhais, sai em quarta feira de cinza.

O P.e Francisco Manuel Alves no IX vol. das suas *Mem. Arq.-Hist.* etc. cit., a pág. 300 e 301 descreve assim esta estravagante figura: «vestida de casaco e calças de lona oleada, máscara na cara, carapuço na cabeça, tudo pintalgado grotescamente, empunhando um gadanho e um chicote para vergastar o rapazio que, em chusma, a moteja, gritando ensurdecedoramente após ela: ó Morte, ó lagão, ão, ão».

Êste costume, segundo Adolfo Coelho, cit. pelo P.e Francisco Manuel Alves "A Tradição", I, p. 33 e 38", «relaciona-se com a liturgia mítica de expulsar o inverno representado pela morte.

Porém, segundo a opinião do erudito Abade de Baçal (baseado em Nieupoort, *Rituum*, etc, p. 348, e em Moreri, *El Gran Diccionario*, artigo «Fiestas») esta velha costumeira trasmontana «deve filiar-se nas festas Lupercais, celebradas pelos sacerdotes de Pan a 15 de Fevereiro, que despidos, tapando apenas as partes genitais com uma tira de pele caprina, recentemente imolada, e tinta de sangue, percorriam as ruas, batendo com um chicote em quantos encontravam, principalmente nas mulheres que julgavam fecundar com estas pancadas».

—¡Esmola p'ró Menino Jesus! Mas também quero p'ró *diabo*...

O *carêto* era, pois, o *diabo*. A sua esmola guardava-a num saco que trazia às costas, à maneira do sarrão dos pastores. As esmolas para o Menino eram guardadas pelos mordomos, que para êsse fim acompanhavam o *carêto*.

Todos davam esmola. Uma ou duas chouriças, ou figos secos, ou amêndoas, ou pão, cebolas, batatas, maçãs, laranjas, etc. Outros davam dinheiro, ou qualquer das coisas referidas e dinheiro tambem.

Apezar das suas largas prerrogativas, o carêto não obrigava ninguem a dar. Cada um dava o que tinha na devoção, e todos davam de bom grado.

Isto passava-se em S. Pedro, uma das quintas da freguesia de Meirinhos; mas nas outras partes era na mesma (1).

O carêto que vinha a S. Pedro era o de Valverde, que também ía a Soutinho, Roca e Santo-André, três pequeninos povoados ou quintas que lhe ficam no termo.

De 20 de Dezembro até aos Reis, o carêto de Valverde saía a pedir esmola para o Menino. As saídas certas eram na véspera e no dia de Natal, no dia de Ano Novo e no dia de Reis. Fóra disso, podia sair noutro qualquer dia.

Aos domingos era quási certo vê-lo andar atrás das moças em Valverde, a pedir esmola para o Menino e a desinquietar tôda a gente da casa com os assaltos que inesperadamente fazia.

As raparigas não eram as que menos gostavam da brincadeira.

---

(1) Mascarados com indumentária, máscara e finalidade semelhante à do carêto de Valverde, embora com nomes diferentes, ainda hoje saem pelo Natal em Bruçó, Bemposta, Urrós, Tó e Sanhoanhe. Noutros tempos saíam tambem em Meirinhos, Castelo Branco e Quinta das Quebradas. Eis algumas das suas designações: *velho*, *carêto*, *chocalheiro* e *diabo*.

O CARÉTO DE VALVERDE
(Des. de C. M.)

TOMO VII, PÁG. 32

Vejamos agora como o meu informador, que várias vezes andara de carêto, me descreveu a indumentária e a máscara dêste atrevido pedinchão.

O carêto vestia um fato inteiriço, semelhante aos fatos de macaco que usam os mecânicos, denominado *farda*, feito de lôna ou serapilheira e pintalgado de amarelo e vermelho—*assim a modo de salamandra* (sic).

As calças eram largas com franja vermelha no fundo da perneira. As mangas também largas e com franja. Nas ombreiras, uma espécie de dragonas, como as dos oficiais, feitas igualmente de franja vermelha.

A farda terminava por um capuz rematando justo à máscara, presa à nuca por cordões.

O carêto empunhava uma grande moca, com a qual fazia menção de bater a torto e a direito no rapazio. Quando os rapazes na surriada que faziam ao carêto o insultavam mais àsperamente, aí lhe ía a moca arremessada às pernas. Apanhasse ou não com ela, ninguém lhe deitava a mão.

A máscara, feita de pau, pela sua fealdade tinha fama entre as congéneres.

Apresentava dois grandes chifres de carneiro bem retorcidos, feitos na própria madeira, e uma serpente enroscada nos mesmos. Era pintada de negro, soturna, com a lingua de fora pintada de vermelho, e dentes arreganhados feitos de vidro. Nariz enorme e muito feio. Os olhos grandes tinham vidros por dentro.

E o meu informador, que bem conhecera a máscara por também a ter trazido algumas vezes, acrescentava:

—Era uma coisa bestial de feia.

E aludindo ao grande pêso da mesma:

—O que andar um pedaço naquele serviço aquece assim de-veras.

Por isso, durante o dia, os rapazes revezavam-se, vestindo a *farda* ora um, ora outros.

Assim me contaram no Natal de 1934, à lareira, como era o carêto de Valverde, que há mais de 15 anos deixou de sair na sua volta precatória pelo povo e pelas quintinhas situadas no seu termo.

SANTOS JÚNIOR
TITULAIRE DE LA SOCIÉTÉ D'ETHNOGRAPHIE DE PARIS

NÓTULAS ETNOGRÁFICAS DA VIDIGUEIRA

RAÇAS à cativante amabilidade duma distinta senhora da Vidigueira, em cuja família há honrosas tradições de cultura literária, pois é filha do Dr. Domingos Garcia Peres, o erudito autor do *Catalogo razonado* e mãi do já falecido Dr. Domingos Fernando Garcia, ensaista de raros e elevados méritos, passei as minhas férias da Páscoa naquela encantadora vila alentejana.

Facilidades concedidas pela minha atenciosa hospedeira permitiram-me colher algumas notas de etnografia entre a gente do povo, nomeadamente entre o pessoal de trabalho da casa.

Vão hoje a público essas notas. E que elas sirvam aos trabalhos dos estudiosos, são os meus votos.

A' digna Senhora que foi a minha hospedeira, lhe consigno aquí, por todos os motivos, a expressão mais sincera da minha profunda gratidão.

*

* *

1 — Entre a gente do povo, entre as classes trabalhadoras, são muito freqüentes apelidos ilustres, o que noutras terras não é vulgar; assim, aparecem *Magalhães, Noronhas, Godinhos*, etc.

2 — Tambem há nomes prórios pouco comuns nas camadas populares, tais como *Aires, Álvaro, Vasco, Nuno*, êste último bastante difundido antes da beatificação do Condestável, porque, depois dêsse acto religioso, a expansão do nome aumentou, como é natural.

3 — Há, também, entre a mesma classe, alcunhas tradicionais de famílias com nomes de peixes, tais como, os *Lulas*, os *Pescadas*, os *Massacotes*, ou de animais de *habitat* marinho, desconhecidos no sítio: os *Gaivotas*.

4 — Algumas famílias, ainda não há meio século, tinham por apelidos *Indio e Chino*, que hoje se não usam por os seus descendentes terem adoptado os que lhes advieram por estirpe masculina alheia aos ditos apelidos.

5 — Entre as frases de corrente uso, encontram-se duas, curiosas: para os indivíduos lentos; geralmente aos garotos, que se demoram quando vão aviar recados, costumam gritar-lhes, chamando-os: *Vem daí, nau da Índia!* E às creanças que ao chorarem, fazem grande berraria, abrindo muito a bôca, dizem-lhes: *Cala-te aí, bôca de Jau!*

Estas observações são bastante importantes, pois revelam funda influência dos descobrimentos e seus efeitos naquela região.

Supomos que os nomes pouco vulgares perpetuados em classes populares teriam sido adoptados pelos escravos, por serem os de seus senhores; e, após a alforria, continuaram sendo os elementos do onomástico peculiares a cada família e nela transmitidos tradicionalmen-

te. Ajuda esta suposição o facto de aparecerem referências étnicas: *índios, chinos, bôcas de Jau* e, ainda, o facto, mais importante, de haver perto da Vidigueira uma aldeia, Selmes, onde predomina na população o tipo amulatado. Dir-se-ia a sobrevivência duma colónia negroide, ali estabelecida, e cruzada com as indígenas brancas. Eram os escravos dos antigos morgados da Apariça e Rabadoa.

Por outro lado, as alcunhas referidas e a alusão a *naus da India*, permitem-nos admitir a coexistência de servidores do antigo império, como navegadores e guerreiros, gente humilde das companhias e dos terços, companheiros do Conde da Vidigueira que, à sombra e sob a protecção dêste e de seus descendentes, teriam ido tentar a sorte em terras de Alem-mar.

*
* *

Ápodos ou referências locais, tambem se encontram algumas, que veem enriquecer a já grande messe desta matéria:

6 — *Vila de Frades, vila de farrapos:*
Cinco reis de agulhas, cinco reis de trapos.

Os de Vila de Frades são os *cucufates* ou *cucos*; não porque haja tradições locais atentatórias do respeito e boa fama das famílias, mas por influência do antigo mosteiro de S. Cucufate, hoje em ruínas.

7 — *Os de Cuba,*
Muita parra e pouca uva.

Parece que os de Cuba são vaidosos; daí, chamarem *parra* à sua jactância; e, como a Vidigueira é muito mais rica em videiras (como o nome indica), a referência à pouca uva tem um ar de ironia pungente à escassez vitícola de Cuba.

8 — *Aldeia de Selmes*
Com seus carapetos,
Tirando os morgados
Todos os mais são pretos.

Esta denominação de pretos aos de Selmes, já a explicámos: devem ser os descendentes dos antigos escravos das famílias nobres da região, nomeadamente nos morgadios da Apariça e Rabadoa. E' de notar que os de Selmes ainda apresentam o tipo amulatado e o cabelo encarapinhado.

9 — *Favores dêsses fazem-me os de Beja, e não me conhecem!* — é costume replicar-se às ofertas de favor interesseiro e, conseqüentemente, não tomadas como favores.

A gente de Beja tem má fama. E da cidade diz-se: *Beja, nem sé, nem fé, nem ponte, nem fonte, nem monte,* porque faltam à capital do Baixo Alentejo, a catedral, e os restantes elementos do prolóquio, incluindo o de caracter espiritual — a fé — pois se tem o burgo como habitado por descendentes de judeus. A darmos crédito a certas doutrinas, nomeadamente às do sr. Mário Saa, o caracter revolucionário e rèpublicano, que foi peculiar a Beja, seria resultante da sua formação e informação semítica. Etnologia política... se a pode haver...

10 — *Escrúpulos dos gatos de Portalegre, que comeram a carne e deixaram o espêto.*

E' evidente o sentido dêste prolóquio, cuja origem não conhecemos. Deve referir-se a qualquer proeza duns Gatos (apelido ou alcunha) de Portalegre, tambem citado um dêles no rifão: *E' como o gato de Portalegre, que tomou o dinheiro e volveu a pele.* Curioso seria averiguar a personalidade e feitos do célebre Gato de Portalegre. *Gatos,* nesta região, só conhecemos os de Assumar, assim alcunhados. ¿Será referência a êles? Aí fica o problema em aberto.

11 — *De Viseu,*
Ou ladrão, ou judeu.

Mais um dito pejorativo para os viseenses, já alvejados com outros, que registei algures. Desconheço a existência de israelitas na cidade viriatina e suponho que tal referência ali aparece por exigência de rima. Talvez tenham sido os *ratinhos* da Beira quem deu causa a êste dito.

12 — *Cortezia de Vilalva!* — se qualifica o acto cerimonioso de deixar nos pratos ou travessas uma só cousa ou quantidade mínima do que se está a comer.

*
* *

Finalmente, mais um punhado de expressões usuais e correntias:

13 — Não é nenhum *pé de ervangel* (ou *de João Velho*), evidente corrupção de *Fé de Evangelho*.

14 — Não julgues que vais para o *ceu de Abrantes* — indubitavelmente, referência a *seio de Abraão*. Será tambem devido a influência judaica?

15 — Tem mais fama que a espada *de Rondão* — diz-se dos mal-afamados. Deve tratar-se do famoso Roldão, invencível guerreiro carolíngio.

16 — Quando os moribundos entram no estado de côma, mal abrindo os olhos, nem falando, nem comendo, por fraqueza, dizem dêles — *Já não abre ôlho nem buraco*.

17 — *Abarracar* — meter uma pessoa na cama.

18 — *Juntar a copa* — assim se diz dos que juntam fato e cabana, geralmente com a mão esquerda...

19 — *Comer de acarreto* — a comida que os trabalhadores levam ou acarretam para o *monte*.

20 — *Pensa que isto é cavalo sem dono?* — pregunta-se a quem pretende exorbitar, entrando em abusos àcêrca de qualquer cousa.

21 — *Não se observar*. Uma pessoa *não se observa* quando se zanga.

22 — *Desrespeita-se* uma pessoa quando tem mau génio.

Bastantes, outros se encontram, comuns a muitas outras terras: *Chão que foi vinha roupa de franceses,* etc.; no entanto, só apresentamos aqueles que nos pareceram mais típicos e peculiares á bela vila da Vidigueira.

FALCÃO MACHADO

A INVASÃO FRANCESA E OS CEGOS CANTADORES

NTRE poeirentos cartapácios, adormecidos no marasmo das estantes de um alfarrabista, fui encontrar dois curiosos folhetos—«*Primeira e Segunda Parte da Protecção á Franceza*», impressos na *Officina de Simão Thaddeo Ferreira* os quais, no ano de 1808, se vendiam na *Loja da Gazeta; na da Madre de Deos ao Rocio; na de Luiz José de Carvalho aos Paulistas; no Livreiro ao pé da cancella de Alcantara; e em Belém na Loja de Capella de José Tiburcio.*

As obras rimadas a que me estou referindo, têm a importância de serem históricas, vindo à publicidade depois dos franceses terem sido violentamente repelidos na terceira invasão.

Os versos, em estilo chocarreiro, impetuoso e rude, são ecos esmaecidos das cantilenas que os cegos cantadores vendiam pelas ruas, rodeados de povoléu que, ofendido em seus brios e excitado num frémito rancorosó con-

tra a temporária intromissão estrangeira, aplaudia tudo que se referisse ao revés sofrido pelas armas napoleónicas.

Por curiosidade, extractamos dêsses folhetos alguns motes glosados em verso, *Em que falla huma Velha; Em que falla hum Pescador; Em que falla huma Velha com sua Neta* e *Em que falla hum Algarvio*, invectivando e malsinando o arbítrio dos invasores e a sua obra de extermínio e devastação.

A Praga de Portugal,
Já lá vai, já se acabou,
Devia queimar se vivo,
Quem tal praga desejou.

G L O S A

Em que falla huma Velha.

I.

Que mal passa quem mal come,
E vive, sem ter esteio!
Desne que esta gente veio
Ando cahindo com fome:
Se fora vivo o meu home
Inda iria menos mal;
Mas viuva, e sem real
Aturando o que eu aturo!
Abris nuncio, eu escunjuro
A Praga de Portugal.

II.

Em menos de nove mezes,
Esta tropa escomungada,
Deixou a gente arrastada,
E com roupa de Francezes:
Mas dos nossos Portuguezes
Sempre o vitro se esperou;

Já não morre quem fallou,
Já eu de fallar me farto,
Que o Intendente Lagarto
Já lá vai, já se acabou.

III.

Eu li huma carta hum dia,...
Que andava nas mãos de hum cêgo,
Ó visinha, eu te arenego,
Muitas asneiras dizia!
Dava á França a primazia,
Punha Portugal captivo;
Visinha, deo-me motivo
A dizer de asneiras farta,
Que o Doutor, que fez tal carta,
Devia queimar-se vivo.

IV.

Em nome da benta hora!
Vêr Francezes, nem pintados;
São homens atraiçoados,
Huns por dentro, outros por fora:
Tudo foi de voz em fora
Desne que esta gente entrou;
Assim velha, como sou,
Avera d'eu alcançar
Ser bruxa, para esganar
Quem tal Praga desejou.

Ao mesmo.

G L O S A

Em que falla hum Pescador.

I.

Quero contas, Mestre Arrais,
E pagará quem dever,

Vou na Arrábeda vever,
Ao barco não torno mais:
A Moça, que eu tinha ao caes
Deixia pelo Natal,
Já não quero vever mal,
Pois tenho fei, em que Deos
Mandou por picados meus
A Praga de Portugal.

II.

Não quero tomar cegarro,
Nem quero mais bober vinho,
Que o andar por máo caminho,
He ter alma de chicharro:
Sei que ha de fazer-me em barro
Quem de barro me prantou;
Francez nunca fui, nem sou,
Sou Chrestão, sou folha velha,
O jôgo, a amiga, a botelha
Já lá vai, já se acabou.

III.

Se eu tevesse vida bôa,
Não fosse peccadorão,
O Labôrra, e o Lazão
Não vinhão cá a Lesboa;
Tevemo-los pela prôa,
Mas foi por este motivo,
Ando a xismar pinsativo,
Que cá por certas rezaens,
Este bando de ladraens
Devia queimar-se vivo.

IV.

Ah minha rica Rainha!
Que pela sua intenção
Di de esmola a hum ermetão
Hum barrete de sardinha:

Esta sim, que he gente minha,
Para mim França mancou,
A casa de Deos roubou,
Poz tudo a morrer de mingoa,
Estipôr tenha na lingoa
Quem tal Praga desejou.

Em quanto o mundo existir
Ha de lembrar este mal,
De protecções á Franceza,
Deos defenda Portugal.

G L O S A,

Em que falla huma Velha com sua Neta

I.

Geltrudes, lava esses pés,
Veste o vestido de cassa,
E vamos cumprir á Graça
A promessa que se fez:
Tres Sextas feiras no mez
Havemos descalças ir;
Sempre Deos me quiz ouvir!
Pôz fóra aquelles malvados,
Que hão de viver arrastados
Em quanto o Mundo existir.

II.

Rapariga, forte peste!
Que bando de cães damnados!
Por castigo de peccados
Nosso Senhor mandou este:
Inda tu não conheceste
Bem este estrago fatal;
Hum mez antes do Natal,
Entrárão nesta Cedade;

Em quanto houver Chrestandade,
Ha de lembrar este mal.

III.

Não quero vagares teos,
Que as tardes já não são nada;
Vai pôr a capa encarnada,
E os brincos de escamafêos;
Da noite me livre Deos!
Nós sós não têmos defeza,
Em caza farei a reza,
Eu quero de lá vir cêdo,
Porque tenho muito mêdo
De protecções á Franceza.

IV.

Não sejas estabanada,
Põe esses olhos no chão,
N'hum auto de devoção
Deve a gente ir concertada;
Levo esta alma consolada
De fazer promessa tal:
Isto não foi natural!
A Santa Humage he que o fez;
Desta canalha, outra vez,
Deos defenda Portugal.

Em quanto tiver alentos,
Hei de a Patria defender;
Eu tenho só huma vida,
Não se me dá de a perder.

G L O S A,

Em que falla hum Algarvio.

I.

Senhora Zabel Ignez,
Venho agora da campanha;

Fiz por lá muita façânha,
Viva quem he Portuguez:
Se encontrar algum Francêz,
Nada mais de comprementos;
Hei de fazer-lhe tromentos,
Hei de lhe curtir a pelle,
Hei de pôr-me a malhar nelle
Em quanto tever alentos.

II.

Cá hum home, se há folguedo,
He mais manso que huma ovelha;
Por mal, dá pancada velha,
Nem do Diabo tem mêdo:
Cada Algrave, he hum rochedo,
Nunca arrêão a qualquer;
Se acazo tornar a vêr
Esses Francezes casmurros,
Com hum vandaval de murros,
Hêde a Patria difender.

III.

Minha alma vá para Deos,
Porque não se perde nada;
Mas fique a Patria salvada
De Francezes farezeos:
Todos os patricios meos
Lhes derão forte corrida,
Até eu, por despedida,
Mati seis, á minha parte,
Ai! se errasse o pacamarte...
Eu tenho só huma vida.

IV.

Vi o Algrave alivantado
Contra esse bando pirata,
Só se ouvia *mata, mata:*
Eu era um toiro enraivado;

O Crelego feito Soldado
Vinha a terra difender;
La podião-me estender,
Mas esta vida mortal,
Pela Familia Real,
Não se me dá de a perder.

No principio do século XIX, os cegos percorriam com insistência os bairros modestos e populosos da antiga Lisboa, pranteando em rimas plebeias as desditas dos torturados, vulgarizando as ocorrências da actualidade, expressando, emfim, o sentimento anónimo das multidões.

Os cegos ambulantes eram os evocadores de figuras arrancadas à história e os divulgadores e narradores de acontecimentos recentes e notáveis. Não escapou ao cancioneiro musical e à veia poética dos rimadores obscuros satirizar com reparos a prepotência das hostes de Napoleão, como se verifica nas glosas, despidas de eruditismo, que se reproduzem, onde os nomes dos generais franceses Lagarde, Intendente Geral da Polícia, Laborde e Loison—o célebre «Maneta»—são zombeteiramente transformados pelo povo, respectivamente, em *Lagarto, Laborra* e *Lazão.*

O ódio à opressão dos franceses era geral. Ainda hoje, para os lados de Macedo de Cavaleiros, é freqüente ouvir-se afoitar os jumentos, chamando-lhes *jinós*; presumivelmente reminiscência adulterada de alguma designação pejorativa em que se procurava denegrir o despotismo de Junot.

As décimas que se transcrevem têm ainda curioso interêsse consideradas etnográfica e filològicamente.

Sob o ponto de vista etnográfico, temos a velha a mandar lavar os pés à neta para irem cumprir a promessa à Graça (pelo referido, as abluções rareavam e restringiam-se às ocasiões solenes) e a recomendar-lhe

que envergue a capa encarnada (presumivelmente o popular *josèzinho*) e o vestido de cassa. Temos ainda a advertência de que deve andar com os olhos no chão (naquele tempo, uma menina que se prezasse, não erguia os olhos para ninguém) e o receio de que sofram algum enxovalho nas ruas, se recolherem tarde a casa, o que prova que a segurança pública, à noite, não estava muito garantida em Lisboa, a-pezar-de ter sido Intendente Geral da Polícia da Côrte e Reino, o célebre Diogo Inácio de Pina Manique.

Quanto à filologia, são essas décimas dum grande pitoresco: atente-se nas corruptelas *vitro* por *víctor*, *desne* por *desde*, *fei* por *fé*, *estipor* por *estupor*, *humage* por *imagem*, *di* por *dei*, *mati* por *matei*, *crélego* por *clérigo*, *hêde* por *heide*, e ainda *Zabel*, *home*, *Algrave*, *vandaval*, etc. Note-se também a transformação do *e* em *i*, em *alivantar*, *picados*, *pinsativo*, *difender*, e o inverso em *comprremento*, *Lesboa*, *cedade*, *ermetão*, *vever*, *Arrábeda*, *chrestão*, *cegarro*, etc.

A literatura de cordel tem o condão precioso de revivescer nos espíritos curiosos, ideias, factos e episódios, fazendo a recomposição do viver, do pensar e do sentir do povo de outrora, trazendo à memória a humildade do viver antigo e tocando tôdas essas recordações dum vínculo emotivo, patinado de suave encanto tradicional.

GUILHERME FELGUEIRAS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

POEIRA DOS TEMPOS

XLI—PÚRRIAS DE LISBOA

Andava neste tempo accésa a guerra
Entre a Malta de *Alfama, e Bairro-Alto,*
Gingantes Campeões afragatados,
Miqueletes revéis, cujas façanhas
Em Macarróneo Metro celebradas
Tem dado assumpto a hum par de gargalhadas;
E no sitio da *Pènha* aos dias-Sanctos
Com poitas, e com fundos de garrafa,
A-dente, á-únha, á-bordoáda, a ferro,
Latindo taõ raivosos como hum Perro,
Travávaõ cruentissimos combates;
Naõ que morresse algum, mas abundavaõ,
Entre o furor de punhos, e pedradas,
Bólas partidas, ventas esmurradas!
De huma das taes guerrilhas tinha o mando
O General-Luneta, Homem provindo
De linhagem illustre, e por seus séstros
Entre a mais brejeiral, çáfia (1) cambada,

(1) Rude, grosseira.

Entre a relé mais pifia confundido;
E por seus Capitães érão com elle
Claros Pimpões, a flor da Pangayada! (1)

....

Nuno Alvares Pereira Pato Moniz — *Agostinheida.*
Lisboa, 1817 — Pág. 135 e 136.

XLII — MULHERES DE VIDA... DIFICIL

REQUERIMENTO

Que as mulheres publicas fizeram subir ao conhecimento do Excellentissimo Administrador Geral do Districto de Lisboa e o Despacho que elle deu.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Dizem as mulheres publicas abaixo assignadas, que ellas estão prontas a obedecer às ordens de V. Ex.a, já que a nossa triste sorte assim o permitte, que mal havia-mos dizer alguma de nòs quando nossos queridos paes nos crearam que havia de ser para uma scena tão triste: V. Ex.a determina nos editaes de 3, e de 23 do corrente mez de Maio, que nos mudemos das ruas que n'elles declara, porque diz que por nossas turpesas, e devassidões nos torna-mos indignas d'avisinhar-mos com familias honestas e recatadas, pois a carapuça não serve a todas mas pelo que fazem umas, pagam todas pois que

---

(1) Bem sabida, e bem fallada foi em Lisboa a guerra da Rapazia no sitio da *Penha de França;* e muito mais depois que nella entrou o *General Lunêta* (Dom Th. d'A; cujo Rival no Generalato éra hum façanhoso Pretalhaõ) e alguns outros, que, pôsto serem geralmente havidos em ruim conta, nunca se esperou que chegassem a tanto. (*Nota do original*).

V. Ex.ª talvez diga que a Lei é igual para todas, assim nòs estamos promptas a mudar-nos seja para onde fôr, com tanto que V. Ex.ª nos determine ruas certas para onde nós havemos presidir (*sic*) por que isto é o boto geral de todos os cidadãos porque nenhum quer avisinhar com nosco por tanto.

Pede a V. Ex.ª Seja servido
conceder-lhe a graça pedida.
E. R. Mercê.

Maria Ignacia, Rita Maria da Conceição, Ignacia Clara, Margarida Gertrudes, Clara Delfina, Maria Rita, Gertrudes Magna, Cipriana Maria.

DESPACHO

Não carece de declaração o que é expresso nos Editaes a que se allude. Lisboa em 28 de Maio de 1838.

O Administrador Geral
Costa Cabral

A' vista do despacho podem hir prezestir para as Ruas que os dois Editaes não declaram.

Vende-se na Rua do Ouro N.º 140. Rua da Prata N.º 109, Rua direita da Esperança N.º 150, nas mesmas lojas se vendem os Editaes. Preço 20 rs. (1)

---

(1) Foi impressa esta rarissima fôlha sôlta que textualmente se reproduz, em Lisboa, na «Typografia Trasmontana, R. do Arco do Marquez d'Alegrete n.º 60 2.º A».

CARTAS INÉDITAS DE D. CARLOTA JOAQUINA

Por intermédio do sr. capitão José António Guerreiro Rebeca Júnior, adjunto do Arquivo Histórico Militar, obtivemos algumas curiosas cartas da Rainha D. Carlota Joaquina, que estão na posse do sr. Dr. João Gago Nobre, a quem, muito reconhecidamente, agradecemos a permissão das respectivas cópias.

Datam elas dos primeiros anos da estada em Portugal desta princesa, 1794 a 1796, que, como se sabe, casou, na real capela da Ajuda, em 9 de Junho de 1785.

São dirigidas a D. Rita Efigénia de Lima Botado de Almeida, que nasceu em Lisboa e faleceu em 2 de Agosto de 1833, tendo exercido as funções de açafata da Rainha D. Maria I, em 1778, e depois, desta Princesa, de quem foi confidente, como o demonstram estas cartas íntimas e familiares.

Foram seus pais: Pedro Cipriano de Oliveira Leitão, filho de Luiz Manuel de Oliveira Leitão e de D. Maria Josefa de Azevedo Coutinho Freire de Andrade; e D. Mariana Antónia de Lima Botado de Almeida, filha de Luiz Filipe de Barros e de D. Antónia Teresa de Lima.

Luiz Manuel de Oliveira Leitão era filho de Francisco de Oliveira Leitão e de D. Juliana Ângela de Barros.

D. Maria Josefa de Azevedo Coutinho Freire de Andrade era filha de João de Campos de Andrade e de D. Margarida Freire de Andrade.

D. Rita Efigénia foi casada com Francisco José Moreira de Brito Pereira do Carvalhal e Vasconcelos, fidalgo cavaleiro da Casa Real e coronel de infantaria, que nasceu em Faro em 1756 e faleceu em 30 de Agôsto de 1823.

A família Carvalhal era descendente do avô materno e do pai do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, respectivamente, Gonçalo Gil do Carvalhal e D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira.

Efectivamente, Gonçalo Gil do Carvalhal teve de sua mulher D. Isabel vários filhos, entre êles Martinho Gonçalves do Carvalhal, que casou com D. Violante Pereira, filha de D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, pai de Nuno Álvares, e Iria Gonçalves do Carvalhal, manceba de D. Frei Álvaro, dos quais foi filho o grande Condestável.

Como dissemos, estas cartas mostram que D. Rita Efigénia era confidente de D. Carlota Joaquina, que nelas lhe conta muitas cousas íntimas do seu viver no paço.

Como a açafata lhe era muito dedicada, escreve-lhe a princesa: «por quem me he fiel sou capaz de dar a pele».

Na primeira carta, sem data, mas talvez de 1794, refere-se a diversos mexericos, faz-lhe a confidência de estar pejada, talvez do Príncipe D. António, que nasceu em 21 de Março de 1795 e declara-lhe que " não me dejão (*sic*) ser boa por mais diligencia que eu faço».

Na segunda carta refere-se à Princesa D. Maria Teresa, que nasceu a 29 de Abril de 1793.

Na terceira refere-se ao nascimento recente de uma

filha de D. Rita, e a uma outra filha, talvez D. Maria do Carmo, nascida em 1788.

Na sexta diz: "Sinto muito bem a creança", frase que deve dizer respeito ao Príncipe D. António.

Na última carta desta correspondência alude, segundo parece, ao comêço da gestação da Infanta D. Maria Isabel, que nasceu em 10 de Maio de 1797.

Juntamos a estas cartas outros documentos: uma carta do Marquês de Marialva, dirigida a D. Rita Efigénia, que prova o valimento de que ela gozava junto de sua real ama, e outra, dirigida por D. Rita Efigénia, a D. Miguel Pereira Forjaz, que pertence ao Arquivo Histórico Militar.

Henrique de Campos Ferreira Lima
da Academia das Ciências de Lisboa

Documentos

I

Minha Rita do meu C. recebi a tua carta com m.^to^ gosto, e dezejarei, q. esta te axe com tanta saude, como eu te desejo, eu graças a D.^s^ vou continuando bem, porem com algumas mortificaçoens, q. me tem feito a Vitella, urdido certamente pela vaca do Chucalho, em tu vindo, p^a^ ca, te comtarei tudo o q. tem paçado D.^s^ me de constancia, p^a^ sofrer tudo com paciencia, porque são coisas, q. chegão m.^to^ ao coração, não te declaro o q. he, porque receio q. abrão as cartas; isto anda mais acezo, porque as Vacas ajo q. não podem ver, q. eu ande pijada, e fazem estas coizas p^a^ ver se com mortificarme boto a barriga; D.^s^ me perdoe estes juizos, q. eu faço dellas; a Emilia dise ontem o jantar, huma coiza q. me contou o Principe, e disseme por estas formaes palavras; a Prin-

ceza não oviu o q. a Emilia dise, dizejei partirlhe a cabeza na esquina da porta, porque aquillo não se dis, não reparou quando lhe preguntei a P. se queria jantar, e a P. respondeo q. não queria respondeo ella, não ha de ser por emjou, he porque comeo hum bolo, e não ha de ter vontade de comer he impossivel; quando eu ja estava semtada a meza, p^a^ jantar e tinha vontade, porem veio a soupa portugueza e o cheiro emjuoume m.^to^ e não pude comer mais nada; veja vose, q. maldade tam refinada; o q. he certo he q. não me deijão ser boa por mais diligencias q. eu faça. A D.^s^ m^a^ Rita do meu C. vaite preparando, p^a^ vir p^a^ ca em temdo o teu bom sucesso, porque te quero ca, e tenho m.^s^ saudades tuas, e nunca se me tira vose da lembrança, como quem he,

amiga do fundo do C e sem
surrofolhos
C. J.

Quelus 11 de Julho de 94

A 30 viemos p^a^ este sitio, das pessoas hove noticias do Porto, vão bem; o Mendanha, p^a^ Guimaraems, foe utilidade, p^a^ as raparigas, D.^s^ acode aos inocentes, m^a^ Maria ja tem hum cajal fora, e estão rompendo-lhe tres, queira D.^s^ seja com mesma felicidade dos outros. Não sou mais extensa, porque não tenho tempo.

Endereço desta carta: Para a Rita Efigénia de Lima, e Botado de Almeida.

II

Minha Rita do meu C. estimei infinito as tuas noticias, e dezejo, q^e^ vas paçando bem, p^a^ em te restablecendo vires p^a^ ca, porque estou com m^to^ dezejo de te ver, e por amor da Vaca ficar mintiroza, m.^s^ couzas (?) tenho (?) p^a^ te contar della, e da Vitella. O Principe

quando oviu dizer na Ajuda o dia de São Jeronimo a M.ª Jozefa q.ᵉ tu tinhas parido posse a preguntar, paraque na do seu costume, mesmo falando p.ª ella; fes m.ᵗᵃ festa a tua filha, e despois de jantar fomos, p.ª o quarto do Principe com m.ª Filha, e a tua, rimos m.ᵗᵒ com ellas, porque a m.ª andava limpando o chão com as silouras mijadas, e depois vinha limpar os vestidos de todos, dizia a tua q.ᵉ estava sentada no chão, muito seria, a Princeza não me suje mais; e despois p.ª donde nos fomos tambem ella foi conosco esteve com m.ᵗᵒ proposito toda a tarde. Do Castello de Chuchumelo vem boas noticias; peço-te m.ª Rita q.ᵉ em estando bem restablecida venhas logo p.ª ca, porque tenho m.ᵗᵃˢ saudades tuas, parecemme os dias cem annos, em quanto te não vejo; isto podes tu crer, porque eu não sei mentir senão dizer o q.ᵉ sinto por dentro nunca me esqueço tim nen nunca me he de esquecer, porque tu não mereces otra coiza, senão, que se lembrem de tim, porque es m.ᵗᵒ amiga da gen- e e verdadeira amg.ª e com honra e brio, como deve ter. A D.ˢ m.ª Rita do meu C. ate a vista, o q.ᵉ espero seja cedo, a Helena te manda hum recado.

s Quelus 6 de Outubro de 94.

amg.ª do C.
C. J.

III

Minha Rita do meu C. recebi a tua carta com m.ᵗᵒ gosto por ver q.ᵉ estavas boa. A respeito do q.ᵉ me dizes das cazas, eu ja as mandei procurar, e asde achallas prontas; e p.ª q.ᵉ não faças gasto com a seiche ahi vay iço, p.ª q.ᵉ tu a ponhas pronta a tua vontade, porq.ᵉ o q.ᵉ eu quero, he q.ᵉ não tenhas incommodo nenhum por amor de mim; e asim peçote q.ᵉ venhas logo asim q.ᵉ poderes, e em querendo alguma coiza mandamo dizer, porq.ᵉ por quem me he fiel sou capas de dar a pele, e

como conheço q^{e} tu o és, não tenho maior gosto do q^{e} em te fazer a vontade; e remediar o q^{e} eu poder e q^{e} te faça incommodo, não julgues q. he compm.^{to} porq^{e} he o q^{e} eu sinto no meu C. A D.^{s} m^{a} Rita do meu C. não poço mais por conta dos dentes.

amg^{a} do C.

22 de 8 ^{bro} de 94.

C. J.

IV

Minha Rita do meu C. dezejo, que paçes bem, eu hoje estou milhor dos dentes graças a D.^{s} Agora com m.^{to} gosto te digo q^{e} ja achei cazas, e são o pe da Ajuda por detras do corpo da goarda, e a cocheira, e cavaleiriça são perto; as cazas estão acabandoce de pintar, ja estão pagas e asim podes vir cada vez q^{e} quizeres, porque tudo fica pronto, p^{a} o fim deste mes e peçote q^{e} venhas o mais depressa q^{e} poderes, porque estou com m.^{to} gosto de te ver, p^{a} dezafogar contigo, e contarte m^{s} coizas, e A D.^{s} m^{a} Rita do meu C. aqui fico esperando verte, como quem he

27 de 8^{bro} de 94 Amg^{a} verd.^{ra} e do C.

C. J.

V

Minha Rita do meu C. recebi a tua carta com m.^{to} gosto e agradeçote m.^{to} as laranjas, q^{e} são magnificas; Nós graças a D.^{s}, estamos boõs, e eu não tive nada, e sinto m.^{to} bem a criança graças D.^{s} não posso mais por amor dos dentes, porque tenho ainda dores em elles. A D.^{s} m^{a} Rita do meu C. aqui fico esperando por tim com a maior ancia como quem he

tua amg^{a} verd^{a}

C. J.

Quelus 24 de Novembro de 94

VI

Minha Rita do meu C
Sinto a continuacão da tua molestia eu tenho pacado m.to mal fizeraome uma junta e mandaraome sangrar porora estou da mesma sorte os meus filhos bo.s e o Principe concultei os medicos a teu resp.to asentaram todos ser froxidão e q. qina e mais qina q. não comas senão asado e q. é bom tomares saugum eu to mãdarei estimarei os teus alivios como q.m e tua A do C

C. J.

Quelus 30 de Março (1795?)

VII

Minha Rita do meu C. a tenpo q. te não escrevo mas a casa metira o tenpo todo desorte q. ainda com os meus Filhos istou instantes saberas q. se verificou a falta de Roza o mes pacado e se neste se vereficar o mesmo ja se pode dar por serto eu bem dezejava ter o gosto de te ver pa esa oucazião mas não quero o emcomodo dos teus filhos o P. ja preguntou se tu avias de vir pa se ajuntar o ranxo do custume tu te queixas m.to queira D.s naõ seja o mesmo couitada ja bastava os meus filhos m.to boms se vices o menino não o avias conhecer D.s conhese q. sou tua

Amiga do C.
Carlota J.

Quelus 8 de 8.bro de 96

VIII

Il.mo Ex.mo Snr. Antonio de Araujo e Azevedo.

Parece me q. não sexa perçizo procurar, os termos

mais expercivos pª porçoadir a V Exª q eu sou uma das peçoas q. estimão ao ultimo ponto, tudo q.to he fleçidade sua, eu dou os pabems (*sic*) a V. Ex.ª dos seus novos despaxos, e o q. estimo mais q tudo, he q S. Alteza venha no conheccimento q. tudo he pouco pª o seu grande mereçim.to, e q. ponha a V. Exª nos cargos mais sercomspetos p.ª poder ser util a toudo este Reyno, a rezão porq. não escrevi logo a V. Exª como devera, a Penha lho dira, desejo q. a toudas as fleçidades de V. Exª acompanhe senpre uma perfeita saude, a qual me deve senpre cuidado pelos seus grandes emcomodos, não sertefico mais a V. Exª a m.ª Grande satisfação, reçiando dar lhe emcomodo eu me dera por felis se tivera a serteza q. V. Ex.ª conheçia q. toudas as experçons q. lhe faço são nassidas de uma sinçera e verdadeira amizade, e portesto senpre ser

De V. Exª
A mais atenta e obrigada
D. Rita Efigenia de Lima Botado

Faro 22 de Março de 1807

IX

Ex.ma S.ra (1)

Minha Senhora eu ja tive a honrra de hir por este modo aperzença de V. Sª pª poder ter ogosto de saber como V. S. tem passado, como tãobem omeu camarada, de quem ja tive novas, as quais prezei munto por serem dadas por elle mesmo, de quem sou tão amigo como obrigado, e espero que V. S.ª me faça a honrra de lhe dar, da mª parte hum grande recado, ede lhedizer que se eu aqui lhe sirvo de alguma coisa, que me não pope pois estou m.to pronto pª lhe agradar emtudo que for do seu gosto.

Saberá V. Sª que me tem ca feito huma grande

(1) D. Rita Efigénia de Lima Botado de Almeida.

falta, que hé munto percizo que se venha chegando a esta Cortte tanto por que noça Ama está com Esperanças declaradas, como tão bem pellas rezoins que lhe vou ponderar. Noça Ama taó amavel como hé, e cheia de tantas virtudes que a Ornáo, só tem apoca expriencia do Mundo pela sua deminuta idade, e isto fas que não conheça bem as pessoas que acercão, eneste cazo hé persizo de quem viva ao seu lado de continuo, pª allivrar dos laços que lhe armão, que são emcesantes, os quais, eu direi a V. Sª quando tiver ahonrra de a aver, pois só de viva vos, he que se podem comonicar, e antão V. Sª vera, e conhecera se sou honrrado e constante. Eu não tenho que dizer nada arrespeito daquella minha pertenção, pois desde que V. Sª se foi não se falou mais niço e creio que S. A. se não lembra ja de tal, porem oque hé serto he que na Corte de Espanha se esperava só pela carta da Princeza pª se me comferir logo a Graça, pois ElRey Catollico, sei eu que desejava fazer-me esta merce porque estima m.to a noça Caza, ehera m.to amigo de meu irmão José, que D.s haja em Gloria, efazialhe m.tas honrras, porem como nosa Ama não tem ningem que lhe lenbre paça em esquecimen.to; emfim mª S.ra he percizo, porse a caminho, enão dezenparar isto, porque asim nos convem atodos. Deme V. Sª as suas extimaveis Ordens pª eu as exzecotar como Devo.

D.s G.de a V. Sª m. a. Rial Sitio de Quelus 16 de Julho de 1794.

De V. Sª
Criado e cap.to e m.to obrig.do

Marques de Marialva

NÓTULAS DE VIAGEM

IV—QUADRAS TÓPICAS DE ARRAIOLOS

A minha última visita a esta sinpática vila alentejana, foram-me comunicadas, entre outras, incaracterísticas, as seguintes quadras, que não encontro em Tomaz Pires nem noutros colectores de trovas populares:

Adeus, vila de Arraiolos,
quem te correra a chicote;
deixei pelico e safões,
tive que vir em pelote.

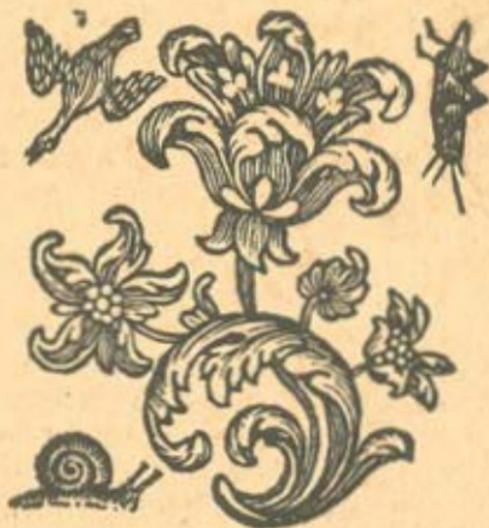
As meninas de Arraiolos
tôdas elas são assim:
em um home l'apar'cendo,
é mais a mim, mais a mim!

Ambas são depreciativas da risonha terra dos graciosos tapetes e dos paios saborosos. Mas, para compen-

sar aqui deixarei outra, também inédita (creio eu), que a põe nos «cornos da lua»:

Ó terra de Arraiolos,
no meu coração te vejo;
és a terra mais bonita
que há em todo o Alentejo.

A invocação do 1.º verso da 1.ª quadra, bem como a do 1.º verso (errado) da 3.ª, são comuns a muitas quadras tópicas do cancioneiro popular.

C. M.

UM EXLIBRIS MANUSCRITO

DECORRERAM já doze anos sôbre o leilão da biblioteca do falecido Gomes de Brito e vai em seis meses que a ciência portuguesa perdeu um intrépido batalhador e os amigos desta linda cidade de Lisboa viram desaparecer para sempre um olissiponense entusiasta, o Dr. Carlos Santos.

Ao percorrer hoje papelada vária que, a esmo, vou guardando em uma pasta, enquanto o trambulhar dos anos a não atirar para o cêsto dos papeis velhos ou a fúria de Éolo a não dispersar no vendaval dos leilões, encontrei num quarto de papel sem pretensões a publicidade, uma nota onde se lia a lápis encarnado *Garnier.*

Não traria a público o achado se um nome me não viesse aguçar a saüdade e, por alguma forma, dar ocasião, repetindo-o, a prestar-lhe homenagem.

Diz o apontamento:

«Ex-libris do Abade Garnier, encontrado num livro do Dr. Carlos Santos e que foi de Gomes de Brito».

Desenvolvamos a notícia, que alguma curiosidade nela encontrarão os *gourmets* da "Feira da Ladra„.

Em Dezembro de 1924 realizou-se em Lisboa o leilão dos livros, ou de parte, que formavam a biblioteca de Gomes de Brito. No lote 2688 descreve-se a seguinte obra, que foi adjudicada pela quantia de 110$00 ao Dr. Carlos Santos:

Réflexions sur le Desastre de Lisbonne et sur les autres Phénomènes qui ont accompagné ou suivi ce Desastre.

Auteur de la Nature, & Maitre du tonnere;
D'un seul de ses regards, il fait trembler la terre.
Ps. C. V. 32

En Europe
Aux dépens de la Compagnie. M.DCC.LVI

Encadernado no mesmo volume:

Supplément aux réflexions sur le Desastre de Lisbonne, avec un journal des Phénomenes & depuis le 1 Novembre 1755 & des Remarques sur la plaie des sauterelles annoncée par S. Jean. M.DCC.LVII.

É de grande interêsse para os olissiponenses esta curiosa obra, não apenas pelas notícias do terremoto, mas especialmente pelo conhecimento que nela travamos com a Lisboa do século XVIII. Gomes de Brito, em um papel à parte, deixou-nos traduzidas as suas impressões sôbre a leitura da obra. Diz o continuador de Inocêncio:

Este livro tem tres predicados que o fazem estimável e de nota, além do texto. E' o primeiro o seu Ex libris. *E' o segundo o magnífico papel assetinado em que foi impresso. Constitue finalmente o terceiro predicado o indicar ter sido impresso à custa da Companhia (de Jesus?) não lhe sendo nada lisongeiro o texto que se lhe refere. Vejam-se pag. 81 e segg.*

O ex-libris aqui fica reproduzido em zincogravura, para satisfação dos coleccionadores. Se por êle tentarmos esboçar o retrato psicológico do bom Abade, como tantos outros que o meu amigo Snr. Armando de Matos ensaiou no seu filosófico tratado sôbre a *Psicologia do ex-libris*, poderiamos, sem muita dificuldade, sintetizá-lo neste curto pensamento: Garnier lia os seus livros e emprestava-os aos amigos; logo, arriscava-se, algumas vezes, a ficar sem êles. O abade era uma alma simples, um coração bondoso ou.... um rematado idiota.

Ex Libris Caroli-Francisci
garnier, et Amicorum.

E' caso para consultar os técnicos.

Pondo de parte estas lucubrações sôbre estudos psíquicos, tentaremos em poucas palavras dar a conhecer o defunto Garnier, através de fontes mais seguras.

Charles François Garnier foi capelão da Igreja de S. Luiz, em Lisboa. Era natural da Lorena e doutorára-se em Teologia. Latino Coelho aproveitou para fontes da sua *Historia politica e militar* várias cartas do abade, que nos mostram haver êle tido grande influência política no seu tempo.

Por sua morte, ficou um apreciável museu de antiguidades e parece que uma valiosa colecção numismática, que mais tarde foi vendida em leilão — o cemitério doscoleccionadores —.

A "Gazeta" de 8 de fevereiro de 1806 reza assim:

«Capellão de S. Luiz dos Francezes.

"Ha de continuar o leilão da sua livraria, desde as 8 da manhã até às 7 da tarde, todos os dias do mez de

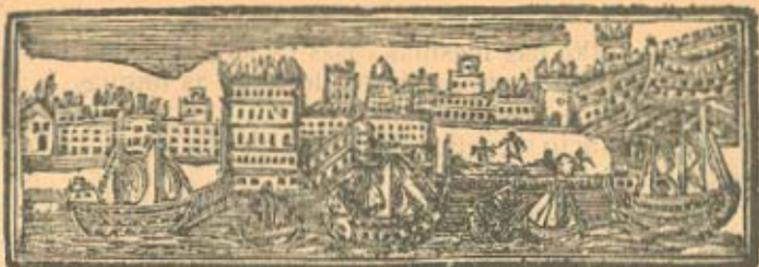
Julho de 1806, nas mesmas casas de S. Luiz, onde habitava. A livraria continha livros de todas as linguas, e as obras vendem-se separadamente».

O anúncio repetiu-se em 12 de Julho de 1806 e ainda no n.º 11 de 1807.

Que o nosso coleccionador era homem de alta cultura, mostra-o o facto de ser êle quem dirigiu as obras da Igreja, após o terremoto, chegando mesmo a modificar a primitiva traça.

O abade tem tido vários investigadores que dêle se teem ocupado. Para mais amplas notícias, remeto os leitores que pretendam estudar detidamente esta personagem do final do século XVIII, para:

Almanaques de Lisboa referentes a 1798, 1799, 1802 e 1803; Teixeira de Aragão, Tômo I, pág. 110; Sousa Viterbo em *Anotações Artísticas e Arqueológicas*, pág. 31, 32 e 33, *Arqueólogo*, Vol. XVI e Artur Lamas em *Medalhas*, pág. 83.

ERNESTO SOARES

A TRAGÉDIA DO „PATRIOTEN"

UBLICOU nesta revista o ilustre investigador Dr. Pedro Vitorino, em comentário a uma gravura de Godinho, uma curiosa notícia àcêrca do crime praticado em um navio suéco, ainda em águas portuguesas, por um grupo de contrabandistas. A narração foi feita, segundo no-lo diz o seu autor, sôbre um relato do Doutor Gramoza, impresso nos seus "*Successos de Portugal... desde 1742 até o anno de 1804*". Antes do Dr. Vitorino, já o falecido publicista Ribeiro Guimarães se referira ao caso, copiosamente, em artigo inserto no «Jornal do Commercio» de 30 de Novembro de 1867.

Ora, como temos notícia de mais algumas particularidades, aqui as arquivamos para complemento dêste capítulo da história criminológica portuguesa.

Em primeiro lugar, o nome do navio.

Chama-lhe o Dr. Pedro Vitorino *Patristen* (conforme a gravura) ou *Paristen*. Tambem aparece *Patristen* no Rol manuscrito enviado pelo consul de Nápoles ao intendente Pina Manique, e publicado na «Feira» pe-

lo Sr. Ernesto Soares em: «*David Perez* (*Subsídios para a sua biografia*)». Mas a «Gazeta» de 9 de Junho dêsse ano de 1780 chama-lhe por duas vezes «o navio Suéco *Patrioten*». Apelidar-se-ia com efeito o barco *O Patriota?* Julgamo-lo, e temos assim *Patristen* ou *Paristen* deturpações de mau calígrafo.

A respeito do capitão, o mesmo. No precedente artigo da «Feira» chama-se-lhe *Jes Plausen*. Mas já o Rol lhe dá o nome de *Jes Plasser*, e a «Gazeta» mencionada *J. Paulsen*, repetidas vezes.

Arrumado êste assunto, passemos adiante.

Conforme se lê na fôlha de 9 de Junho, a nova do crime havia tempo que era conhecida em Lisboa. «*Ha dias que a noticia de hum successo inaudito tem consternado, e cheio de horror os animos das pessoas sensiveis desta Capital, e cada vez se ajuntão novas circunstancias, que augmentão a atrocidade de este facto, do qual temos demorado a relação, tanto pela repugnancia a representar acontecimentos funestos, como pela variedade com que se tem espalhado as noticias*».

Relata o gazeteiro como, tendo o navio saído a barra em 2 de Junho, uma sexta feira, foi atacado em a noite imediata por *hum ou mais barcos de alto*, cujos tripulantes entraram a bordo e mataram cruelmente passageiros e equipagem. Na intenção de encobrirem o atentado, fizeram dois rombos na embarcação, a qual sobrenadou, porém, indo encalhar perto do cabo Espichel. Referia ainda o jornal que tinham escapado apenas três pessoas: um marinheiro, que se atirou ao mar e foi salvo por um batel; o Mestre e seu filho, que se esconderam. E, em conclusão, acrescenta: «. . . *já hontem se disse que o tinham posto a nado para o conduzir a este porto: do exame delle, e das diligencias que providamente se fazem para aprehender os sceleratos, resultará mais certeza na noticia das circunstancias, para formarmos huma individual relação deste facto*. . .».

Esta *individual relação* não apareceu; nem se fêz referência, neste número ou em os seguintes, ao móbil do crime.

Condizem os pormenores com os dados pelo Doutor Gramoza, mas não fala a «Gazeta» na conivência do capitão Paulsen com os assassinos. As particularidades fornecidas pelo tesoureiro da Casa Real, António Gomes da Silva, e publicadas pelo Sr. Ernesto Soares, dispensam-nos de fazer referência a mais circunstâncias do atentado. Mas parece-nos necessário examinar um ponto: no Rol publicado pelo Sr. Ernesto Soares fala-se em um hábito de Cristo, com brilhantes, que êste erudito publicista parece admitir como sendo do espólio de David Perez. Parece-nos, porém, que tanto podia ter pertencido ao falecido compositor napolitano como a seu sobrinho, o Presbítero João Ferro Peres, pois a êste foi concedida idêntica mercê pela carta régia de 10 de Maio de 1780, registada na Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 8.º de Mercês de D. Maria I, a fl. 148 v.

Os bens roubados, foram reavidos quando os assassinos caíram nas mãos da Intendência; outro tanto aconteceu à carga do navio: tabaco e couros.

Passado pouco mais de um mês, em 9 de Julho, estando os marinheiros de outro navio suéco, *Margarida*, destinado a Génova, derretendo tinta negra para pintura das cintas, incendiou-se a resina derramada na coberta. Atrapalhados, deixaram os tripulantes o fogo progredir e, quando acorreu a Mestrança do Arsenal, nada mais poude fazer do que rebocar a barca para a Cova da Piedade. Aí, tentaram salvar a carga, constituída por tabaco, couros e açúcar, mas em vão. A «Gazeta» avaliava as perdas em 150 a 200 mil cruzados.

E a que vem esta notícia? Ao seguinte: «... *parte della carga* (diz a «Gazeta») *era da que se tinha salvado do outro navio Sueco que foi tão cruelmente roubado nos nossos mares*». Em conclusão, rematava o jornal:

«alguns dos authores daquelle horrivel crime se achão já prezos».

Em 11 de Agôsto de 1781 foi publicada a sentença condenatória, impressa na oficina de José de Aquino Bulhões e executada na tarde de 14, conforme o relato da «Gazeta» de 17. Os réus, em número de três, foram arrastados até à Praça do Desembarque (Cais do Sodré), junto à Ribeira Nova, aí enforcados e seguidamente degolados e esquartejados. As cabeças espetaram-nas em postes, na praia de Albufeira, e os quartos em outros mastros, adrede preparados, desde a Ribeira a Belém, *«onde estarão com o tempo se consumirem»*.

A sentença, que se cumpriu fielmente, e nos parece, como escreve o Dr. Pedro Vitorino, *bárbara* e *feroz*, não era como tal considerada pela época, e o rigor da pena era admitido, em tôda a parte, como o único meio de repressão. Procurava-se essencialmente, conforme disse o Prof. Beleza dos Santos na sua conferência sôbre *«O regime prisional»*:— *«dar uma satisfação aos ofendidos, retribuir o mal do crime, eliminar os indesejáveis e, sobretudo, intimidar pelo terror das penas e pela sua publicidade»*. E Roberto Anchel comenta em *«Crimes et chatiments au XVIII.e siècle»*:-*«Le peuple réclamait, manifestait son mécontentement quand une atténuation du supplice venait abréger les souffrances d'un condamné dont ont regardait, à tort ou à raison, le crime comme particulièrement odieux»*. Por isso se lê na citada «Gazeta» de 17 de Agôsto: *«adequado meio de infundir o temor do castigo, que tanta maldade estava exigindo Justiça»*. Como se verá seguidamente, alguém houve que entendeu ainda a punição inferior ao crime.

Esse alguém foi o celebérrimo e insonsíssimo José Daniel Rodrigues da Costa, um dos mais lidos escritores do fim do século XVIII, no dizer de Inocêncio, e autor de «peregrinas» obras como o *Almocreve das Petas, Comboi de Mentiras*, etc., o qual, em memória do caso, publicou

na oficina de Francisco Luiz Ameno a ode que, para terminar, em parte reproduzimos, e que traz o seguinte título:

«Espada/de Justiça/sob os reos/do horroroso delito praticado no Na/vio pelo que morrerão enforcados/aos 14 de Agosto de 1781».

. . . .

. . . .

Dos bens alheios ávidas Arpias,
Das cavernas Estygias povoadoras,
Tristes imagens só de Tyrannias,
Dos mais insultos aggressoras
Vaõ atacar na liquida corrente
A nadante morada, a inerme gente.
Já as nocturnas aves vão pascendo
Com os bicos de ferros aguçados,
Nos quentes corações satisfazendo
Os vis desejos nunca saciados:
Aos tristes palpitantes destruidos
Calcão os pés imundos, e cruentos,
De huns resoão inda alguns gemidos,
Outros de todo já naõ tem alentos:
He tudo confusão, tudo agonia,
Que encobre a noite, té que chega o dia.
Aos maniatados corpos traspassando
Do silencio nocturno a amiga turba,
Que sera farta no sangue miserando,
E o socego publico perturba,
Huns entregão o peito ao golpe duro,
Sem remedio saõ outros aprehendidos,
Huns escolhem o mar por mais seguro,
Outros escapão sim, mas escondidos;
Este cahe, outro expira, aquele geme,
Correm rios de sangue, e tudo treme.
Com este pezo as aguas se incurvarão,
E Neptuno apôs delle, logo erguendo

A lança triplicada, se avistarão
Em sanguentadas ondas decorrendo;
As formosas Nereidas lhe assistião,
As crystallinas lagrimas limpando,
E os ligeiros Delfins tristes corrião,
Com mil ordens a Eolo decretando:
Os Euros sibilantes quiescerão;
Boreas, e Aquilões emudecerão.
Torpe, execrando, barbaro, incontrito,
Em vão, em vão procuras asylarte,
Pois que a culpa em sagrado he hum delito,
Que o sagrado não deve perdoarte:
Elle te guardará por criminoso,
E os mesmos elementos conjurados
Farão teu supplicio tormentoso.
Por crimes nunca de outros cogitados:
Casos de horror, de susto, magoa e pranto,

. . . .

Que ás mesmas féras causaria espanto!
Vem ó filha do ceo, de Themis filha,
Que nascendo do Ceo, ao Ceo tornaste
Em cuja maõ direita a espada brilha,
E na esquerda equilibrios ensinaste;
Dispoem golpes mortaes, golpes sensiveis,
Contra os filhos da terra, vis, cruentos,
Monstros da tyrannia os mais terriveis,
Dignos de alto castigo, altos tormentos;
Casta filha de Jove a iniquidade.
Tanto delicto, insulto, e crueldade.
Já os ferreos grilhões, grilhões pezados
Arrastrão os crueis insultadores,
Já ficão comprehendidos, e accusados
Do delicto maior, culpas maiores;
Confessos, maniatados, e arguidos

Gemem, debaixo dos mais justos pezos,
A certeza de serem percutidos,
O tormento de serem Réos, e prezos.
De pagarem as vidas tantos damnos
Para mais horror dos deshumanos.
Olhai crueis a sorte do tormento,
Que não tem proporção com tal insulto,
Assim como differe do cruento
O justo coração, o mesmo indulto.
Ide, ide pagar feios delictos,
E ser nos altos póstes presentados;
Não incautos, sem tempo, inda que afflitos,
Com culpa, com pavor, e preparados;
Vêde, vêde o que póde a alta Piedade,
Inda quando castiga a vil maldade
A mão mimosa, e Regia...

. . . .

He, quem fez castigar o impio roubo,
Quem nos fez libertar do voraz lobo.

. . . .

Durval Pires de Lima

ARTE RELIGIOSA DA ÍNDIA PORTUGUESA

A IGREJA DE RIBANDAR

Teve esta igreja origem em uma ermida da invocação da Imaculada Conceição, e em virtude dum acontecimento fortuito foi erecta em igreja.

Eis a tradição dêste dramático episódio:

"Um barco vindo de Portugal, num tremendo lance marítimo foi surpreendido por um pavoroso temporal no mar das Índias, ficando com os mastros derruídos e velame esfarrapado, sem o leme dirigente, sôbre o abismo profundo e horroroso do Oceano, e prestes a submergir-se. Nesse transe aflitivo, o comandante com a tripulação, pondo-se de joelhos e levantando mãos ao ceu, implorou com fervor a protecção da Virgem *Estrêla do Mar*, tendo-se lhes avistado, por entre os mastros partidos e nuvens tenebrosas e densas, a silhueta esplendorosa da Rainha do Ceu, e ouvindo-se nitidamente, através da ventania e do trovão, uma voz soberana e animadora:—*Arriba, e andar!* E o barco desmantelado, sem norte nem guia, veio, ar-

rastando-se, fundear na praia desta frèguesia, ao norte da antiga ermida de N. Senhora da Conceição, onde ao depois, pelos anos de 1623, em cumprimento dum voto da tripulação do barco, foi construída a actual igreja sob a invocação de N. Senhora da Ajuda. Na praia, nas alturas em que o barco arribou, existem duas cruzes de pedra azul escura em pedestais de alvenaria que marcam o comprimento do navio, que era de 102 metros." (1)

O barco parece-nos que não podia ter naqueles tempos 102 metros de comprido e, tendo-os, não poderia subir até àquele lugar.

Rememorando o facto de ter arribado àquela praia o barco, facto que a tradição transmite de geração em geração, na procissão que sai da igreja no dia da festa de N. S.ª de Ajuda, que se soleniza anualmente no segundo domingo do mês de Novembro, é levado na frente da irmandade um barco lindamente equipado com todos os instrumentos náuticos e embandeirado em arco, tendo no alto do mastro grande uma imagem de N. S.ª da Ajuda, conduzido por doze meninos vestidos à maruja." (2)

Por cima do arco da capela-mor da igreja há um quadro representando o barco com N. Senhora, e um fresco do mesmo na parede exterior do lado do rio. O fôrro do tecto da igreja era de paineis com episódios do Velho Testamento. Dizia-se que eram feitos de madeira da nau arribada, e se perderam em 1900 por ocasião da reforma do tecto. As traves lavradas que suportavam êstes quadros estão hoje no corredor da igreja e no cemitério.

Diz o *Annuario do Arcebispado* que a igreja foi fun-

(1) J. Osório de Castro, *Anuario de 1909*. V. também a lenda no "Heraldo" de 9-XI-902 (T. Braga).

(2) José F. Colaço, *Homenagem a N. S.ta da Ajuda*.

dada em 1623, talvez por existir a provisão de confirmação da confraria do Bom Jesus desta igreja, de 21 de Outubro do dito ano; mas no *Título de tôdas as despezas ordinárias que se fazem na cidade de Goa à custa da fazenda de S. A.*, ano de 1575-1576, figura a "freguesia de Nossa S.ra da Juda que está no paço de Rebandar". [1]

E J. N. da Fonseca: "By the rules framed by D. Antão de Noronha in 1565 a sum of L. 1-13-4 was annually guaranted from the public treasury for the support of its vicar". [2]

Em 1711 foi reformada e beneficiada esta igreja, sendo possível que nessa ocasião tenha funcionado na capela de N. Senhora de Livra-Febres, de Chimbel, onde ainda continua a ter o baptistério. Em 1900 funcionou na capela de N. S.ra dos Remédios.

*

Ao fundo do retábulo do altar mor dedicado ao orago, há o nicho-capelinha do SS. Sacramento, todo forrado de talha dourada, hoje coberto com o trono. O retábulo pertenceu ao Colégio de N. S.ra do Pópulo e foi colocado em 1841 com as grandes imagens de Santo Agostinho e Santa Mónica. Estão também no altar as imagens de S. António e S. Pedro.

Os colaterais são dedicados a N. S.ra do Monte e a Jesus Crucificado. No alto do primeiro está a imagem de S. Miguel, dos lados as de N. S.ra dos Prazeres e de S. José, da extinta igreja de S. Tomé, e abaixo a de S. Francisco Xavier. No alto do segundo, a do Senhor Ressuscitado, em baixo a do Bom Jesus e de lado as de S. Sebastião e N. S.ra da Assunção. No sarcófago a do Senhor Morto, que tem molas nos olhos.

---

(1) Divulgado por P. Pissurlencar no "Boletim do Instituto Vasco da Gama", n.º 25.

(2) *Historical Sketch.*

No nicho do púlpito está a imagem da Imaculada Conceição da primitiva capela. No corpo da igreja, o altar da Inquisição com o grande crucifixo, as imagens de N. Senhora e de S. João, a de S. Maria Madalena que esteve depositada no Arsenal [1] e o SS. Coração de Jesus.

Figuram entre os objectos notáveis: a cadeira paroquial, os quadros de S. Francisco de Assis, o da *Ceia*, no claustro, o portão da igreja com coroa condal e a data de 1627, os relevos da Imaculada, N. Sr.ª das Dores e S. Pedro, a coroa de oiro cravejada de diamantes e esmeraldas da N. Senhora da Ajuda e a custódia com campainhas.

A cruz do frontespício pertenceu ao da igreja do Seminário do Chorão. Do lado do norte existe um bonito carneiro da frèguesia.

A confraria do Bom Jesus foi adjudicada à arquiconfraria de Roma por bula de 1 de Março de 1829 e a irmandade de N. *S.*ª da Ajuda, erecta em Junho de 1672, foi confirmada por provisão de 18 de Outubro dêsse ano.

Na noite de 15 de Março de 1554 esteve guardado na primitiva capela o corpo de S. Francisco Xavier, de caminho para a cidade.

Na quinta feira de Endoenças, após o "lava-pés" na Serra de Chimbel, saía desta uma imponente procissão em que tomavam parte o governador (provedor) da confraria da Misericórdia e uma guarda de honra; e, depois de visitar a igreja do Recolhimento, vinha a esta para visitar por sua vez o Diviníssimo, trazendo o crucifixo descoberto por especial licença de Roma. A meio-caminho era recebida por outra procissão que saía da igreja de Ribandar [2].

(1) Vid. *Imprensa* de 24-VIII-1871.
(2) O "Heraldo" de 27-III-1902.

M. R. Teles.

RECORDANDO O PASSADO

Intendente Pina Manique mandou distribuir no mês de Julho de 1790 uma fôlha volante com o título: *Methodo de restituir a vida ás pessoas apparentemente mortas por afogamento ou sufocaçaõ.*

Uma das recomendações era a seguinte:

«VII—Assoprai-lhe com força os bofes por meio de um fole ordinario, cuja ponta do canudo entre por huma das ventas...»

E no capítulo VIII recomendava as fumaças de tabaco introduzidas na via posterior por meio de uma seringa fumigatória ou por meio de dois cachimbos, metendo o canudo de um na via com a sua concha cheia de tabaco aceso, e soprando pelo cano do outro, cuja concha esteja sôbre o primeiro.

*

A Academia Real das Ciências promoveu em 1812 a cultura da batata, como havia promovido em 1811 a cultura do trigo sarraceno, nabos e favas. D. João 6.º mandou dar para aquele fim um valioso premio pecuniário.

*

No dia 2 de Abril de 1755, junto ao adro de Nossa

Senhora da Vitória, faleceu de febre maligna Mariana Teresa. E faleceu por ter dado a luz um feto com forma de gato. Os cirurgiões concorreram a dar a sua opinião e um dêles, anónimamente, publicou uma *Dissertaçaõ critica, fisica, e moral sobre a impossibilidade de um feto da especie de gato.*

*

Em 1792, numa quinta em Sete-Rios, apareceram 7 cachos com barbas. A parreira era da casta boal (muito frequente no sul do país) e as barbas nasceram em tôda a extensão dos engaços e sahiam por entre os bagos, caindo para baixo, e eram semelhantes às das espigas de milho, sendo mais grossas. Publicou-se um folheto sôbre o assunto com o título: *Reflexões sobre os cachos das barbas.* Saiu anónimo.

*

Possuo uma colecção de 10 prospectos de espectáculos teatrais celebrados nos teatros do Salitre, S. Carlos e Rua dos Condes nos anos de 1796, 1797, 1802, 1806, 1814, 1817, e 1821.

Êsses prospectos não eram como os de hoje. Impressos em almaço forte, tendo o texto dentro de uma cercadura tipográfica, explicavam todos os pormenores do espectáculo e, como havia poucos cartazes anunciadores nas paredes, substituiam-nos e serviam ao mesmo tempo de programa.

Ignoro se existe outra colecção maior do que a minha, mas creio que os meus exemplares são únicos.

No dia 30 de Janeiro de 1817, houve na rua dos Condes um espectáculo em benefício de Carlos Marquezi, *primeiro bailarino serio.* A ordem do espectáculo foi a seguinte: Drama *Pedro o Grande ou os Falsos Mendigos.* Dança *O Roubo de Zinna ou A tomada do Castelo de Zambak.* Entremês *Os dois Escalda Favaes.* Bailete *O Soldado por força ou O Caçador Sentinela.* Prin-

cipiou ás 6 horas e meia. E nessa noite começou-se o Carnaval.

No dia 6 de Fevereiro de 1817 houve no mesmo teatro o benefício de Pedro Valli, *primeiro bailarino á vicenda*(?) Ordem do espectáculo: Drama alegórico *O Genio de Wellington ou A victoria do Bussaco.* No fim do drama, a actriz Maria Inácia da Luz cantou um hino em louvor do Heroi. Comedia *A guerra declarada.* No fim do primeiro acto houve um bailete: *Os dois anões fugidos.* Dança *Kamur, Principe Tartaro.* Entremês *Manuel Mendes.*

Nos dias 28 de Fevereiro, 6, 10 e 13 de Março de 1796 cantaram-se 4 oratorias no Teatro de S. Carlos: *Santa Helena do Calvario, Débora Suzana,* a *Desfeita de Jerusalem* e *José reconhecido.* O espectáculo começou ás 7 e meia, e toda a pessoa que tivesse bilhete podia levar uma senhora, sem mais despeza.

No dia 27 *do corrente* (?) de 1797, no teatro do Salitre, representou-se a comédia *A Inocencia triunfante da impostura e da intriga ou A segunda parte do Serralheiro Olandez.* No intervalo do 3.º para o 4.º acto José Antonio Sopas cantou uma ária e depois desta houve um bailete *O Francez logrado por amor.*

No dia 7 de Julho de 1814 na Rua dos Condes representou-se o Drama *Um por outro.* Depois do primeiro acto a companhia de fumâmbulos executou *dificultosos volteios entre os quais o Diabrete* fez um grande salto mortal *ainda não visto,* caindo da altura de quatro mesas. No intervalo do 2.º acto o Diabrete subiu á corda bamba. No final do espectáculo houve *Sombras chinesas.* Entre diversosquadros viu-se o naufrágio de uma nau e o último tinha por título as *Feiticeiras multiplicadas.* Principiou ás 8 e meia.

Nos dias 19 e 20 *do corrente* (?) de 1797, no teatro do Salitre houve um concêrto de música vocal e

instrumental. Um dos números sensacionais foi a aparição de Catarina Perine, de 8 anos de idade, que cantou uma *ária bufa*, representou uma *Fábula* e dançou com o pai, Vitório Perine, um minuete.

No dia 12 de Outubro de 1821, faustosíssimo aniversário do *Senhor D. Pedro. Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algaı ves*, na Rua dos Condes representou-se o drama alegórico em verso *O Alcaçar do génio luso*. Depois o Drama *sentimental* em verso *O Saloio da natureza ou os amantes da Arabia*. O cenário era do pintor do teatro, Eugenio Joaquim Alves. Depois, seguiu-se a Farça *O aviso da Gazeta*, com música.

Não se marcava a hora em que devia começar o espectaculo, por *atendiveis motivos*. Quaes seriam eles?

No dia 21 de Novembro 1796, cantaram-se em S. Carlos a Burleta o *Desertor Francez*, musica de Gazania, fazendo a parte de Coronel o sr. José Tavani e, a de tenente, *um Sujeito novamente escriturado para êste teatro*.

*

No dia 18 de Dezembro de 1868, no beneficio de Ana Elisa Pereira ou, como era mais conhecida, Ana Pereira, distribuiu-se uma poesia de Silva Pinto.

Começava assim:

A arte é sempre grande, quer domine altiva,
Quer nos encante em arrulhos de doce amor,
Quer imite a vaga do pod'roso Oceano,
Quer seja o perfume do laranjal em flor.

A arte é sempre bella, quer arranque á alma
Lagrimas de ternura,
Quer n'ella derrame consoladora calma,
Dôce paz e ventura.

Porisso és grande artista, teu olhar suave
Que fascina e que mata, dá vida tambem!

N'elle vê-se a Lua com seus raios de prata
E o esplendente Sol qu'illuminar-nos vem.

Se das Ristoris esmaga o fero olhar,
Inebria o encanto desse teu,
Se n'aquelle vê-se a terra e o mar
No teu, oh Anna! vê-se infindo ceo.

Salvé, Artista. Tu qu'és inspirada
E filha muito querida entre as de Thalia
Salvé Anna! Salvé, Celeste Fada
Enviada do Reino da Harmonia.

No primeiro beneficio que Ana Pereira fêz, em Setembro de 1868, também se distribuiu uma quadra de F. A. Soromenho. Dessa poesia possuo uma reprodução fotográfica (talvez assim publicada) em que as sílabas das palavras são substituidas por figuras de cousas.

A quadra deve ser assim, seguindo á risca a interpretação dos desenhos:

Salvé! Ó de Thalia filha inspirada
Nossas palmas esta Deusa (Musa) a colhêr vem
Vem á scena afirmar qu'a scena (?)
Ninguem como tu decerto o mundo tem.

*

Tenho na minha colecção o retrato da Volpini, e ao contemplá-lo, recordo-me do que meu pai me contava a respeito da homenagem que a Academia de Coimbra fizera à insigne cantora quando ela foi àquela cidade.

A meio do espectáculo, um estudante chamado Duarte, de um camarote improvisou o seguinte:

Pérolas de ouro!
Diamantes de marfim!

Oh! Sim!
O amor não se define!
Adeus, Volpini
Adeus! Adeus!

Foi um sucesso. Vinha a casa abaixo com aplausos. Mas outro que era um trocista de marca, pediu silêncio e recitou:

Couves de cenoura!
Cebolas de feijão!
Oh! Não!
O amor é um tomate;
Adeus, Duarte!
Adeus! Adeus!

Se haviam aplaudido o Duarte, o outro foi levado em triunfo, e aquela noite da Volpini deixou no coração de todos uma saudade eterna.

*

O emprezário do Teatro de S. Carlos, no ano de 1801, era o Doutor José Joaquim de Sousa Bahiana que, para sustentar a sua empreza, ideou uma *Rifa de alguns trastes, camarotes e bilhetes de huma e outra plateia.*

O 1.º prémio consistia em "hum grande e magnifico relogio de dois mostradores com 4 figuras de bronze doirado nos ângulos; e assim mesmo 4 passarinhos que se movem, e cantaõ diferentes cantigas, por effeito de hum excellente maquinismo de carrilhão de orgão e campainhas que toca agradaveis e diversas peças de musica»!

Havia também outros prémios, tais como; camarotes de diversas ordens, bilhetes de assinatura de outros lugares, plumas de diamantes, espelhos, leques, colares de ouro, cortes de fazenda, salvas de prata, etc. etc.

*

Joséph Ferlendis, professor de oboé e de *corno in-*

glez no Real Teatro de S. Carlos, deu um concêrto vocal e instrumental na *Sala defronte do mesmo teatro*, no ano de 1806. Na 1.ª parte tocaram-se uma sinfonia de Haydn, um quarteto de flauta e um concêrto de corno inglês e cantaram-se uma ária de Paisiello, um minueto de Fioravanti, uma ária de Per e um dueto de Farinelli.

Na 2.ª parte, tocaram-se a sinfonia da *Batalha de Austerlitz*, um terceto de violoncelo, um concêrto de corno inglês, uma grande sinfonia de Pleyel e cantaram-se uma ária de Cimarosa, uma ária de Maer, outra de Nasolini e um dueto de Guglielmi.

Continuar-se-ha

João Jardim de Vilhena

O PINTOR FONSECA E O BARÃO DE QUINTELA

OMO contribuição para a biografia do pintor lisbonense António Manuel da Fonseca (1796-1890), professor que foi de pintura histórica na Academia de Belas Artes de Lisboa, vou tornar públicos dois documentos que se incluem na minha colecção de manuscritos e autógrafos.

Ambos respeitam ao barão de Quintela e ao seu protegido Fonseca, estudante em Roma, parece, desde 1822, com o subsídio que êsse generoso titular lhe proporcionou.

Não insistirei em pormenores, já conhecidos, da vida do artista relacionados com o Morgado de Farrobo, em cujo palácio, à rua do Alecrim, em Lisboa, ficaram patentes algumas pinturas de Manuel da Fonseca ornamentando diversas dependências da opulenta habitação. O Dr. Sousa Viterbo, a propósito, escreve: «E' por certo o seu trabalho mais valioso e de mais amplas dimensões. Executou-o em 1822, tendo a satisfação de o restaurar em 1878 (*Noticia de alguns pin-*

tores, I). Apenas pretendo apresentar os documentos, e esclarecê-los com algumas indispensáveis notas, a títu lo informativo, como complemento de outros de que Viterbo dá copia (*loc. cit.*), nenhum dos quais se refere, contudo, à estada do artista em Roma.

Como se sabe, António Manuel da Fonseca teve na Cidade Eterna, onde permaneceu dez anos, dois mestres, André Pozzi e o Barão Camoncini, dedicando-se aí, com afinco, a fazer cópias dos grandes pintores, as quais remetia para Lisboa.

E' do seu primeiro mestre André Pozzi, o certificado seguinte que fielmente se traslada:

"Io sottoscritto accerto con veritá, che li quadri che manda in Portogallo il Sig. Antonio Emanuele di Fonsegha Pensionato dal Ex.^mo^ *Sig.* Barone di Quintella, sono copie dal, medesimo dipinte, ed esequite con molta bravura, ed imitasione dagli Originale, e sono le seguinti:

P.^no^ La Vergine coronata dal Divin Figlio, copiata da un quadro di Giulio Romano.
D.° La Vergine con il Bambino, copiata da un opera di Sassoferato.
D.° Santa Lucia, copiata presso Carlin Dolci.
D.° Un Retratto di Ammiraglio Spagnolo, di Vandaich.
D.° Un Bassorilievo, a chiarosuro, copiato dal vero.
D.° Il Retratto fatto de se medesimo.

Roma 22 Giugno 1828

Andrea Pozzi Pitt.^re^ Accd.^mo^ di S. Luca, e professor di Pittura, nelle Seccole di Belle Arte, nell'Archiginnasio della Sapienza etc.

Certifico ser esta assinatura da propria letra do Sr· André Pozzi Professor de Pintura. E por ser verdade,

vai esta por mim assinada, e sellada com o Sello Real das Armas deste Consulado Geral dos Reinos de Portugal, e dos Algarves. Roma 28 de Junho de 1828.

O Cav. Camillo Luiz de Rossi Agente dos Negocios e Consul Geral de S. M. Fidelissima.
Gratis
(Sêlo branco)

Consequência do documento anterior é o atestado que o barão de Quintela escreveu pelo seu próprio punho, dêste modo:

"O Barão de Quintella Joaquim Pedro Quintella do Farrobo Fidalgo Cavalleiro da Caza Real Commendador da Ordem de Christo e da Comenda do Forno de Palhavãa, Morgado do Farrobo, Alcayde Mor da Villa do Prestimo etc.

"Attesto, e afirmo debaixo de Juramento que dezejando animar quanto possa as Artes Nacionaes, e Reconhecendo em Antonio Manoel da Fonseca genio, e talento bastante p.ª a Pintura, Architetura, e Dezenho, o tomei como meu Pençionista mandando-o p.r minha Conta á Roma p.ª estudar, aonde Se acha a 3 annos, Constando-me p.r infr.es particulares, e pelos Decumentos juntos que elle frequenta com assiduid.e e aproveitamento. Attesto mais debaixo do mesmo Juramento que o dito Fonseca me remete pelo Bergantim Sardo, Livieta, Seis quadros pintados p.r elle mesmo que São provas, e enssaios de Seus estudos os quaes quadros e essas allegorias Constão da notta do Professor Accademico junta, e se achão ao prezente na Alfandega Grande desta Cidade. Lisboa 27 de Novembro de 1828.

(a) *Barão de Quintella*„

(Sêlo branco com brazão)

Dizem os seus biografos que o pintor Fonseca estudou em Roma "subsidiado primeiro pelo governo e

MILAGRE DE SANTO ANTÓNIO
Por António Manuel da Fonseca (1796-1891)

Des. à pena com aguada a tinta da China, Pertence ao pintor portuense Sr. Alberto Silva

depois pelo conde de Farrobo" ou, com mais propriedade, pelo barão de Quintela, visto o título de conde ter sido concedido em 1833.

Todavia, nos citados documentos não há qualquer alusão ao Estado; parece inferir-se que o seu objectivo seria justificar a explicação do jovem artista, que permanecia em Roma, possivelmente, junto das estâncias oficiais. ¿Pretenderiam então retirar-lhe o subsídio? ¿Tê-lo-hia já perdido? Não se compreende o atestado de Quintela de maneira diversa.

Na lista dos trabalhos enviados vê-se que o único original é o retrato do artista, feito por êle próprio.

Todos os quadros referidos no certificado do seu mestre Pozzi, vêm indicados entre as obras de António Manuel da Fonseca, cuja lista acompanha umas notas biográficas do pintor em *Os Fastos de Ovídio*, tradução de Castilho—Lisboa, 1862 (Catálogo dos anotadores).

O pintor Fonseca realizou cópias muito fiéis, algumas notáveis, como a *Transfiguração de Cristo*, de Rafael Sânzio, e a *Comunhão de S. Jerónimo*, de Domenico Zampieri, que se encontram hoje no Museu Nacional de Belas Artes, em Lisboa. Ambas pertenceram à colecção do conde de Farrobo, tendo sido oferecidas ao Museu, em 1866, pelo rei D. Fernando.

PEDRO VITORINO

NOTAS CAMILIANAS

SÔBRE «O DEMONIO DO OURO»

arquivo do Govêrno Civil do Pôrto, rico e inexgotavel manancial, completamente inédito e desconhecido dos investigadores, e que me acho a organizar, por convite muito amável do Ex.mo Snr. Dr. Agostinho José da Costa Lobo, a quem rendo as minhas homenagens, tem-me dado assunto para estudos muito interessantes, a realizar oportunamente. Mas, aquele que se me proporcionou agora, acho-o de tal maneira curioso que não resisto desde já á tentação de o tornar conhecido de todos os camilianistas.

Trata-se de vários documentos oficiais, datados de 1850 e 1851, que vou passar a publicar na íntegra, sôbre parte da herança de Manuel Vieira, falecido em Londres, o protagonista de *O Demonio do Ouro*, e os descendentes de seus irmãos; repartição das quotas partes do espólio, que se achava arrecadado no Depósito Público na importância de 183.956$356 reis; das dúvidas que se suscitaram por parte do Ministério da Justiça para nulidade das habilitações; resposta do Pro-

curador Régio, etc. etc.. Camilo, na *Maria da Fonte* diz-nos que foi pelos apontamentos de Ferreira de Melo e Andrade que fez a história da herança de Londres, «... que levantaram á opulencia alguns jornaleiros, resvalados depois á miseria e ao latrocinio...»

Infelizmente, as personagens do livro não são as mencionadas na lista dos herdeiros que se acha junta ao processo existente no cartório do escrivão Coutinho, conforme se vê do documento adiante copiado.

Principia a documentação com a seguinte portaria:

MINISTERIO DA JUSTIÇA — *Repartição da Justiça*

Convindo recolher todas as provas que se poderem alcançar não só sobre a simulação de pessoa dos dous individuos José Vieira e José Rodrigues Vieira que receberam a herança de Manoel Vieira, fallecido em Londres, como irmãos delle, somente por effeito do testamento, sem habilitação nem demonstração de identidade; mas tambem sobre a falta de parentesco com o testador dos outros herdeiros habilitados; para em presença das provas que apparecerem se poder com segurança assentar, se deve ou não ser proposta a acção de nullidade das habilitações, e a demanda da herança por parte da Fazenda Publica: Manda Sua Magestade a Rainha que o Governador Civil do Districto do Porto faça proceder ás diligencias a seu alcance com o fim de obter aquellas provas, e remetta logo as que lhe for possivel conseguir; intendendo-se com o Procurador Regio da Relação do Porto, a quem nesta data se escreve para esse fim. Paço em 30 de Dezembro de 1850.

(a) Felix Per.ª de Mag.s

O Governador Civil Joaquim José Dias Lopes de Vasconcelos, oficia ao Procurador Régio juntando cópia desta portaria, conforme se vê do documento a seguir, extraído de um dos copiadores.

Copia de copia — N.º 25-Ao procurador Regio junto á Rª do Porto.—

Havendo-me sido ordenado pelo Ministerio das Justiças em Portaria de 30 de Dezbrº findo, que adjunta envio por copia, que de combinação com V. Ex.ª proceda ás diligencias que forem convenientes á cerca de simulação que parece ter havido das pessoas dos dous individuos José Vieira, e José Roiz Vieira, que receberão a herança de Manoel Vieira fallecido em Londres, e não havendo nesta Repam conhecimento dos referidos sujeitos nem das provas, com que justificarão a identidade de suas pessoas; vou rogar a V. S.ª se sirva participar-me á vista do processo que deve existir em algum dos Cartorios da Comarca desta Cidade quem são os mencionados Vieiras a que se refere a citada Portaria, e quaes forão as provas que produzirão para receberem a dita herança. Porto 9 de Janeiro de 1851.

(a) J. J. D. L. Vas.

A êste oficio responde o Procurador Régio com o a seguir, acompanhando a lista dos herdeiros e as quotas partes que cada um dêles recebeu.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Em cumprimento do officio de V. Ex.ª datado de 9 do corrente, acompanhado d'uma Portaria por copia do Ministerio da Justiça com data de 30 do proximo preterito mez, tenho a honra de remetter a V. Ex.ª a inclusa relação não só das pessoas, que ficarão herdeiras por morte de Manoel Vieira, fallecido em Londres, mas tambem das que como taes se hibilitaram (*sic*), e levantarão nessa qualidade do Deposito Publico 183.950$356, sendo os constantes da predita relação, uns da Comarca da Povoa de Lanhozo, e outros da de Braga, e outros finalmente d'esta Cidade, como confusamente consta do respectivo processo, para cujo exame bastante trabalho tenho tido.

Como dos autos respectivos consta, que o Negociante João Antonio Vieira de Magalhães, morador ás Virtudes, por si, e pela maior parte d'aquelles herdeiros habilitados levantara não menos do que 143.103$598, rogava por isso a V. Ex.ª desse as suas ordens para elle dar todos os esclarecimentos precizos, e ter a bondade de transmittir-mos. Eu n'este correio remetto a predita relação aos meus Delegados nas Comarcas da Povoa de Lanhozo, e Braga, afim de me informarem no sentido d'aquella Portaria. Em face do exame d'aquelles autos he minha opinião, que ainda que se possão por qualquer maneira considerar illegaes ou nullas as habilitações, e fazer-se voltar tudo á sua origem, ou ao momento da morte do Testador, nenhum proveito d'ahi resultaria á Fazenda porque nessa epoca havião herdeiros certos, e mesmo que alguns como taes se não reconhecessem, sempre havião herdeiros legitimos, ou ab intestato.

Quanto mais: da Sentença que mandou passar os Precatorios do levantamento de todo aquelle dinheiro ha appellação pendente n'este Tribunal por parte d'alguns, que não forão attendidos=Ad huc sub Judice lis est.=Deos guarde a V. Ex.ª Porto, 25 de Janeiro de 1851. Ill.mo e Ex.mo Snr. Governador Civil do Districto do Porto.

O Ajudante S. de Procurador Regio

(a) Manoel José Botelho

Relação dos herdeiros de Manoel Vieira, fallecido em Londres.

Os herdeiros primarios do fallecido Manoel Vieira, instituidos como taes em seu Testamento, forão oito, sendo sete irmãos, e uma prima;—a saber irmãos Jozefa Vieira—Joze Rodrigues Vieira—Domingos Vieira—Joze Antonio da Silva—Thereza Lourença—Narcizo Luiz Vieira—e Anna Maria Vieira, e uma prima por nome Ma-

ria Rodrigues; os quaes todos forão contemplados pelo Testador com igualdade na percepção da sua herança. Estes oitos herdeiros são fallecidos; e d'elles isto he de seis existem seus representantes actuaes, abaixo designados, por isso que dous dos mesmos já não existem, nem quem os represente, a saber:

Jozefa Vieira, irmã, fallecêo, e ficou seu herdeiro unico seu sobrinho o Padre Manoel Custodio.

Joze Rodrigues Vieira, irmão, fallecêo, ficando sua herdeira a viuva sua mulher Custodia Affonsa, tambem fallecida, e de quem ficaram herdeiros Joze Antonio Vieira e mulher Thereza Vieira, os quaes tambem são fallecidos, ficando seus herdeiros, ora existentes, seus nove filhos Joze Luiz—Antonio Luiz—Antonio Joze—Thereza Joaquina—Antonia Joaquina—Maria Joze—Maria Custodia—Roza Maria—e Genoveva Rita.

Domingos Vieira, irmão, não existe nem quem o represente.

Joze Antonio da Silva, irmão, falleceo, e ficarão seus herdeiros actualmente existentes seus filhos o Padre Manoel Custodio—Manoel Joze Vieira de Carvalho—Maria Roza—Custodia de Carvalho-Thereza de Carvalho—Joanna de Carvalho—e Jozefa de Carvalho, e seus dous netos Manoel Joze, e João Antonio filhos de Felix Joze da Silva, irmão d'aquelles e fallecido. Thereza Lourença, irmã, não existe, nem quem a represente.

Narcizo Luiz Vieira, irmão, falleceo, e ficarão seus herdeiros seus dous sobrinhos Paula Antonia do Espirito Santo e Patricio de Barros, este porem tambem falleceo, ficando seus herdeiros seus filhos Francisco Joze de Barros e Antonia Bernarda, e sua neta Maria Joaquina, filha de Maria de Jezus, por ser filha igualmente do dito Patricio de Barros, tambem fallecida.

Anna Maria Vieira, irmã, falleceo, e são hoje seus actuaes herdeiros e representantes os mesmos supra declarados do fallecido Narcizo Luiz Vieira.

Maria Rodrigues, prima, falleceo, ficando seus herdeiros suas duas filhas Thereza Maria Rodrigues e Rosa Rodrigues, as quaes tambem são fallecidas, ficando seus herdeiros: a saber da 1.ª Thereza Maria Rodrigues, ficarão seus herdeiros seus dous filhos Antonio José Francisco e Joanna Roza; e herdeiros da 2.ª dita Roza Rodrigues, ficou seu sobrinho o dito Antonio Joze Francisco.

*

* *

Relação dos que se habilitaram como herdeiros d'aquelle fallecido Manoel Vieira, e como taes levantarão a herança do Deposito Publico.

Padre Manoel Custodio da Silva Vieira pelo 1.º Cazal e pelo 3.º	34.498$190
Thereza Maria Vieira, pelo 2.º	15:332$526
Joze Luiz Vieira de Sá, tem pelo 2.º cazal	1:703$614
Antonio J.e Vieira de Sá, pelo 2.º	1:703$614
Luiz Antonio Vieira de Sá, pelo 2.º	1:703$614
Thereza Joaquina Vieira de Sá, pelo 2.º	1:703$614
Antonia Joaquina Vieira de Sá, pelo 2.º	1:703$614
Maria Joze Vieira de Sá, pelo 2.º	1:703$614
Maria Custodia Vieira de Sá, pelo 2.º	1:703$614
Roza Maria Vieira de Sá, pelo 2.º	1:703$614
Genoveva Rita Vieira de Sá, pelo 2.º	1:703$614
Manoel Joze Vra de Carv.º pelo 3.º	3:833$132
Maria Roza de Carv.º pelo 3.º	3:833$132
Custodia de Carvalho, pelo 3.º	3:833$132
Thereza de Carvalho, solteira, pelo 3.º	3:833$132
Joanna de Carvalho, pelo 3.º	3:833$132
Jozefa de Carvalho, pelo 3.º	3:833$132
Manoel Joze da Silva Araujo, 3.º	1:916$566
João Antonio da Silva Vra., 3.º	1:916$566
João Antonio Vieira de Mag.es, como herdeiro da 3.ª de Paula Antonia do Espirito	

Santo, 4.º e 5.º do Cazal, a 3.ª parte de 30:665$058	10:221$686
Maria Joaq.ª Vr.ª, pelo 4.º e 5.º Cazal	10:221$686
Antonio Joze Franc.º, pelo 6.º	22:998$792
Joanna Roza, pelo 6.º	7:666$266
Manoel de Jezus Moura	20:443$372
Francisco Joze de Barros e Antonia Bernarda Vieira	20:443$372
	183:990$346

O mesmo Governador Civil envia copia destes documentos ao Administrador do 3.º Bairro Antonio Maria Barroso Pereira com ordens de recolher todos os esclarecimentos possiveis sobre dous dos herdeiros.

Copia de copia — N.º 150-3.º Bairro.

Sendo necessario para cumprimt.º d'ordens do Governo, expedidas pelo Ministerio da Justiça, recolher todas as provas e esclarecim.tos que se podessem alcançar não só á cerca da identidade de pessoa dos dous individuos José Vieira, e José Roiz Vieira que receberão a herança de Manoel Vieira, fallecido em Londres como Irmãos delle, mas tambem sobre o parentesco dos outros herdeiros habilitados, constantes da relação junta extrahida do respectivo processo; e havendo noticia de que o Negociante João Antonio Vieira de Magalhães, morador ás Virtudes, levantára por si e por outros herdeiros do fallecido Manoel Vieira, uma avultada quantia do Deposito Publico desta Cidade, sirva-se V. S.ª empregar os meios convenientes para haver do sobredito Negociante todos os esclarecimentos que elle poder prestar a semilhante respeito; procedendo tambem a quaesquer outras indagações que tiver por conducentes ao mesmo fim, e de tudo dê conta com a brevidade compativel acompanhada dos autos e documentos respeitantes; confian-

do eu do seu zelo que se haverá no desempenho desta incumbencia com a efficacia e promptidão que ella requer.

Porto 28 de Janeiro de 1851.

(a) J. J. D. L. Vas.los

O Administrador responde que para puder dar uma satisfação cabal ás ordens recebidas necessita que lhe seja entregue os respectivos autos, que se acham em poder do escrivão Coutinho.

Administração do 3.º Bairro do Porto—1.ª Repartição—N.º 88.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Accuso recebido o officio de V. Ex.ª pela 1.ª Repartição sob N.º 130 em que V. Ex.ª me ordena que procedendo ás mais minuciosas investigaçoens, recolha todas as provas e esclarecimentos que puder obter não só sobre a identidade dos dous individuos José Vieira e José Rodrigues Vieira, mas tambem de todos os demais herdeiros que receberão a herança de Manoel Vieira, fallecido em Londres, havendo principalmente estes esclarecimentos de João Antonio Vieira de Magalhães, morador que foi ás Virtudes, e hoje fallecido, e sem herdeiros nesta Cidade. Em satisfação ao mesmo cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.ª que este negocio alem de espinhoso pelas pessoas que envolve, he trabalhoso por isso que se me torna preciso examinar com circunspecção todas as legitimaçoens, e justificaçoens que então se fizeram, não he possivel promptificar-se com o criterio, e veracidade com que me cumpre satisfazer, sem que me sejão entregues os autos que comprehendem as diversas justificaçoens dos individuos constantes da rellação que me foi enviada, cujos autos se achão em poder do Escrivão Coutinho, o que unicamente poderá ter lugar por uma ordem do Ex.mo Procurador Regio, ou do Ex.mo Presidente da Rellação.

Por algumas informaçoens que tenho este exame he da maior ponderação, e sendo baseado o levantamento de toda a herança em uma sentença Judicial a que procederão diversas habilitaçoens, e justificaçoens, (ainda que segundo me informão pouco legaes) não me he possivel dizer coisa alguma sem vêr, e examinar, e combinar todos os documentos que se juntarão ao processo; que tambem segundo me consta he monstruoso, e digno de um serio, e minucioso exame, e de que o Governo poderá colher uma herança que parece lhe pertencia. Deos guarde a V. Ex.ª. Porto e Administração do Terceiro Bairro 3 de Fevereiro de 1851 — Ill.mo e Ex.mo Snr. Conselheiro Governador Civil.

O Adm.or

(a) Antonio Maria B. Pereira

Tem á margem a seguinte nóta:

«Off.º ao Ex.mo Conselheiro Presidente da Rellação em 6 de Fevereiro, e respondido em 11 do m.mo.

O Governador Civil oficia ao Procurador Regio dando-lhe conhecimento deste oficio e pede para que sejam dadas as ordens necessarias para que sejam entregues os respectivos autos do adeministrador.

Copia de copia — N.º 27 — Ao Cons.ro Presid.e da Ram do Porto.

Havendo cometido ao Admor do 3.º Bairro desta Cidade, o Bel Antonio Mª Barroso Per.ª algumas deligas importantes para cumprimo das ordens que recebi do Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça relativas ao levantamt.º da herança de Manoel Vieira, fallecido em Londres; e havendo-me representado o sobredito Adm.or que para prosseguir nas deligas que lhe forão incumbidas, carecia de examinar o processo findo, existente no Cartorio do Escrivão Coutinho, do qual devem constar alguns esclarecim.tos de que precisa, te-

nho a honra de rogar a V. Ex.ª se digne dar as suas ordens, não havendo inconveniente, afim de que o refer.º Magistrado Adm.º possa ser admittido a consultar o mencionado no Cartorio respectivo.

Porto 6 de Fev.º de 1851.

(a) J. J. D. L. Vas.^los^

Não existe a resposta a êste oficio, mas pelos dizeres daquele que a seguir se transcreve, vê-se que foram dadas ordens para que o Administrador pudesse verificar os autos.

Copia de copia — 1851-Fevereiro-N.º 135-3.º Bairro

Incumbe-me S. Ex.ª o Gov.^or^ Civil de participar a V. S.ª em resposta ao seu officio N.º 88 de 3 do corrente que por ordem do Ex.^mo^ Conselheiro Presidente da Rellação se acha á disposição de V. S.ª no Cartorio do Escrivão Coutinho o processo de Manoel Vieira para ser por V. S.ª examinado no dito Cartorio, a fim de se conseguir o fim indicado no officio desta Rep.^am^ N.º 130 de 28 de Janeiro findo.

Porto, 11 de Fever.º de 1851.

(a) J. L. Pinto

Como o administrador demorasse a dar informes sôbre o que vira nos autos, novo ofício do Governador Civil, pedindo com insistência uma resposta:

Copia de copia N.º 151 — Urgente — 3.º Bairro

Incumbe-me S. Ex.ª o Gov.^or^ Civil de dizer a V. S.ª que se sirva informar com urgencia qual é o resultado das averiguações, a que deve ter procedido á cerca dos legitimos herdeiros de Manoel Vieira, fallecido em Londres, de que fez menção o officio, que por esta Rep.^am^ foi dirigido a V. S.ª em 28 de Janr.º findo.

Porto, 12 de Março de 1851.

(a) J. L. Pinto

e no dia seguinte oficia novamente ao Procurador Régio, acusando a recepção de um ofício que não existe, datado de 11 de Março.

Copia de copia — N.º 30—Ao Proc.or Regio desta Cidade.

Em resposta ao off.º que V. S.ª foi servido transmittir-me com data de 11 do corrente tenho a participar a V. S.ª que no dia 28 de Janeiro findo ordenei ao Am.or do 3.º Bairro desta Cidade, que soubesse de João Antonio Vi.ra de Mag.es negociante, e morador ás Virtudes, quem erão os verdadeiros herdeiros de Manoel Vieira, fallecido em Londres, enviando-lhe para este fim os esclarecim.tos constantes do off.º que V. S.ª me remetteo com data de 11 do dito mez. Respondeo o dito Adm.or que o referido Mag.es era já fallecido, e que somente se poderião obter as compet.es informações á face dos respectivos autos, que existem no Cartorio do Escrivão Coutinho; mandou-se que passasse a examinar os ditos autos e que informasse ácerca do resultado das suas averiguações, ao que até agora não tem podido satisfazer.

Porto, 13 de Março de 1851.

(a) J. J. D. L. Vas.los

Dois meses passados o Governador Civil D. Pedro da Costa de Sousa de Macedo, acusando recebido um ofício de 13 de Maio, que também se extraviou, oficia ao Procurador Régio e ao Administrador pedindo com urgência resposta ao conteúdo do ofício de 12 de Março.

Copia de copia — N.º 40-Ao mesmo (Proc.or Regio do Porto).

Respondendo ao officio que V. S.ª foi servido transmittir-me com data de 13 deste mez, e que diz respeito á herança de Manoel Vieira, fallecido em Londres, tenho a dizer a V. S.ª que havendo-se exigido do Adm.or do

3.º Bairro desta Cidade os necessarios esclarecimentos como já foi communicado a V. S.ª em off.º de 13 de Março, para saber-se quem são os legitimos herdeiros d'aquelle fallecido, ainda o referido Administrador não satisfez a esta exigencia; pelo que nesta data vou novamente recommendar ao mesmo que ou cumpra com urgencia este serviço, ou declare qual é o motivo por que o não pode fazer.

Porto, 15 de Maio de 1851.

(a) D. Pedro da C. de S. de Macedo

Pede com urgência uma resposta ao ofício de 12 de Março, ao que o Administrador responde com o seguinte ofício:

Administração do 3.º Bairro do Porto-Repartição-N.º

Ill.mo e Ex.mo Snr.—Accuzo recebido o officio de V. Ex.ª de 15 do corrente expedido pela primeira Repartição sob o N.º 219 em que novamente se me pede a informação exegida em officio datado em 12 de Março findo, sobre a qualidade dos herdeiros de Manoel Vieira, fallecido em Londres, declarando o motivo por que não tenho satisfeito a indicada ordem. Em resposta ao mesmo cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.ª que não posso ainda satisfazer a tal exigencia por que estando o processo no Cartorio do Escrivão Coutinho onde devo hir examinalo, tendo este perto de duas mil folhas, com trinta a quarenta justificações, das quaes algumas forão julgadas por sentença, não me he possivel em tão pouco espaço de tempo, findar um exame de tanta ponderação e trabalho, principalmente com a circunspeção que me cumpre ter.-Deos Guarde a V. Ex.ª Porto e Administração do 3.º Bairro 16 de Maio de 1851

Ill.mo e Ex.mo Snr. Governador Civil deste Districto.

O Administrador.

(a) Antonio Maria Barroso Pereira.

O secretario geral Conselheiro José Lourenço Pinto, em nome do Governador roga novamente para que seja dado andamento com urgência a esta questão para poder informar o Govêrno:

Copia de copia—N.º 223-3.º Bairro

Tendo o Governo de S. Magd.e ordenado novam.te que lhe seja enviada com urgencia a competente informação á cerca da herança de Manoel Vieira, fallecido em Londres, de que fez menção o officio de V. S.ª de 16 deste mez; incumbe-me S. Ex.ª o Gov.or Civil de dizer a V. S.ª que se sirva empregar todos os possiveis exforços, para que seja quanto antes enviada a esta Rep.am a mencionada informação.

Porto, 27 de Maio de 1851.

(a) J. L. Pinto

Como o Administrador não tivesse dado seguimento, o Governador, em 17 de Outubro, oficia de novo:

N.º 164—*Copia de copia*—Cedofeita.

Pela terceira e ultima vez recomendo a V. S.ª que se sirva dár prompto cumprimento ao officio que por esta Repartição foi derigido a V. Ex.ª em 27 de Maio deste anno e em que se lhe exigia informações á cerca da herança de Manoel Vieira, fallecido em Londres, na inteligencia de que fica responsavel por qualquer demora que possa ter lugar no exacto e pontual cumprimento desta ordem.

Porto, 17 de Outubro de 1851.

(a) D. P. da C. Macedo.

Em 28 de Novembro recebe-se, finalmente, uma resposta concreta:

Administração do 3.º Bairro do Porto 1.ª Repartição—N.º 168.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Satisfazendo ao officio que V.ª

Ex.ª me dirigio em 17 de Outubro ultimo, expedido pela 1.ª Rep.am sob N.º 164, á cerca da herança de Manoel Vieira, fallecido em Londres; cumpre-me informar a V. Ex.ª que João Antonio Vieira de Magalhães, morador que foi ás Virtudes, falleceu em Janeiro de 1842, passando a viuva deste, D. Anna Maria Vieira a segundas nupcias, com Vicente José de Carvalho, Negociante de pannos, morador na Rua das Flores N.º 381, districto do 1.º Bairro. Consta que o dito João Antonio Vieira de Magalhãens, fôra o Procurador nesta Cidade dos herdeiros habilitados na dita herança, e que por si, e em seus nomes recebera e levantara do Deposito Publico os 183:990$346 rs., de cuja quantia se diz tirou para si a commissão de 10%. Tendo Paula Antonia do Espirito Santo, residente que foi nesta Cidade, na Rua d'Entre Paredes, uma das habilitadas na dita herança, instituido em seu testamento, por seu herdeiro áquelle João Antonio Vieira de Magalhãens, recebeu este como herdeiro d'aquella a quantia de 10:221$686 rs., sendo seu Procurador Bernardo José Moreira Lima, morador na Rua d'Almada (2.º Bairro). Segundo informaçõens a que mais procedi, me foi affirmado, que existe nesta Cidade, e na Rua da Banharia N.º 113 e 114, districto do dito 1.º Bairro, uma outra habilitada herdeira, cujo nome ignoro, mulher de Francisco Joaquim de Souza Carneiro, com Loja de Ferragem. Estes dous herdeiros, são, segundo me informam, os unicos residentes nesta Cidade, e não lhes tomei suas declaraçoens, em razão de pertencêrem ao 1.º Bairro; e ao 2.º o Procurador Bernardo José Moreira Lima. E' quanto tenho a honra de expor a V. Ex.ª a respeito do que me foi ordenado.—Ds Gde a V. Ex.ª Porto e Adm.am do 3.º Bairro 28 de Novembro de 1851.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Governador Civil deste Districto.

O Adm.or inter.o.

(a) Antonio Alfredo Pinto de Souza Guedes.

Em Dezembro finalmente oficia-se ao Administrador do 2.º Bairro António Augusto Cabral de Sousa Pires, pedindo-lhe para colher varias informações àcerca de alguns herdeiros.

N.º 188 *Copia de copia*—St.ª Catharina.

Sendo neccessario informar o Governo de Sua Magestade á cerca dos verdadeiros herdeiros de Manoel Vieira fallecido em Londres, e constando a S. E.ª o Snr. Governador Civil que Paula Antonia do Espirito Santo, residente que foi nesta Cidade na Rua d'Entre Paredes, fora uma das herdeiras habilitadas, pela qual recebeu João Antonio Vieira de Magalhãens, morador que foi ás Virtudes, a volta de 10:221$686 reis como herdeiro e testamenteiro da dita Paula Antonia: e bem assim que tambem se habilitara como herdeira do referido Vieira a mulher de Francisco Joaquim de Souza Carneiro, com Loja de Ferragens na Rua da Banharia caza N.º 117 e 114 pelo que S. Ex.ª me incumbe de dizer a V. S.ª que se sirva empregar todos os possiveis exforços para se saber em que grao de parentesco estavão as referidas herdeiras habilitadas para com o fallecido Vieira, e se apezar da sua habilitação serião pessoas legitimas para receberem a herança do mesmo. Porto 2 de Dezembro de 1851.

(a) José Lourenço Pinto.

Não existe resposta alguma a êste ofício nem mesmo nos copiadores do Ministério da Justiça se encontra qualquer ofício remetendo o relatório destas diligencias...

ARMANDO COUTO

INTERIORES ILUSTRES

I — O SOLAR DOS EÇAS EM VALADARES (ALTO-MINHO)

. . . .
MA pequena casa humilde..... que mais se diria a morada rústica dum caseiro de fidalgos do que o solar daquela estirpe ilustre a que um *Nobiliário* manuscrito da antiga livraria do marquês de Pombal chama pomposamente a "casa real dos Eças". Aproximei-me do brazão, para o ver melhor: lá estava a cruz florida dos Pereiras: lá estavam os cinco escudetes de azul dos Eças e a corda-de-nós de S. Francisco, não disposta em orla e em aspa, como se vê no *Livro do Armeiro Mór* e no tecto da Sala-dos-Veados, mas enrolada em volta dos escudetes, carregados, cada um, de nove besantes de prata.....

... Entrei. Bastou a primeira sala para que eu não desse por mal empregado o tempo e o passeio. Era uma quadra severa, com umas paredes grossas de fortaleza; o chão de tejôlo de espinhado, já gasto; tecto de madeira, em tumba, apainelado, com florões de talha que foi doirada aos cantos, donde pendia um pe-

queno lustre veneziano, circular; duas janelas baixas, de poiais de pedra, numa das quais se adivinhavam, pelos buracos da alvenaria, as aduelas duma arquivolta ogival; e, finalmente, na porta que dava para a outra sala, uma guarda-porta de bastão vermelho com o brazão do último Eça, descendente directo em linha de varonia, que há sessenta anos ali viveu como senhor: José Joaquim Pereira de Eça Freire e Castro Pimentel... Na segunda sala, menos interessante, cujas paredes deviam ter sido, noutro tempo, forradas de damasco amarelo, havia ainda retratos de pessoas da minha família. Seguia-se um corredor de alcovas, abrindo ao fundo para o tinelo do solar, comedor minhoto com a sua lareira, a sua estanheira antiga, a sua pequena varanda sôbre a horta. Soube então que a morada onde nos encontrávamos não era o primitivo solar dos Eças, mas uma dependência dêsse solar, que um incêndio destruira, e que lhe ficava sobranceiro, a meio da encosta, perto da casa de Diogo Cão. Os restos das antigas janelas ogivais, por mim descobertas, mostravam-nos que a casa, embora tivesse sofrido profundas modificações, era tão velha como a família—fim do século XV—e coeva talvez daquele fecundíssimo D. Fernando de Eça, neto bastardo de D. Pedro I e tronco da estirpe, que teve, de varios leitos, quarenta e dois filhos, entre varões e donas; do qual descende essa dinastia galante de abadessas de Lorvão que atiraram o báculo por cima dos moinhos—D. Catarina, D. Margarida, D. Clara, D. Cecília, D. Felipa de Eça—; e cujo germe vigoroso nos deu ainda, quatro séculos depois, uma das mais puras flores do génio da raça: o romancista dos *Maias* e da *Ilustre Casa de Ramires*, Eça de Queiroz.

. . . .

Júlio Dantas

("O Primeiro de Janeiro" do Pôrto, de 8 de Julho de 1926).

NÓTULAS DE VIAGEM

V — EPIGRAFIA ESPICHELENSE

ÃO há quem ignore a fama que alcançou, no decurso de séculos, o célebre círio da Senhora do Cabo. Mas há muita gente que não sabe donde partia esta concorrida romagem. Pois do Cabo Espichel, cêrro árido, penhascoso e cortado de ravinas, que se destaca da península arrabidense e entra no Oceano a ocidente, muralhado de falésias a pique sôbre as águas.

Não descreverei as variadas narrativas da milagrosa aparição de N. Senhora, nem a fundação do templo, nem tampouco o que eram as festas do círio e como se ordenavam. Ribeiro Guimarães (*Summario de varia historia*, I, pgs. 194-215), já disse o que havia a dizer. Limitar-me-ei a uma coisa que êle calou: as inscrições lapidares que ornam as pousadas dos romeiros, já em completa ruína, com excepção das casas e arcadas que ladeiam por N. e S. o grande largo ou *arraial*, a que faz tôpo a igreja.

Logo à entrada de quem chega, embebida numa parede da primeira casa do lado esquerdo, onde se vêem

dois pequenos registos de azulejo representando um, a Virgem e outro, Santo António; está uma pedra com a seguinte legenda:

POR GRAÇA ESPECIAL. Q. O PRINCEPE REG.te N. S./D. JOÃO VI Q. D.s G.de FOI SERUIDO CONCEDER POR SEU/ REGIO AUIZO. D. 8 DE MAIO DE 1804. DETREMINOU/ Q. TODAS AS PESSOAS Q. QUIZEREM UENDER NESTE/ ARRAIAL. DE N. S. DO CABO. TODA A QUALID.e DE VIUERES/ LIUREM.te SEM PAGAREM PENÇAO ALGUMA O-TERRA/DO EM TODOS OSSIRIOS. EFESTEUID.es QUE SE FIZEREM A/ MESMA S. ESTE SEFEZ PELO SIRIO DOSSALOIOS EM/ O ANNO D. 1806.
P. PPO.or J. A. S.

Na parede do longo quarteirão meridional, além duma lápide ilegivel por corroída do tempo, há ainda estoutra:

CAZAZ DE NOSA/ S.ra DO CABO FFEITA.s/ PELO CIRIO DOS SAL/OIOS PARA OS MORD/OMOS DO BODO/ 1759.

No quarteirão do lado do norte, lê-se na face exterior do peitoril de cinco janelas seguidas:

CAZAS DO/ SIRIO DA/IRMANDADE DE [1] /LISBOA/ 1715.

Sôbre a empena de duas portas, debaixo das arcadas:

DAREMTELA FANHOIS

(1) As letras *D* e *E* são inclusas.

E numa pedra que devia ter servido de vêrga e é hoje peitoril, colocado em sentido invertido:

MIGEL E S. MARIA.

que deve de estar incompleta, faltando, pelo menos, um S. antes de *Migel*.

Mais àquem, à entrada do *arraial*, do lado direito de quem chega, uma pedra embutida na parede informa:

CAZAS DE NOSSA S.ra/ DO CABO FEITAS POR/ CONTA DO SIRIO DOS/ SALOJOS NO ANNO DE/ 1 7 5 7/ P. ACOMODAÇAO DOS/ MORDOMOS QUE/ UIEREM DAR BODO.

A igreja, que, como disse, fecha o tôpo do *arraial*, data do comêço de setecentos, como se vê da legenda que encima a porta:

NO ANNO/ DE 1701 SE/ COMECOV (aqui uma cruz de Santiago) ESTA IGRE/IA DA SENHORA DO CABO DAS/ ESMOLAS DOS DEVOTOS E A 16 DE IV/LLO DE 1701 SE TRESLADOV A SENHORA.

Fora do *arraial*, do lado do mar, há várias dependências em completo estado de ruína, como atrás digo, que serviam de pousada aos romeiros. Segundo Ribeiro Guimarães (ob. cit.), havia os restos dum forte, uma çasa do forno, outra das lenhas e até um teatro, conhecido por *Casa da ópera*. Também havia aposentos para os prègadores e outros sacerdotes que tomavam parte nos círios. Nada disto hoje existe.

Apenas sôbre as portas de entrada dalgumas dessas pousadas, das quais, dentro em pouco, não restará pedra sôbre pedra, se vêem algumas lápides com os letreiros que seguem:

ESTAS CAZAS/ MANDOV FAZER/ IOAÕ IORGE MILANE/S DE NASSAÕ E VISC/ONSVL DO IMPERIO/ M.[or] EM BELEM.

(Inscrição repetida noutra casa).

ESTAS/ CAZAS MANDOV/ FAZER P.[o] F. BENTO/ M.[or] NA FERG.[a] DE (1)/ SAN PALLO ANNO/ DE 1744.

Finalmente, sôbre outra porta:

ESTAS CAZAS MAN/DOV FAZERE P.[o] MI/NNA MILANES DE (1) NA/ÇAÕ E M.[or] EM BE/LEM 1744. a.

*

Perto de trinta metros a N.O. dêste agrupamento de edificações, fica, na escarpa sobranceira ao mar, a ermidinha chamada da Memória, onde é tradição que N.S.[a] se manifestou a dois velhos, um homem e uma mulher.

Exteriormente, do lado S., tem dois registos de azulejo setecentista e, sôbre a porta, a inscrição:

A. P. A. A. C. P. P. O. S. J. A./ FUIT REPARATA HÆC DEIPARÆ SEDES AUGUSTA/ ANNO Ã NATIVITATE. CIƆDCCLVIII/ HANC ERGO PROFANARI VETAT NUNQUA RELIGIO.

Entrada a ermida, vê-se de cada lado dos umbrais uma figura de eremita, de azulejo, em tamanho natural. Revestindo as paredes, dez painéis também de azulejo, muito curiosos, que o citado R. Guimarães descreve. Ao fundo, uma inscrição, já divulgada por êste investigador, que repito aqui por fazer parte integrante dêste corpo epigráfico:

---

(1) As letras *D* e *E* em monograma.

CONSTA POR TRADIÇAM SER ESTE O PROPRIO LVGAR AONDE A MI/LAGROSA IMAGEM DE N. SENHORA DO CABO APPARECIA E SE MA/NIFESTOU AOS VENTUROSOS VELHOS DE CAPARICA E ALCABIDECHE;/ MOTIVO POR Q. SE FEZ AQUI ESTA ERMIDA EM QUE PRIMEIRO FOY VENE/RADA ATÉ Q. TRASLADOU A OUTRA MAYOR E DESTA A MAGNIFICA/ IGREIA EM QUE HOIE EXISTE NO ANNO DE 1707.

Conservo a grafia exacta, que o antor do *Summario* não respeitou, modernizando-a. Também nalguns pontos, ainda que de somenos importância, diverge da leitura que fiz.

Alguma outra inscrição me terá escapado. Fácil não será, porém, fazer mais do que eu, em três horas escassas que ali passei, num domingo do versátil mês de Julho decorrente.

C. M.

O CRUZEIRO DE UGEIRAS

UANDO, há quase três anos, estive com alguns amigos na frèguesia de Sejães, concelho de Oliveira de Frades, a visitar o conhecido "Rasto dos Mouros", impressionou-me vivamente um cruzeiro existente junto da povoação de Ugeiras, daquela frèguesia, situado quási a meia distância entre as duas povoações.

Trata-se de um cruzeiro monolítico, sem outra particularidade que não sejam alguns ornatos simples, mas com a característica especial de apresentar, nos braços, as iniciais J. R. N. J., reünidas duas a duas; e, entre elas, alguns buracos feitos na pedra demonstram que ali deve ter sido o lugar onde se colocava uma cruz, ou Cristo, de madeira ou metal. Interessante é ainda a maneira como nele se encontra gravada a data em que foi construído, que pode ver-se na base da coluna granítica. Diz *1774 A.*, isto é, *1774 anos*, ou *ano de 1774*, embora os algarismos tenham sido reünidos dois a dois em linha diversa, o que dificulta a leitura, e a pessoas incautas pode sugerir interpretações erróneas.

Mas ¿que tem afinal de extraordinário o humilde

cruzeiro, para que o venha aqui celebrar? preguntará o leitor que, por complacência, poisa seus olhos nestas linhas.

E' que êle — e nisto vai explicada a viva impressão que me deixou na mente e no canhenho de apontamentos — testemunha um antigo costume, hoje perdido, que é pena deixar cair no esquecimento.

Era ali, com efeito, que em domingo de Páscoa as *dueiras* das visinhanças "punham o folar» ao senhor abade, na sua passagem por aquêle êrmo, quando de Sejães se dirigia a Ugeiras. Impossibilitadas de receber em suas casas a visita pascal, porque assim o exigia a tarefa de guardar os seus gados de sol-a-sol, as pastoras juntavam-se em alegre companhia em volta daquele cruzeiro e ali esperavam Jesus crucificado que, depois de adorarem, naturalmente suspendiam na cruz de granito. E um lauto *copo-de-água* (passe o modernismo) de dôces e vinhos finos, segundo reza a tradição, era depois servido ao pároco e aos seus companheiros, no meio da mais franca e ingénua alegria.

Eis porque, tendo ouvido com prazer a interessante narrativa, julguei que não seria descabido dar a conhecer êste episódio etnográfico àqueles para quem ela constitua novidade.

A. G.

UM QUADRO HISTÓRICO

(IDENTIFICAÇÃO)

EPRESENTA êle a luta, em campo aberto, entre uma figura de homem derrubado por terra, que, pela indumentária, parece ser de elevada estirpe, e uma fera que o domina, e nas suas linhas gerais se assemelha a um javali.

Assiste um prelado mitrado e de pluvial e tem à direita um cavalo em atitude de fuga apavorada.

A pintura é de reduzido valor artístico, mas tem para a história da arqueologia religiosa local um excepcional aprêço por ser a fixação plástica de uma linda tradição medieval, arquivada respectivamente por Fr. Jerónimo de Belém no livro 4.º, cap. XI da *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*, por Fr. Manuel de Monforte na *Chronica da Provincia da Piedade*, e por Fr. Bernardo de Brito na parte V, liv. XVII, cap. XXI da *Monarchia Lusytana*.

Refere-se essa tradição a um acidente de caça sucedido a El-rei D. Diniz, em uma das muitas vezes que

O MILAGRE «DO URSO»

D. Deniz, derrubado por um urso (ou javali?)
é salvo pela intervenção milagrosa
do bispo de Tolosa, S. Luiz

T. VII, págs. 114

por aqui permanecia nos seus Paços, possivelmente no recinto muralhado do Castelo, de que apenas se podem supor vestígios, mísulas e fechos lavrados de abóbadas, uma base do púlpito e alguns azulejos árabes e hispano-árabes que ainda ali se podem ver, encontrados em pequenas e ocasionais escavações realizadas.

Localizam os cronistas o facto conhecido pelo «Milagre do urso» em um sítio chamado Belmonte, nas imediações de S. Pedro de Pomares, próximo ao Guadiana, onde o Rei andava a caçar.

Subitamente surpreendido por um corpulento urso que o derrubou da sela, em tão difícil transe se encontrou que, no receio de maior desastre, invocou a protecção de S. Luiz, Bispo de Tolosa e tio de sua esposa a Rainha Santa Izabel, que freqüentemente lhe referia milagres daquele seu parente, indiferentemente desatendidos pelo real consorte.

Reza a lenda que a aparição representada no quadro não se fêz esperar e que o monarca, refeito do susto e desânimo a princípio sofridos, dominou com pulso vigoroso a fera, que lhe morreu às mãos.

Emendado, pela circunstância, da sua afectada descrença, quiz, pública e perduravelmente, solenizar a devota gratidão que lhe assistia, e nessa intenção ordenou que, junto à igreja do convento de S. Francisco, de sua fundação, fôsse edificada uma capela da invocação do santo Bispo, que em tão difícil contingência lhe valera.

Como prova concreta desta tradicional referência, ainda hoje existem, além do eloqüente quadro: a capela votiva conhecida por Capela dos Túmulos, no actual quartel de infanteria 17, na sua elegante traça de gótico primário, mas sem a divisa *Divo Ludovico Servatori dicatum*, que os cronistas dizem encimar a porta de entrada; uma característica depressão em rocha próximo do local histórico, que os povos da região teem como sinal impresso pela pata do urso lendário

e ainda uma modesta ermida comemorativa nesse mesmo lugar, [1] onde também existe um quadro referente ao *milagre*.

A alguns dêstes pormenores se referiu Teixeira de Aragão em um número de "O Occidente", de 1878, mas fê-lo, entretanto, em termos discutíveis e, em parte, de fácil contestação.

O quadro, possivelmente seiscentista, a que aquêle crítico também alude, pertenceu às colecções artísticas e arqueológicas organizadas por D. Fr. Manuel do Cenáculo no antigo paço episcopal e, salvo melhor opinião, deveria talvez ser recolhido na Catedral em restauração, não sob um critério de pretenso exibicionismo artístico, mas como elemento precioso para o documentário do arcaico património espiritual da diocese, cuja manutenção e transmissão lhe pertencem na prática inteligente das suas funções de registo histórico.

Beja, Março de 1936.

Castro e Brito

(1) No túmulo do Rei-lavrador, no convento de Odivelas, também êste milagre é memorado. Lá se vê "um urso subjugando um homem que lhe está enterrando um punhal na garganta, (alusão ao perigo mortal de que numa caçada teria escapado o soberano, e a que se chegou a atribuir a origem do convento)". Raul Proença in *Guia de Portugal*, vol. I, à pág 454. — *Nota da Red.*

ARTES E BELAS ARTES EM PORTUGAL

¿INFLUÊNCIA FLAMENGA OU ITALIANA? (1)

UANTO mais modesto for o escritor, maior o seu dever de respeitar os que o distinguem com honrosa atenção. E justamente por isso, antes de escrever umas linhas sôbre arte portuguesa, exclusivamente portuguesa, não quis deixar de consultar um grande número de autores, de críticos de arte e de tratados de história artística, tendo gasto muitas horas nas bibliotecas de Lisboa, de Paris e de Bruxelas, sem prejuízo das pesquisas — porventura as mais concludentes, — que me propuz fazer nos arquivos de Roma e de Nápoles.

Poderá parecer estranho aos leitores da «F. da Ladra» que, no triste período de miséria material que os intelectuais atravessam, alguém tenha ainda tempo de subir e descer escadas para rebuscar nas poeirentas prateleiras das bibliotecas. Eu acho, porém, que não foi em

(1) Êste escrito, originariamente redigido em italiano, foi traduzido com permissão do seu autor.

Discurdando dalguns dos pareceres expostos, não comentaremos, porém, por agora o trabalho do distinto crítico de arte. — *Nota da Red.*

brinco que prometi umas linhas ao director desta revista, e aqui estou de mãos na massa para desempenhar a minha palavra.

Ferdinando Russo, artista e letrado—e, demais disso, uma autoridade entre as mais cultas e mais peritas em matéria de arte—como certamente nunca o foi Carlos Porlagreco (esta caricatura de homem de letras que eu tive o êrro de fazer admitir como professor na Escola de Belas Artes do Rio-de-Janeiro) Ferdinando Russo, dizia, é um homem cuja opinião, uma vez emitida, raro comporta discussão.

No entanto, quando êle afirma que os espanhois e os portugueses possuem uma arte que nós, os italianos, não tivemos na conta que merece, é provavelmente à grande Espanha (a Ibéria) que êle se reporta, de que outrora Portugal fazia parte. Doutra forma, os modernos escritores portugueses, e até nós próprios sentiríamos a tentação de pedir ao poeta napolitano que nos guiasse ao bom caminho que em vão procurámos nos que até hoje se ocuparam de história da arte portuguesa, desde o imortal Herculano até Van den Bussche, de Pieter Vander a Sousa Viterbo, de Vergílio Correia a R. de Macedo.

Devo confessar, primeiro que tudo, que a investigação positiva do capítulo inicial da história da arte portuguesa, é uma tarefa mais penosa do que a de quem pretendes-se resolver do pé p'ra mão a quadratura do círculo. E não porque faltem em Portugal as obras de arte que puderiam facilitar as pesquisas e servir de guia aos émulos de Vergílio Correia, mas antes porque êsses escritos são desprovidos de indicações exactas e não se lhes encontra uma data precisa—o que faz com que o historiador, ainda armado da melhor boa-vontade e da paciência lendária de Job, nunca poderá estabelecer um traçado perfeito da história artística sem a misturar com a história política de Portugal, tão rica de tragédia.

Herculano, que é, como disse, uma autêntica glória

portuguesa, não soube, melhor nem pior do que os outros, subtrair-se à sugestão que sempre exerceu no pensar dos historiadores a recordação dos graves acontecimentos políticos que, durante séculos, se fizeram sentir em Portugal—erradamente chamado Lusitânia, como justamente o demonstrou Coelho de Carvalho.

Para falar da história da arte portuguesa, se quis formar opinião, tive de constituir-me na obrigação de romper caminho na selva das hipóteses e conjecturas.

Dois factos, entretanto, me parecem livres de tôda a dúvida, e são êles:

Primeiro; que, depois dos Fenicios surgirem nas praias atlânticas, os ascendentes de Portugal assimilaram a ciência da navegação e do comércio, e logo a arte aplicada às indústrias.

Segundo: que só depois do Renascimento Portugal se apaixonou pela arte pictural, que já tinha sido trazida à Espanha e lá ensinada por Ticiano, criando nêste último país o grande artista veneziano discípulos cujo valor é indiscutivel e, entre êsses, Paulo de las Roelas, de quem a primeira obra de arte, a *Morte de Santo Izidro*—puro estilo ticianesco—ainda se admira em Sevilha, para confusão de Lanzi, que pretendeu dever las Roelas fazer parte dos discípulos de Vecellio.

Que a escola de Ticiano foi admirada e praticada em Espanha e Portugal no século de quinhentos, é facto assente, confirmado pelo juizo dos críticos portugueses àcerca da grande obra de arte que ainda hoje se encontra na nave da igreja de S. Gabriel da Ribeira das Naus e que recorda a impressionante viagem de Vasco da Gama. Descrevem-na como sendo uma obra magnífica—e assim é, com efeito—ainda que bastante falha do vivo colorido que tanto enriquece a paleta de Ticiano.

Mas, por agora, cinjamo-nos à ordem cronológica a que o progresso da arte obedeceu.

Já dissemos que os portugueses receberam dos asiá-

ticos meridionais (os sarracenos) a arte aplicada ás indústrias, tais como a tapeçaria, os tecidos filigranados de oiro, a ourivesaria, a relojoaria, etc. Deu-se isto entre o undécimo e duodécimo séculos.

Ora êstes novos fenícios eram, no ano 900, tributários dos venezianos na arte de navegar e negociar, e também na arte aplicada à indústria. Assim, a construção de navios de comércio e de luxo, a vidraria e tapeçaria, a ourivesaria, as filigranas de oiro e prata, os aços cinzelados e damasquinados, os tecidos de lã, linho e oiro, a numismática, os couros batidos e doirados - atingiam um tal grau de perfeição, que tôda a Europa, de norte a sul, de oriente a ocidente, afluía a Veneza para aí realizar compras da maior importância.

Tanto na ciência da navegação — a sua mais incontroversa glória — como na dos negócios e nas artes industriais, os Portugueses teem que aceitar o influxo dos italianos, cuja mestria artística se revelou até na organização e na suntuosidade dum baile que a Senhoria de Veneza um dia ofereceu ao jovem D. Pedro, filho do rei de Portugal, [1] quando em 1428 pela primeira vez visitou aquela república, baile que deixou encantado o príncipe português. Para tal festa foram convidadas, diz-se, cento e cinqüenta raparigas venezianas. Parte delas apareceu vestida de tecidos de oiro, salpicados de pérolas e diamantes; trouxeram outras riquíssimos vestidos de seda carmezim, recamados de pedraria faiscante, dum valor incalculável.

*
* *

Não compreendo porque razão os Portugueses se hão-de fechar numa reserva absoluta quando se procura demonstrar a infuência da arte italiana, nem porque se

---

(1) D. João I — *Nota da Red.*

comprazem em distribuir aos flamengos certos êxitos dos seus artistas pintores.

A arte pictural, na Itália, brilhava já em tôda a sua glória, adquirida em quatro ou cinco séculos, quando raiavam os primeiros clarões da pintura portuguesa. Sousa Viterbo, o mais persistente e minucioso dos que escreveram sôbre arte e artistas de Portugal, encontrou-se impossibilitado de levar as suas pesquizas para lá dos séculos XV e XVI. Conforme êle reconhece num dos seus livros, um certo João, pintor, que teria acompanhado M.ma Gonsalvi a Bruges, é ainda um desconhecido para os historiadores de hoje. Igualmente os autores portugueses dos seis grandes quadros, cuja nominação segue, ficaram sepultados na mortalha do anonimato: ***Sepultura do Senhor*** e ***Martírio de S. Sebastião*** os dois primeiros quadros, ***A Adoração dos Magos***, os outros quatro.

Os nomes dos autores portugueses e as datas em que as suas obras foram executadas, só aparecem nos primeiros anos de Quinhentos: Eduward e Simão Portugalês (1504); Miguel Zittoz (1515); e Afonso de Castro (1522). Veem depois os artistas do século XVII.

Só em plena época do Renascimento vamos encontrar dados precisos sôbre pintores portugueses, isto é, três séculos depois da aparição da primeira obra do célebre Giotto, ou seja na época em que o talento miraculoso de Leonardo da Vinci e do grande Rafael maravilhavam o orbe culto; na época em que Ticiano já contava, nas grandes cidades da Europa, discípulos como Suartz, Emmanuel, Barent, Calker e muitos outros, os quais, como escreve o grande historiador de Veneza, ***levaram à sua patria o gôsto da escola do Mestre, aperfeiçoando-se para além de tôda a excelência...***

Desde já declaro que de nenhum modo entra no meu pensamento diminuir o grande, o inestimável valor

da arte flamenga; seria um disparate ridículo, semelhante ao de quem negasse a luz do dia e o calor do sol. Bruges é já por si uma joia artística, mas até em Bruges a pintura italiana está magnificamente representada por um trabalho soberbo de Miguel Ângelo.

Van-Eyck foi a *pictorum decus*, como Ciríaco Anconitano confessou ao admirar o seu *Cristo na cruz* no palácio dos duques de Ferrara; mas também não devemos esquecer a epígrafe que o célebre artista limburguês inscreveu na base do seu quadro *S. Jerónimo entre duas virgens*: "Sumus Rugeri manus„, o que levou Vasari a chamá-lo *Ruggero di Bruggia*.

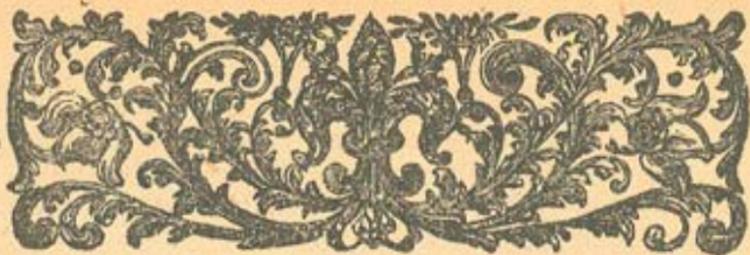
Albert Bernard não se sentiu diminuído ao escrever um dia na «Revue de France" (e Bernard sabe incomparavelmente mais de história de Arte do que o autor destas linhas), que a arte francesa bebeu as suas primeiras gôtas de leite no seio da arte italiana. ¿Porque não pode Portugal, que tornou a Espanha maior, fazer-nos a mesma justiça?.

¿Quem sabe se visitando Roma e o Vaticano, a sede da Companhia de Jesus e a Academia de S. Lucas, como há anos fêz o Dr. Vergílio Correia, que lá encontrou, por sinal, quatro desenhos do pintor português Domingos de Sequeira, — quem sabe se, folheando os nossos velhos livros de história, impressa e inédita, os portugueses não encontrariam o que em vão pedem à Flandres para melhormente redigirem a história da sua arte nacional?.

Nós mesmo, os italianos, não nos corremos de ter recebido dos flamengos a arte da pintura a óleo. Abertamente o confessamos. Se os portugueses nos seguissem o exemplo, se decidissem, emfim, rebuscar a nossa história, remexer o nosso opulento património artístico, certamente encontrariam aquilo de que precisam, e assim poriam termo às passadas incertas, às apalpadelas na treva e no vácuo.

Portugal teve as suas horas de crenças que lhe foram impostas, em arte como em religião; a propaganda e a obra dos mandantes de instituïções religiosas não passaram sem deixar atrás de si magníficos vestígios.

A arquitectura dos templos portugueses de estilo gótico, de arcos ogivais, de colunas esbeltas, de linhas perfeitas, severas mas harmoniosas, bem como todo o conjunto, na sua austeridade, materializa o profundo amor da arte aplicada aos sentimentos religiosos dos nossos irmãos portugueses que, por sua reputação e sua grandeza nas letras como na arte, e nas doutrinas jurídicas, ergueram às nuvens o orgulho latino.

A. D'ATRI

INTERIORES ILUSTRES

II

A CASA DO ANTIGO BISPO DE VIZEU, D. ANTÓNIO ALVES MARTINS

Fomos à Granja a casa do Snr. Dr. Leopoldo Alves Martins e que outr'ora pertenceu a seu tio D. António Alves Martins, bispo de Vizeu, ver os estragos nela produzidos pelo incêndio . . . .

. . . .

No primeiro (andar) havia sala de espera, de visitas, de jantar, e muitas outras dependências. No segundo os dormitórios . . . .

. . . .

Valiosas relíquias ali se perderam e de um preço inestimável. Entre outras, mencionaremos as seguintes: cartas inéditas, dirigidas ao grande bispo de Vizeu, de Camilo, Duques de Loulé, Saldanha e Cadaval, de D. Pedro V, de D. Luiz I, do Marquês de Angeja, de Braamcamp Freire e do Marquês de Penalva. Apontamen-

tos históricos (inéditos) do bispo de Vizeu; um cálice de ouro batido, estilo Renascença; um retrato a óleo tirado em Roma por Lupi, do mesmo bispo; obras de literatura dos mais notáveis escritores, tanto antigas como modernas; joias de subidíssimo preço; colchas de damasco de antiqüíssimas datas; mobílias de estilos diversos; moedas de ouro, etc., etc., sem que se pudesse valer a coisa alguma, devido não só ao adiantado da hora em que se deu o sinistro, mas também por os socorros não serem prontos, atenta a distância entre a Granja, Alijó e Favaios, onde foram pedidos.

. . . .

«O Primeiro de Janeiro», do Pôrto, de 18-XI-919.

DOCUMENTO RELATIVO A UMA IRMÃ DE NICOLAU TOLENTINO

Dr. José de Almeida Soares e D. Ana Teresa Frois de Brito foram os pais do poeta Nicolau Tolentino de Almeida.

Dêste matrimónio provieram, além do poeta, outros filhos, como pode lêr-se nas *Memorias de Tolentino*, pelo Visconde de Sanches de Baena (Lisboa, 1886).

Apenas nos ocuparemos de duas das suas irmãs: Rosa Micaela de Cássia e Jerónima Máxima do Monte do Carmo, que ambas foram regentes do recolhimento de Nossa Senhora dos Anjos, em Lisboa, vulgarmente denominado de Lázaro Leitão.

Êste recolhimento, destinado a viúvas nobres, pobres e honestas, fôra fundado pelo cónego e principal da Santa Igreja Patriarcal, Lázaro Leitão Aranha, e dêle trata desenvolvidamente o nosso falecido amigo Dr. Artur Lamas no seu magnífico trabalho *A Casa Nobre de Lázaro Leitão no sítio da Junqueira* (Lisboa 1925).

Por alvará de 19 de Junho de 1747, da Rainha D. Mariana de Áustria, regente do reino, e por provisão de 30 de Junho do mesmo ano, obteve autorização para o seu funcionamento.

Em 3 de Julho de 1747 entraram as primeiras dez viúvas e sete porcionistas, tendo assistido aquela Rainha a esta solenidade.

Rosa Micaela de Cássia nasceu a 17 de Abril de 1742. Por morte de sua mãi, em 1767, entrou naquele recolhimento, onde veio a exercer o cargo de regente.

A outra irmã, Jerónima Máxima do Monte do Carmo, nasceu a 30 de Março de 1743.

Afirma Sanches de Baena, no seu citado livro, que acompanhara sua irmã Rosa para o recolhimento de Lázaro Leitão, o que não está conforme com o seguinte documento, de que possuímos o original:

"Sua Mag.de He servido que V. m.ce receba nesse Recolhimento a Dona Jeronima Maxima do Monte do Carmo: Ficando obrigado seu Irmão Nicolau Tolentino de Almeyda a sustentalla á sua custa.

Deos guarde a V. m.ce Paço em 11 de Junho de 1776.

Ayres de Sá e Mello

Sr.a Regente do Recolhimento
de Nossa Senhora dos Anjos."

Por morte de sua irmã veio a exercer igualmente o cargo de regente do mesmo recolhimento até ao ano de 1807, em que faleceu [1].

Henrique de Campos Ferreira Lima

---

(1) Num memorial, em vers[o], dirigido ao Visconde de Vila-Nova-da-Cerveira, alude Nicolau Tolentino ao auxílio que, no mencionado recolhimento, prestava a estas suas irmãs:

Moças irmãs desvalidas,
A quem dou pobre sustento,
Foram por vós deferidas,
Vivem em santo convento
Dignamente recolhidas.

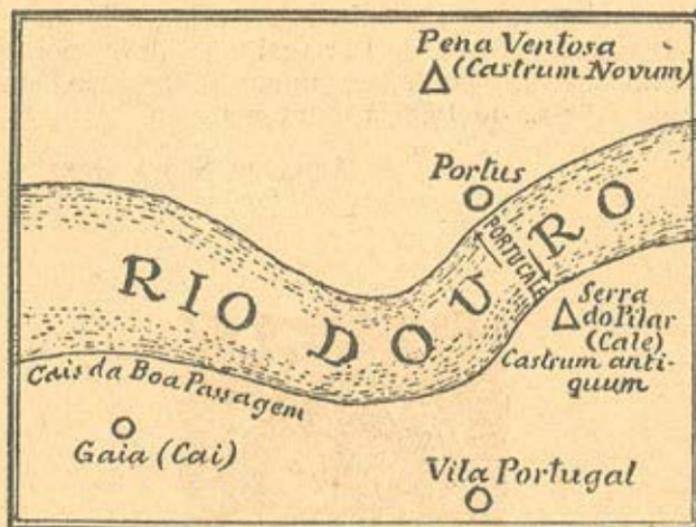
Pão com lágrimas ganhado
Lhe adoça a dura pobreza;
Por mim ao me[illegible] cortado
Lhe vai da singela mesa
Com sãos desejos mandado.

PORTUCALE

O professor Dr, Mendes Correia publicou, recentemente (1935), segunda edição, revista e aumentada, do seu livro *As origens da cidade do Pôrto* (*Cale Portucale e Porto*). E' um trabalho, na verdade, interessante. O autor debate o seguinte tema: a cidade do Pôrto, com o nome de *Cale*, antecedeu Gaia. As suas deduções são claras, mas não evidentes. E as conclusões a que chega não satisfazem.

O termo Portucale, intermediário entre Cale e Pôrto, ao contrário do que supõe o Dr. Mendes Correia, deve significar duas entidades distintas. Haveria o *Portus* e a *Cale*. O Portus deveria ser a povoação norte que servia a Cale. A Cale seria a fortaleza dominante do rio Douro. A *cale* corresponderá ao castro romano, à *calâ* arabe e ao castelo português.

A *Cale* precederia o Portus, e ela é que deveria ter dado lugar à formação do povoado. A topografia indica-nos, com clareza, para a Cale, a Serra do Pilar. E é frente a esta que o Portus se formou e se desenvolveu.

A corroborar êste modo de ver, temos o encontro, há anos, nessa serra, de moedas gregas. Pois os vestígios históricos interessam aqui muito mais que os pre-históricos, porquanto dêstes não temos topónimos. Também as designações medievais «Portucale castrum antiquum", da margem sul do Douro, e «Portucale castrum novum„, da margem norte, fazem supor que os castelos eram fronteiriços, assim: o antigo, na Serra do Pilar, e o novo, em Pena-Ventosa.

CALE, A FORTALEZA, COM DOIS PORTOS E O CAIS

Gaia deve ser de formação simultânea à do Pôrto. Era a povoação da margem sul que servia a Cale, como cais, e daqui deve ter provindo o seu nome, do celta *cai*. Como reminiscência, temos o actual cais da Boa-Passagem. Na *Chronica d'El-Rei Affonso Henriques*, atribuída a Fernão Lopes, assinala-se-lhe essa

função marítima neste passo: «Antigamente, sôbre o Douro, foi povoado o Castelo da Gaia, e por aportarem ali mercadores em navios", etc.

A proveniência celta de Gaia, leva-nos a crer que o termo Cale também seja celta.

A função do Portus para a Cale, seria, pròpriamente, uma função terrestre, de pôrto. Como a medieval vila Portugal, ao sul da Serra do Pilar, seria o pôrto que serviria a Cale pelo sul. A designação de pôrto era empregada na Idade-Média em terra ou lugar de abastecimenfo, quer fôsse ou não servida pelo mar.

Portucale, génese de Portugal, não deve, pois, ser mais do que uma *ponte* toponímica sôbre o rio Douro, ligando a Serra do Pilar à outra margem.

ARMANDO SOUSA GOMES

USOS E COSTUMES DA ILHA DA MADEIRA [1]

É o povo madeirense essencialmente supersticioso, dando assim crédito às cousas mais inverosímeis.

—Teme as *almas penadas* ou do *outro mundo*, as quais, ou por falta de sufrágios ou por algum pecadilho escondido, em artigo de morte, à absolvição do confessor, voltam a êste mundo para fazerem das suas e à espera de que algum, mais afoito, lhes pregunte pela razão do seu penar . . .

—De feiticeiras, nem será bom falar; pois se alguém, logo à noitinha, pouco depois do toque das Avè-Marias (o nosso povo *deita-se com as galinhas*) ao

---

(1) Vid. êste tômo VII, pag. 11. Na lista de palavras indígenas dada neste último artigo, deixámos, por lapso, de registar as seguintes:

Achêga: usado nos Cânhas, para designar uma espécie de forquilha existente nas carroças, que serve para segurar o transporte.

Encontrámos registo de vocábulo semelhante em um artigo do Snr. José Diogo Ribeiro, como pertencendo à *Linguagem popular de Turquel*. Confr. «Revista Lusitana», XXVIII, 1930, pag. 88, tendo ali o significado de *carrêto de materiais*.

Achêga-lhe: dá-lhe pancada (*Chega-lhe!* na fala continental).

querer descançar, no sono, das pezadas canceiras do dia, se esquece de afugentá-las com o conhecidíssimo *tôsca-marôsca, cruzes na testa, freio na bôca, librai-me esta casa e esta comarca tôda,* (1) sabido é que, protegidas pela sombra, virão roubar-lhes uma madeixa dos cabelos.... se não cousa pior.

—Fogem das pessôas possuïdoras de *maus olhos* como fugiriam do démo, pois estas, porque o sacerdote, ao baptizá-las, lhes faltou com *palavrinhas*, ficaram condenadas a lançar o terrível *mau olhado* sôbre pessoas, cousas e animais.

—Têm mêdo do *grima* (2) que, ás vezes, por volta da meia noite, espera os noctívagos, nas encruzilhadas dos caminhos, para obrigá-los a carregar às costas seu pezado corpo de poderoso rei dos Infernos, até junto das feiticeiras, suas filhas, que a essa hora o esperam para reünião magna.

—Quando morre uma pessoa na família, seguem-se-lhe, de ordinário, mais duas...

Enfim, seria um nunca acabar, se estivéssemos no propósito de narrar tôdas as superstições a que é dado o nosso bom povo.

Por tudo isto, muitas deverão ser as orações para esconjurar as *cousas más que vêm a êste mundo para perder as proves almas*, e as benzeduras para a cura do *mau olhado*. Em verdade, especialmente estas últimas, são sem conta.

Como apenso modesto aos, infelizmente, poucos trabalhos que existem do folclore madeirense, ainda tão mal estudado, vimos, desde algum tempo, publi-

---

(1) Ao rezarem esta oração, benzem-se, e quando dizem: *cruzes na testa* fazem uma cruz na testa; *freio na bôca* uma na bôca, e outra no peito ao *librai-me*, etc. Repetem esta pequena oração por três vezes.

(2) O povo chama *grima* ao demónio e, de facto, achamos bem o epíteto, pois o démo é furioso ..

cando na "F. da L.", êstes ligeiros apontamentos, que designámos *Usos e Costumes da Ilha da Madeira.*

Sugestivo de mais é o título com que os baptizámos, para tão pobre estudo como o nosso. Todavia, ao divulgá-los, tivemos unicamente em vista poder contribuir para um trabalho completo ainda por fazer e a que, esperamos, alguém se proporá um dia.

VI—BENZEDURAS CONTRA O MAU OLHADO E OUTRAS MALEITAS.

São inúmeras as orações para sarar a pessoa atacada de mau olhado, o qual, sendo de fêmea, é sempre de efeitos piores e cura mais lenta do que o de origem masculina.

A curandeira pode realizar a reza de duas formas distintas: ou utilizando-se de um rosário de contas pretas, prèviamente benzido por um eclesiástico, ou de nove ramos de alecrim, que tantas são as vezes que a oração é repetida. Procede-se ao tratamento fazendo cruzes sôbre o doente, e recitando a pessoa que cura determinada oração a meia voz.

São numerosas as rezas usadas, variando quási que de freguesia para freguesia.

Se a benzedura se faz com alecrim, ao fim de cada vez que a oração é dita, tira-se um ramo do alecrim, previamente disposto em cruz.

A reza mais usada em tôda a ilha, por não só curar do *mau olhado*, como de *ares maus*, é a que segue, e que consideramos inédita [1].

«Com o Santíssimo Nome de Jesus a quem adoro e creio verdadeiramente que nos há-de vir a julgar, os vivos e os mortos, os bons ao céu e os maus às penas eternas. Todos êstes ares maus constipados que

(1) O snr. dr. Urbano Canuto Soares regista alguns outros processos interessantes de «benzeduras» empregados nesta ilha, num artigo da «Revista Lusitana», Vol. XVII, 1914, pág. 150.

êste corpo tem, ar do sol, ar da lua, ar de frio, ar da serra e ar do mar, ar da neve e ar da chuva, ar de portas e ar de janelas, ar de camas, ar do berço, ar de caminhos, ar de igrejas, ar da pia, ar de vento ou ruim mal invejado que entrou nesta cabeça, nestes miolos, ou nesta testa, ou nestas fontes, ou nestes olhos, neste nariz ou nesta bôca, ou nesta garganta, nestes ouvidos, nestas costas, ou nestes ombros, nestes braços, nestas veias, ou nestas mãos, ou neste peito, ou neste fígado, neste bofe ou neste coração, ou neste bucho, ou neste debulho [1], ou nesta barriga, nestes ossos, ou nestes joelhos, ou nestas pernas, ou nestes pés, ou nestas juntas, naquele mar seja deitado, que o mar é poderoso e sagrado, pode com tudo sempre. Amen".

No final de nove benzeduras, acrescenta-se:

«Onde te ponho as mãos, Nosso Senhor te ponha sua sagrada virtude e no corpo a saúde". (3 vezes).

a)—A cura do mau olhado

Esta cura póde fazer-se com água, deitando-se nela três pingos de azeite de cada vez que é feita a benzedura da água (geralmente por três vezes, substituindo-se a água de cada vez).

Se o azeite se dissolve, ou *espalha*, como dizem, é sinal evidente de que o doente está atacado do terrível *mau olhado*.

Torna-se urgente o tratamento; e então, conforme a natureza do mal, procede-se à cura tantos dias seguidos, quanto os necessários ao restabelecimento da saúde. O número de curativos deverá ser sempre ímpar.

Variadíssimas são as orações para a benzedura da água, limitando-nos, por hoje, a fazer referência unicamente às três que seguem.

---

(1) Vísceras. ¿ Por analogia com *bandulho?*

Primeiramente reza-se, sempre em cruz, o «Creio-em-Deus-Padre, etc.» e em seguida acrescenta-se:

«*Fulano*, eu te curo em nome de Deus e da «Virge» (2) Maria e das três Pessoas da Santíssima Trindade, a quem eu adoro e creio verdadeiramente. Eu vos peço que mostreis nesta água e azeite a pura da verdade; que eu te curo, e Nosso Senhor, pela sua infinita misericórdia, que te sare» (3 vezes).

Outra variante:

O "Creio-em-Deus-Padre ..." completado em seguida, por três vezes, com:

«*Fulano*, eu te *esprimento* em nome de Deus e da "Vrige" Maria e das três pessoas da Santíssima Trindade. Crédo!„.

Ou ainda esta:

"Creio-em-Deus-Padre,..." (como nas anteriores). *Fulano* foi o nome que te puseram na pia. Com o nome de Deus e da «Vrige» Maria e das três pessoas da Santíssima Trindade, a quem eu adoro e creio verdadeiramente, eu vos peço que mostreis nesta água e azeite a pura da verdade. Eu te curo e Nosso Senhor, pela sua infinita Misericórdia, te sare. Amen„. (Por três vezes, curando-se até o azeite não espalhar ou, como dizem, até êle *juntar*).

Nesta última oração pode o doente curar-se a si próprio alterando as palavras para: "*Fulano* foi o nome que *me* puseram, etc.„.

A água e azeite costumam ser lançados à rua, e pela primeira pessoa que os pizar se conhece o sexo daquele que, pela falta de uma ou mais palavras no baptismo, ficou possuído do desastrado poder de "lançar o mau olhado„ sôbre pessoas, animais ou cousas.

---

(2) Ouvimos *Virge, Vrige e Verige*, conforme as pessoas ou localidades.

b)—A cura da erisípela

Reza-se nove vezes seguidas, com ramos de *palma* e de *oliveira*, tirados das *palmas* benzidas em Domingo de Ramos e dispostos em cruz:

"Pedro e Paulo, donde vens? Senhor, venho de Roma. Diz-me, P. e P., que novidades há por lá? Senhor, há muita doença. Diz-me, P. e P., que doença será? Senhor, há muita *érsipela.* Torna atrás, P. e P., leva palma e oliveira e cura desta maneira: *Érsipela, érsipelão*, quem te *trouche* a esta morada? Foi o frio, foi a neve, foi a má tempestade. Vai-te, *érsipela*, maldita, para o fundo daquele mar, que êste corpinho é *prove*, não te póde sustentar".

Conhecemos ainda esta outra variante, que nos comunicou uma mulherzinha dos arredores do Funchal:

"Ia Deus por um caminho, Pedro e Paulo *encontrua*, Nosso Senhor lhe *preguntua:* donde vens, P. e P.?, Senhor, eu venho de Roma. Torna atraz, P. e P., diz-me o que por lá vai. Senhor, há muita *érsipela*! Torna atraz, P. e P., leva palma e oliveira e cura desta maneira: vai--te, maldita *érsipela*, para *adonde viestes* fazer morada; foi do frio e da neve e foi da má tempestade. Vai-te, maldita *érsipela*, para o meio daquele mar, que êste corpo é *prove* não te póde sustentar. Com o nome de Deus e da «Vrige» Maria e das três Pessoas da Santíssima Trindade".

c)—Cura de ínguas

Passa-se com uma faca sôbre a íngua, como a cortá-la, dizendo ao mesmo tempo:

Íngua corto, íngua talho,...

e indo em seguida com a faca á cinza, em forma de cruz, termina-se:

...íngua deito neste borralho.

E isto por cinco ou sete vezes (conforme a *naturezo* do mal), é o suficiente para desaparecer.

A pessoa atacada deve estar em jejum e vai à cinza do lar, juntamente com outra pessoa, que lhe pregunta:

—Que tens?

Resposta:—Tenho uma íngua (ou ínguas).

P.—Que é que queres?

R.—Que me cures.

Então o interrogante pega numa faca, faz uma cruz na cinza e diz: *íngua te corto, íngua te retalho, íngua te jogo p'ra dentro do borralho*. Isto é dito nove vezes.

4.—*Cura da impigem*

Para fazer esta cura, é necessário que a curandeira esteja em jejum. E, conforme diz a oração, vai esfregando a parte atacada, com o dedo molhado em saliva (da sua própria bôca) e cinza.

A *lenga-lenga* é de uma simplicidade extrema:

„*Inpinja rabinga*, a "Verige" do Monte manda curar com *escupo* da bôca e cinza do lar, assim tu medres, *cuma* eu comi e *bubi*, (1) e fui à serra e já vim, e fui ao mar e já voltei„. (2)

5.—*Cura de "aberto"*

A curandeira, emquanto vai cosendo em um bocado de fazenda, em um novêlo de linhas, etc., diz ao doente:

—Santo Amaro te encase e te leve ao seu lugar o que eu côso.

Ao que êle responde:

---

(1) Em alguns lugares da Ilha diz-se *buber* por beber.

(2) Para complemento. veja *Subsídios para o cancioneiro*, já cit., onde lemos uma variante. E não só desta como de quási tôdas as orações podemos encontrar nesse trabalho óptimos subsídios.

—Carne quebrada, aberta, *desmintida* e nervos desconjuntados.

Volve novamente a pessoa que cura:

—Isso mesmo é que eu te coso, carne que te quebraste, veia que te acavalgaste, nervo que te desconjuntaste. O bemaventurado S. Amaro te encase e leve ao seu lugar. Amen.

Deve ser dito nove vezes em cada dia, enquanto não se ficar sarado.

6.—Cura de bucho "encostado" ou "enfustado"

Emquanto aplica maçagens sôbre o ventre com a mão embebida em azeite, a curandeira vai rezando:

"*Maria*, com o nome da "Verige" Maria e das três Pessoas da Santíssima Trindade, onde eu ponho as mãos ponha Deus a Sua Santidade. *Morteirinha*, abre-te e fecha-te para Nossa Senhora entrar. Se fôr bucho ou coalheira que "vaia" ao seu lugar".

As curas são sempre feitas em número ímpar, pois de contrário tornará a voltar o bucho.

Depois de cada massagem coloca-se, geralmente, contra o ventre uma fôlha de couve, ligeiramente aquecida, para tirar a febre.

E, em seguida, é o ventre do padecente envolvido em panos de linho, até completar a cura.

Agora, para terminarmos e podermos fechar com chave de ouro êstes ligeiros apontamentos de benzeduras para curar *pessoa ou outra coisa qualquer*, damos o original de uma interessantíssima benzedura, tal qual a escreveu, na sua pitoresca ortografia, uma dessas mulheres de virtude, que vivem das crendices do próximo.

Ela aí vai, sem lhe alterarmos uma única vírgula, para que, nada perdendo do seu picaresco, contribua para enriquecer estas breves notas do rico mas, infelizmente, tão mal estudado folclore madeirense:

«Isto é de curar de ár com um galho de alecrim de cada vez é preçizo se prufumar i areza é igual tanto de um curado eomo de outro i ofereçimento tambem igual. E com 5 ou 9 galhos de alecrim soubre a Cabeça da pesoá ou de Outra Coiza Qualquer mas sempre benzendo em cruz i dizendo asim. eu te curo em nome de deus i da virgem maria das 3 peçoas da Santissima trindade eu te curo dus áres da mánhan i dus áres da noite ide todos us áres maus. nossa siuhora por sua mizericordia queira tirar este mal fora deste corpo i deste miol para u fundo du mar i se isto não basta basta as 3 pessóas da santissima trindade eu te ponho as minhas mãos Jezus asua Sagrada virtude i a de são árluiz que este corpo não é teu nunca foi nem háde ser vaite para Campos verdes onde não tenhas quem te imbarre onde não oiças agua zuar nem boi berrar nem Galo cantar nen sino tocar vaite para ufundo du mar para nunca mais te tornar a dar..

Oferiçimento 3 padre nosos 3 áve marias i uma gloria patri esta cura que eu curei i esta reza que eu rezei ofereso á Sagrada morte i paixão de noso sinhor Jezus christo i a são árluis que queira tirar este mal fora deste miolo i du seu corpo todo para u fundo du mar para nunca mais te tornar adar.

Curar de ulhado é da mesma forma com alecrim como em sima ispelica as palavras são asim Arvore João flor das felores arvore João flore das mesmas tal me seja dado ispera por novas de alegria asim Como avirgem maria curava com as suas palvras divinas tambem eu te curo com as minhas. criatura se istais alembrada quem te deu este quebrante este ulhado mal invejado Jezus cristo será nado se foi nu comer ou beber Jezus te queira valer se foi nu andar Jezus te queira tirar se foi nu durmir Jezus te queira acudir. santa anna santa izabel uteu corpo i uteu Coração não disfaleça só amão de são João é que pode tirar outra pessóa não. 3 te dão 3

te tirão homem bóm mulher má Caza barrida i ugada por baixo agua por sima palhas por onde este mal entrou por elle sáia são sebastião queira tirar este mal deste miolo ideste corpo todo para ufundo du mar para nunca mais te tornar adar. profumase com louro alecrin i matos du Caminho„.

VII—BENZEDURAS PARA O "MAU OLHADO„ EM ANIMAIS, FLÔRES, ETC.

1.—*Cura de olhado em cãis, porcos etc.*

Benzem-se com alecrim, em forma de cruz, por nove vezes, recitando esta oração:

«Em louvor do *Sôr* Sant'Antão, olhado, quebranto e mal invejado, se te deram no comer, ou no *buber*, ou na tua *boniteza* (1), ou no teu crecer, Sant'Antão t'o queira tirar, que tem êsse poder e eu não, que no mar seja deitado, no rio do Jordão sagrado, que tem êsse poder e eu não. Casa *palhaça* (2) por baixo *augada* (3), homem manso, mulher brava, em louvor de Sant'-Antão com as três Pessoas da Santíssima Trindade».

2.—*Para flôres*

O mesmo com alecrim, repetindo nove vezes:

„Em louvor do Santíssimo Sacramento, olhado, quebranto e mal invejado, olhos invejosos que para ti olharam, se te deram na boniteza ou no teu crescer, o S. S. te queira tirar que tem êsse poder e eu não. Casa palhaça por baixo augada, homem manso, mulher

(1) E' corrente em frases, como:—¡Era muita linda! ...Mas que boniteza!

(2) Por *casa palhaça* devem entender-se as casas ou palhotas de côlmo, ainda existentes no Norte da Ilha e em alguns pontos do Sul.

(3) Ou *aguada*, isto é, com água que lhe passa inferiormente.

agastada, em louvor do Santíssimo Sacramento, por onde êste mal *entrua* por lá saia».

*

Em seguida à cura do "olhado mau" é conveniente (diz a mulherzinha que amavelmente me facultou algumas orações), perfumar ("prufumar", como diz) as pessoas, animais ou coisas com um braseiro em que se deita: alecrim, incenso, umas pedras de sal, rama de alho, ás vezes uma fôlha de louro, e, quando seja conhecido o invejoso, um pedacinho de qualquer peça do seu vestuário.

FERNANDO DE AGUIAR

SÔBRE BARTOLOZZI

NTRE os meus apontamentos, aparecem-me estas notas que tomei em 1914, data em que uma comissão de que eu honrosamente participava pretendeu levar a efeito, para o ano seguinte, a celebração do primeiro centenário da morte do ilustre florentino. A Grande Guerra, que em Agôsto dêsse ano conflagrou, fêz com que tal projecto infelizmente não vingasse.

E digo infelizmente porque, dada a categoria artística dos meus confrades e o avultado número de expositores que acorreram ao convite que lhes dirigimos (entre os quais o maior colector da especialidade, o meu amigo sr. Pasquinelli, de Florença), anteviamos uma exposição a todos os títulos exuberante, que viria a ser essencial e indispensável para o estudo do eminente incisor, designadamente no período da sua estada em Portugal.

Estas notas, já dadas à estampa pelo sr. Aldo Ravá, reputo-as desconhecidas, ou quási, em Portugal. São as seguintes, que vão na língua original e se reportam à mocidade bartolozziana:

"Il giovane che lei mi ricercha è quel fiorentino

del Vagner che mi dice di avere prencipiato un disegno d'un mio quadro che à avuto é á presente;..."

(Carta do pintor Pietro Longhi, de Veneza, 23 Abril 1751).

Referindo-se ao *fiorentino*, explica o sr. Ravá que se tratava do célebre Francisco Bartolozzi, nascido em Florença em 1730 e partido para Veneza em 1749, indo para casa de Wagner, onde se conservou dez anos. Tendo no devido apreço as suas extraordináras qualidades, Wagner começou a fazê-lo abrir a água-forte o campo das paisagens que gravava, segundo os quadros dos mais célebres pintores. Na escola de Wagner adquiriu certamente Bartolozzi a segurança no manejo do buril. Muitíssimos trabalhos executou nestes dez anos, mas nem tôdas as estampas que gravou trazem o seu nome, e muitas ficaram sepultadas em publicações epitalâmicas, de profissões religiosas, etc.

Continuando:

"...p. quello poi sia del Rame io per certo non mi posso prendere l'impigno de rittocarlo, non havend' io il tempo, ne il giovane occupat.° p. me (*Bartolozzi*) ben si per serviere V. S. mi contento di farle terminare dal'istesso Livornese quando ritorno a Venezia abbenche Lui diceva essere cosa impossibile, spero di farli vedere la possibilitá, mentre, per servirlo mi contento di prenderlo in casa mia, e farlo lavorare sotto le mie occhi per qual tempo che occorrerá p. terminarlo, et anca lavorar qualche cosa soppra in quello Lui non potesse, é ciò senza interesse imaginabile solo p. renderlo sodisfa.to ...."

(Carta de Wagner a Remondini (13 de Maio de 1751).

Este Wagner foi José Wagner, nascido em 1706 em Thaulendorf, perto do lago de Constança. Teve em Veneza como professor de desenho e pintura Jacopo Amigoni. Viajou com êle pela Europa; esteve duas ve-

zes na Inglaterra, e da segunda lá abriu oficina de gravura. Por fim voltou á cidade dos canais, para onde transferiu a oficina e onde casou.

As obras do seu mestre Amigoni, de Lucas Giordano, Benedito Luti, Solimene e Piazzeta foram o tema favorito do seu buril. Abriu também inúmeras estampas religiosas. Em muitos dos seus trabalhos foi ajudado pelos discípulos, entre os quais começou a avultar Francisco Bartolozzi.

Wagner faleceu em Veneza a 29 de Junho de 1786.

C. M.

AS FESTAS DO SACRAMENTO EM BEJA

desconhecida a origem destas célebres e caraterísticas festas, remota ela é.

Na procissão, outrora brilhante e magestosa, figuram os célebres andores de prata que pertenceram ao extinto convento de N.ª S.ª da Conceição, e hoje são propriedade da mitra bejense.

Publicamos seguidamente a sua descrição, bem como as dos carros de espadana que os acompanham.

Representa um dêles o baptismo de Cristo no rio Jordão, e o outro, S. João Evangelista *ante portam latinam*. Foram mandados fazer com grande riqueza em época que não pode bem precisar-se, dizendo uns que foram feitos à custa dumas senhoras brasileiras, ricas, que habitaram o convento da Conceição em Beja, e dando outros crédito à tradição de que os mandaram fazer as freiras do mesmo convento, à custa de grandes privações.

O valor de cada um dos andores regula por 70 ou 80 contos de reis.

O trabalho de escultura dos anjos e outras figuras

que rodeiam as imagens é muito apreciável, e as peanhas e varas são tôdas de prata cinzelada e batida.

Há uma tradição a respeito dêles deveras curiosa. Conta-se que no convento da Conceição havia, em tempo, dois partidos que dividiam as freiras. Eram umas por S. João Evangelista e outras por S. João Baptista. Tão renhidas se travaram as lutas entre os dois grupos antagónicos que, quando se fazia a festa do primeiro daqueles santos, as partidárias do segundo vestiam os fatos mais velhos que possuiam e fechavam as janelas em sinal de tristeza; e do mesmo modo procediam as partidárias de S. João Evangelista, quando as outras festejavam o Baptista. Isto durou até se fechar o convento, há cêrca de quarenta anos, e ainda me lembro de haver em Beja partidárias exaltadas de cada um dos santos, e irreconciliáveis com as do outro.

Destas lutas entre os dois grupos resultou que ambos êles, à porfia, se esmeravam em enfeitar com opulência e gôsto o seu santo predilecto. E não se satisfaziam só com estas demonstrações de afeição: chegaram a fazer condecorá-los, vendo-se a imagem de S. João Baptista com a venera de Cristo.

Os resplendores, a cruz, a faixa e outras peças de vestuário dos santos, são recamadas de pedras preciosas de grande valor.

*

A origem da festa do Santíssimo Sacramento, e a época em que principiou, são, como dissemos, factos que em Beja se desconhecem inteiramente. Sabe-se apenas, por um manuscrito anterior a 1640, que nesse tempo já existiam as quatro actuais irmandades; e, por umas notas de Ribeiro, que em 1569 a irmandade do Santíssimo da freguesia de S. João fôra instituída de novo, sendo os seus estatutos aprovados por D. Teotónio de Bragança, então arcebispo de Évora.

S. JOÃO EVANGELISTA

O BAPTISMO DE CHRISTO

ANDORES ANTIGOS, DE PRATA
que figuravam na procissão do Sacramento em Beja

Calcula-se que esta é a mais antiga das irmandades, por isso que é a única em que aos irmãos é permitido o uso de uma custódia de prata na opa de sêda vermelha, que vestem quando tomam parte em qualquer acto religioso.

*

Nas festas de Beja, o que há de mais original e característico, são as carradas de espadanas, o jantar dos presos e a posse.

As formosas e elegantes carradas de espadanas que no domingo de manhã se expõem em frente da igreja onde se realiza a festa, são geralmente oferecidas pelos lavradores pertencentes à irmandade festeira, e todos timbram em apresentá-las o melhor que lhes é possível.

As carradas são quási sempre puxadas por grandes e gordíssimos bois. A espadana é colhida no Guadiana e posta em carrêtas, às quais se prende com fortíssimas cordas, sendo as faces anterior e posterior da carrada (onde se lê: "Viva o S. S." ou "Viva a *Carda*", etc.) armadas com flores, fitas, lhamas, etc. assim como os bois e o aguilhão do condutor.

O tipo destas carradas é igual ao usado no carrêto do trigo dos ferragiais para as eiras.

Com esta espadana tapetam-se também as ruas por onde passa a procissão [1].

O jantar dos presos é conduzido em procissão à

---

(1) Estas carradas de espadana parece preocuparem grandemente os organizadores das festas, que as consideram o mais belo e tradicional ornamento delas. Postam-se em linha diante da porta da igreja, antes que a festa acabe, e então começam a desfazê-las para a espadana ser, como dizemos, espalhada pelas ruas do trajecto da procissão. (Vid. J. de Sousa Tavares, *A cidade de Beja — Subsidios historicos*. II-Lisboa, s. d. pág. 16.

cadeia civil, sendo o pão, o vinho, carne, frutas e doces, levados em alcofas simples ou em tachos de lata colocados em alcofas, sendo umas e outros ornados com flores e verdura.

Cada alcofa é conduzida pelos irmãos do S. S., que a seguram por meio de uma branca toalha, que se prende às asas.

Na frente da procissão vai uma cruz de prata, e no fecho vão os reitores, os escrivães e tesoureiros das quatro irmandades, as pessoas mais importantes de Beja e as autoridades civis, eclesiásticas, judiciais e militares, por quem distribuem a faca e o garfo de trinchar, a bacia e o jarro de prata e uma alvíssima toalha de linho

Esta distribuição leva muita gente a crer que o jantar, noutro tempo, era repartido pelas autoridades. Se isso foi assim, ignoramos; hoje, o que vemos, é que uma comissão de irmãos do S. S. o distribui pelos presos e pelos pobres.

As freguesias de Beja são quatro e outras tantas as irmandades do SS. A festa é em cada ano feita por uma delas, e a que por escala tem de fazê-la no ano seguinte, recebe a "posse", que é o reconhecimento do direito que assiste a qualquer das irmandades de fazer as festas.

A "posse" realiza-se de noite, depois da procissão do SS., e nela tomam parte as quatro irmandades com as respectivas cruzes de prata, o orago da freguesia que a dá e o da que a recebe.

Durante o trajecto da procissão da "posse" queimam-se inúmeros foguetes, grita-se, corre-se e briga-se, porque todo o portador de cruz quere ser o primeiro a entrar no templo onde ela se realiza, e por isso há cruzes partidas, ou tortas, opas rasgadas, etc, etc.

O povo incita as irmandades e, segundo as suas paixões, dá vivas à "carda" e morras à "tripa", vivas

aos "pelados" e morras à «escama" e vice-versa; mas, logo que as cruzes entram no templo e as depõem no altar-mor, tudo serena, canta-se o *Te Deum*, queimam--se mais foguetes, e cada qual retira para casa sem o menor ressentimento.

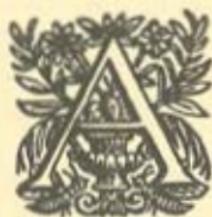
O Salvador é a freguesia dos "pelados" porque os seus irmãos eram quási todos carecas; a de S. João é a da "carda" porque a grande maioria dos irmãos era formada de cardadores de lã; a de S. Tiago é a da "tripa" porque lá era o matadouro do concelho, e a de Santa Maria a da "escama" porque tem na sua área a pescadaria.

A festa, que dantes durava oito dias, hoje efectua--se em três, pois deixaram de fazer-se touradas, cavalhadas, jogos de canas, danças, etc. Mas há ainda uma praxe muito seguida: é a das luminárias, pois na sexta--feira iluminam os prédios os festeiros, no sábado todos os habitantes da cidade e no domingo os irmãos que recebem a "posse".

Uma banda de música toca à porta dos festeiros e de todos os que tomam posse.

Um Bejense

Nota da Red.—Segundo informação particular digna de todo o crédito, as festas do Sacramento, que tiveram justificada fama em tod› o país até 1910, em que foram extintas pela supressão das confrarias que as realizavam, foram mais tarde restabelecidas, sem conseguirem o passado esplendor, embora tenham ultimamente progredido dalgum modo. Tem decorrido sempre no interior dos templos, com excepção da dêste ano, em que já houve uma procissão exterior,tendo aparecido uma carrada de espadana de feição semelhante às antigas, mas de decoração modesta.

PARA A HISTÓRIA DO 1.º DE DEZEMBRO DE 1640

GORA, que tanto se tem falado na compra do palácio dos Condes de Almada, ali a S. Domingos, reminiscência do primitivo, onde se reüniram os conspiradores da revolução do 1.º de Dezembro de 1640, julgo não virem fora de propósito as seguintes achegas curiosas que sôbre êste assunto se encontram no 4.º vol. do "Archivo Pittoresco":

Origem do «Te Deum» do Primeiro de Dezembro

Nas côrtes reünidas em 2 de Janeiro de 1641, apresentaram os procuradores a el-rei D. João IV vários capítulos ou propostas, sendo a primeira do teor seguinte:

Capitulo I

"Pedimos a V. m. que pois a virtude do agradecimento he a de que Deus mais se penhora por continuar nas mercês e acrescentos dos imperios em reconhecimento da mercê que este Reyno recebeo da poderosa mão de Deus no primeiro de Dezembro de seiscentos e

quarenta em o livrar do captiveiro em que estava, seja V. m. servido mandar ordenar que no dito dia se faça cada anno huma procissão solemne em todos os lugares do Reyno na forma das mais procissões da obrigação da camara".

Resposta

"Assim o tenho mandado nos lugares que convem e vos agradeço a lembrança que neste particular me fazeis".

Anedoctas do dia da Aclamação

"Quando João Pinto Ribeiro ia para o paço na manhã do primeiro de Dezembro, encontrou um amigo que êle tinha convidado sem dizer para quê. Quando já estavam ao pé da capela real, preguntou-lhe o amigo onde iam, ao que respondeu João Pinto:

"—Vamos aqui abaixo à sala dos tudescos tirar um rei e pôr outro; e logo nos tornamos para casa.

"¡Tanta era a confiança na lealdade e segrêdo até dos que não estavam metidos na conspiração, e tal a têmpera daqueles revolucionários!

"Conta-se que D. Luiz del Campo, governador do Castelo de S. Jorge, quando se lhe apresentou a ordem da Duquesa de Mântua para entregar aquela praça aos conspiradores, dissera com galantaria:

"—¡A esta hora que son las nueve, no es el-rey Felipe señor de una chimenea en Portugal!

«No dia da aclamação iluminou-se tôda a cidade de Lisboa; e durante a noite não cessaram os vivas, sem haver nenhum distúrbio, o que deu motivo a dizer um fidalgo espanhol que tinha observado tudo isto:

«—¿Es posible que se quite un reyno a el-rey Felipe con luminarias y vivas sin mas ejercito ni poder?«

"Quando o marquês de Aiamonte soube que em Portugal se tinha aclamado o duque de Bragança, disse graciosamente:

«—Ahora verá España los errores de su gobierno.

Tiene el duque de Bragança reyno para si, hijos y biznietos».

«Na véspera do dia da revolução de 1640 andava êste segrêdo já tão público, que uma criada de D. Antão de Almada, mandando um preto a casa de uma senhora cujo marido se achava preso e oprimido pelo secretário de estado Miguel de Vasconcelos, chegou a uma janela estando o preto ainda no pátio, e em voz alta lhe fês esta recomendação:

«—Dize à senhora que se não consuma, porque àmanhã há de ir o sr. D. Antão com outros fidalgos matar o secretário de estado e soltar o senhor seu marido».

*

Não ignoro que alguns dêstes factos são já conhecidos; mas julgo não ser nunca demais, e até faz bem relembrá-los.

Quod abundat non nocet.

CARLOS SANTOS, PAI

Nota da Redacção.—A-pesar-de havermos dito, a pág. 197 do vol. VI, que o artigo ali estampado era o último que o saudoso dr. Carlos Santos, Pai, escrevera, apareceram ainda, dentro dum livro que lhe emprestámos e que nos devolveu dias passados estas notas sôbre a revolução de 1640, as quais, segundo um cartão que as acompanhava, vinham a titulo de gratidão pelo empréstimo.

Ali esquecidas desde então, damos-lhe agora publicidade.

¡Que a sua memória nos perdoe!

«UMA RARIDADE BIBLIOGRÁFICA CAMONEANA»

literatura judaica portuguesa e espanhola tem dado que fazer a muito bibliógrafo e ainda por muito tempo há-de ser cavalo de batalha daqueles que rebuscam poeirentos alfarrábios, escondidos por arquivos e bibliotecas.

Há dias encontrei na B. N. L., quando procurava outra obra do mesmo autor, um interessante opúsculo de 58 páginas, da autoria de um judeu, filho de pais portugueses, mas nascido em Espanha. A curiosidade levou-me a analizar o livrinho com cuidado e deparei com uma desconhecida espécie camoniana.

Nenhum dos camonistas, incluindo a esgotante *Collecção* de José do Canto, faz referência ao folheto. E quem havia de pensar que numa obra de carácter religioso e cabalístico haviam de aparecer tantas referências a Camões!

O autor, Don Miguel de Barrios, conhecia o nosso épico tão bem como os segredos dos versículos bíblicos, e conseguiu por isso encontrar nos *Lusiadas* e nas Rimas numerosos versos que se ajustam aos versículos dos

livros sagrados dos *Salmos*, do *Ecclesiástico*, e doutros A verdade é que pelo mesmo processo poderia estabelecer o paralelo de sentido entre todos os escritores e a Bíblia.

Assim só a ingenuïdade dos nossos clássicos pode encontrar paralelismo entre o verso de Camões.

Deoses o sacro verso está chamando

do Canto X, est. 84 dos *Lus*. com o versículo 2.º s. CXXXV do livro dos *Salmos*, que reza:

Louvai ao Deus dos deuses: porque a sua misericórdia é eterna.

E quando o ajuste não se fazia perfeitamente verso por verso, recorria-se ao expediente de buscar uma palavra em cada um, até compor o verso desejado, como sucede na Écloga V ou na Ode V. As citações carecem quási sempre de justeza, pois aponta por exemplo, o verso

Em cristalinos paços singulares

como sendo do Canto I, est. 17 quando só o encontramos no C. IX, est. 41. Da mesma forma atribue ao C. X, est. 80 o verso

Estendendo seus raios pelo Mundo

quando, embora diferente na construção, vamos encontrar o sentido nos versos

.... os raios espalhados
Do Sol forão no Mundo ....

no Canto II, est. 13; e ainda o verso bem conhecido

No templo da suprema eternidade

vem indicado como sendo do C. X, est. 6, quando é do C. I, est. 17.

Outros nem consegui encontrá-los, como

Os Anjos do saber alto e profundo

e

Só por servir a régia Magestade

indicados como pertencendo respectivamente ao canto X, est. 84 e ao Canto I, est. 5.

As citações bíblicas ponho-as de remissa, pois podem não jogar perfeitamente com as da minha edição *Vetus Testamentum*. Conimbricae, Typis Academicis, M.DCCC.LVI.

Mas digamos alguma coisa do autor e depois falaremos da obra.

Don Miguel de Barros ou Barrios é, no dizer de Barbosa Machado, natural de Montilha, em Andaluzia, mas filho de pai português, de Vila-Flor no Bispado de Miranda. Usando duma perífrase muito sua, informa ainda o douto Abade que Barrios „preferiu o tumulto de Marte ao ócio de Apolo, mas que exercitou o seu feliz engenho com todo o género de erudição em diversos metros".

Efectivamente o judeu Barrios, que entre os seus correligionários de Amesterdão, onde morreu, era conhecido por Daniel Levy de Barros, foi operoso poeta, dramaturgo de regulares dotes e ainda, como bom judeu, um entusiasta pelas interpretações dos textos bíblicos, que aplicava a tôdas as obras e fenómenos da natureza.

Os nossos bibliógrafos não teem ligado grande importância a Miguel de Barrios e o própio Inocêncio, com o seu discutível processo de relegar para o olvido os escritores portugueses que escreveram em línguas estrangeiras, apenas aponta duas das suas obras: o *Coro de las Musas* e a *Flor de Apolo*. Só no Suplemento se dá indicação de mais alguns folhetos, mas continua a ignorar-se a existência do *Imperio de Dios*, embora se cite D. Domingo Garcia Peres, que a êle faz referência a pg. 41 do seu *Catalogo*.

Este autor é que descreve em poucas linhas a obra de que tratamos, mas certamente a não viu, pois divide o poema em cantos, quando a verdade é que não exis-

te qualquer divisão nas suas 125 estrofes.

Parece, todavia, que houve outra edição com 127 estrofes; mas dessa não encontrámos outro rasto que não fosse o da ligeira referência de Garcia Peres.

Nenhum dos autores acusa a existência de duas curiosas estampas alegóricas que ilustram a obra, uma servindo de frontispício e outra com o retrato de D. Miguel de Barrios.

IMPERIO DE DIOS/EN LA HARMONIA DEL MUNDO/PROV. 9

La sabiduria labró su casa, cortó sus siete pilares.

Segue-se uma grande vinheta quadrada (158 mm) aberta a buril, representando um pórtico formado por pilastras. Ao centro, na parte superior, lê-se, cercado por um halo, o nome IMPERIO DE DIOS. Entre as pilastras estão, armados de gládios, à esquerda os anjos bons *Raphael* e *Gabriel* prontos para travarem combate com os seus adversários *Zadkiel* e *Hanael* que se veem à direita.

Ao fundo, em uma moldura rectangular, deparam-se-nos as figuras de *Semana* (?) e da *Sabiduria* ladeando o anjo *Kapheziel* e a seu lado, em atitude de luta, os anjos *Michael* e *Samael*.

Todos êstes nomes se encontram em um círculo luminoso que atravessa a estampa superiormente às cabeças das figuras.

Nas margens da estampa, mas fora do desenho, a começar na parte superior, lê-se:

ÇARÇA ES EL PUEBLO QUE ARDE
SIN COMSUMIRSE EN LA LLAMA
DEL ALTO AMOR QUE LE INFLAMA
HAZIENDO DE FIRME ALARDE.

Impresso na parte inferior:

Escritor: DON MIGUEL DE BARRIOS

Seguem-se três fôlhas inumeradas que contêm uma invocação a Deus, pedindo ao mesmo tempo perdão, em contrito acto de humildade, das suas faltas, e logo em duas outras fôlhas, também inumeradas, os *Hymnos en diferentes lenguas sobre la* Harmonia del Mundo, *traducidos y glossados por su Autor el Capitan D. Miguel de Barrios.*

São êles: Hymno Hebraico—Chaldayco—de Orpheo—Griego de Homero—Arabigo—Flamenco—Frances—Italiano—Portugues—e Hymno al vencedor sobre la guitarra. titul. del Psal. 80.

O hino português é *sacado de los versos de Luis de Camões por el Autor, con la alusion del Psalm 18. Vease a Lorenço Gracian lib. Agudeza y Arte de Ingenio, discur. 34.*

Sôbre a alegoria dos versos, já atrás fizemos a competente apreciação.

Segue-se uma estampa que abrange toda a página (214×160 mm). Em uma paisagem campestre está sentado ao meio, em primeiro plano ,numa pequena elevação de terreno, o autor tendo sôbre os ombros um manto, onde se vê aberto um brasão de armas.

Faz menção de tocar numa guitarra com um pequeno estilete, e da bôca saem-lhe as palavras:

Con cithara mi enigma explicaré
y exemplos a mi oreja aplicaré.

Superiormente, sôbre nuvens, o Amor, em figura de criança, segura com a mão direita uma corôa de louros e com a esquerda o caduceu de Mercúrio que personificado numa jóvem se encontra de pé à esquerda do Autor. Do braço direito do menino duas longas filacteras contêm os dizeres:

Mas fuerte que la Parca es en mi braço
el Amor con la voz que todo enlaço.

Duma corneta que Mercúrio segura saem as palavras:

Una linea da al Sol en cada Verso
y en su musica el alma al Universo.

À direita do retratado a figura guerreira de Minerva empunha uma espada e uma grande bandeira, onde se vê escrito:

Quien como Dios significa
que sus obras publica

e, finalmente, sob os pés do Autor contorce-se o dragão da Inveja berrando da sua horrenda bocarra o elogio do escritor:

Memoria, Voluntad y Entendimiento
dan a Miguel la voz y a mi el tormento.

Nas quatro margens brancas da chapa êstes versos.

De la Harmonia del Mundo
Cantando el triumpho Miguel
pisa al Dragon de la envidia
que intenta glossar sus pies.

Subscreveu a chapa um inventor que não consigo identificar *A R de Chves qins* e v gravador *Chr. v. Hagen sculp.*, holandês que ilustrou a Biblia de Scheits, (Christian von Hagen).

Nas 32 páginas seguintes, numeradas de 1 a 32, vem impresso em 125 estrofes decassilábicas de oitava rima o poema:

Imperio de Dios/en la/Harmonia del Mundo/celèbralo por Horas considerando el Relox de su criacion el Capitan Don Miguel de Barrios.

Trata-se duma composição filosófica e alegórica onde o poeta nos mostra os atributos divinos que se manifestam em tôda a harmonia do Universo.

O autor condimenta de numerosas referências clàssicas e bíblicas, em notas marginais, as suas doutrinas filosóficas. E é assim que são chamados a depôr como testemunhas os poetas da antiguidade clássica, continuados até Camões e a Fr. Luiz de Granada.

A título de curiosidade reproduzo as estrofes 59 e

60, nas quais se indicam os nomes que nas diversas religiões no Universo, tem a Divindade:

Llamanle *Godt* los Belgas y Holandeses
los Alemanes *Gott;* los Esclavones
Bogi; el Etrusco *Esar*; *God* los Ingleses;
Paná los Mogos; *Iston* los Peones;
Los Assirios *Adàd*; *Dieu* los Franceses;
Keneph en Tebas; *Dio* los Ausones;
Gud los de Dania; *Zeul* los Velacos;
Los tartaros *Itgá; Bogh* los Polacos.

Janguaycoa el Cantabro; los Chaldeos
Elaah; el Turco *Abdi; Sire* el Persiano;
el Armenio *Astevàs;* el Luso *Deos;*
Dios el Iberio; *Yaya* el Peruano;
el Ethiope *Amlao;* el Griego *Theos;*
Deus el Latino; *Teut* el Egypciano;
Tain el Chinense; *Bouh* el Moscovita;
Halá el Arabe; y *Yah* el Israélita.

Nas catorze páginas que se seguem, numeradas de 33 a 46 arenga o autor com vasta erudição e não menos arrojada interpretação os variados fenómenos do universo, desde a criação até aos seus dias. A essa curiosa mistura do religioso com a presciência chamou o autor:

Imperio de Dios/Piedra Derribadora/De la Soñada Estatua/Desde el Año de 1689 al de 1700/Esconde quatro vezes la mano à quantos la tira el Capitan Don Miguel de Barrios.

Como é natural, o livrinho era proibido pela Inquisição — e daí a sua raridade.

Ernesto Soares

RECORDANDO O PASSADO

II

M 1807, uma fábrica de papel, estrangeira, teve a lembrança de fabricar fôlhas de papel, destinadas a cartas-ofícios, pondo-lhes na marca de água os retratos dos monarcas dêsse tempo, dentro de dois caixilhos, entre os quais se referiam as suas qualidades reinantes.

Tenho na minha *Colecção de curiosidades* os retratos de *Napoléon Empereur des Français, Roi d' Italie* e o de *Georg IV Koening von England und Hannover.*

53 anos mais tarde, uma fábrica franceza fêz daquele papel com o retrato de *D. Pedro 5.º*, do qual possuo um exemplar.

*

«Illustríssimo Senhor. Tendo chegado hoje a esta Cadea João Maria Radisse (*sic*), que por Antonio Moro foi encarrgado de preparar o veneno para se dar a Sua Magestade Fidelissima, e sabendo eu que este homem está para auzentar-se, julgo da maior urgensia a sua captura, afim de se vir no conhecimento do club que denunciei a sua Ex.^cia^ o Prefeito Girão. Deos guarde, etc. Hoje 25 de Setembro de 1835 (a) *Antonio Joaquim Picaluga Costa Real Selat*».

Picaluga estava preso quando fêz aquela participação, tendo visto o Radich, que ia de visita, e endereçou-a ao carcereiro da cadeia da cidade. O carcereiro comunicou-a ao magistrado juiz correcional do 1.º distrito que, dirigindo-se logo à cadeia, fêz lavrar um auto, donde extraímos que Radich, de cumplicidade com o Moro, perpetrariam o assassínio de D. Maria 2.ª Êles eram membros de um club, cujos chefes, Richini, Moro e Livoni, de combinação com o gabinete sardo e com o ex-usurpador Miguel, haviam resolvido aquele atentado. Para levarem a bom fim a sua tenção, Radich introduzira-se no paço como empregado. Era um grande químico e excelente preparador de venenos subtilissimos; e sabendo que a Rainha Dona Maria 2.ª gostava muito de ovos fritos, resolvera que só neste alimento é que devia ser aplicado o veneno.

Nada mais diz o auto a que me reporto. Não sei portanto o que aconteceu depois.

*

D. Ana Joaquina Inácia da Cunha, viúva de José Street de Arriaga Brun da Silveira, subrogou as quintas do Ramalhão contra apólices grandes do real erário na importância de 15 contos de reis, conforme a convenção celebrada entre ela e o Marquês Estribeiro-Mór, procurador de D. Carlota Joaquina. O procurador daquela Senhora foi António José Guião, desembargador da Casa da Suplicação, que morava na Rua de S. Felipe Nery, no palácio dos Guiões. Assinou também o contrato o cunhado, Guilherme Street de Arriaga Brun da Silveira, porque, sendo as quintas do Ramalhão parte importante dum vínculo que Ana Joaquina e José Street haviam instituido na sua quinta e casa de Carnide, e como Guilherme Street era o imediato sucessor do vínculo, não havendo filhos do matrimónio, também êste entrava na convenção.

*

Possuo um autógrafo da Infanta D. Ana de Jesus Maria, filha de D. João 6.º e mulher do Marquês de Loulé, que textualmente transcrevo:

«Snr. Monró. (*sic*) Sabendo que na Administração das cazas d'Asilo da Infancia desvalida tem tres partituras da Marcha des flambeaux de Meyerbeer, pedia que me emprestassem huma dellas, que eu respondo, e m.to desejava que fouce quanto antes, pelo m.to obrigada lhe ficará a

Infanta D. Anna

Pateo do Tourel
6 de Maio de 1856.

(O papel tem a inicial *A* sobrepujada pela a corôa real, em relêvo branco).

*

Guardo também um requerimento em que o Conde da Ega, Aires de Saldanha, pretende citar os viscondes de Juromenha para despejarem a sua *casa nobre do pateo do Saldanha, cabeça do seu morgado e casa que merece toda a contemplação nos fastos Portugueses por terem dela saido os oito Saldanhas que no 1.o de Dezembro concorreram à feliz aclamação que pôs no Trono Português a casa de Bragança.*

Revendo a lista dos 40 conjurados, descubro sòmente quatro: António de Saldanha, que foi mais tarde general de armada, conselheiro de guerra e restaurador da Ilha Terceira; António, Bartolomeu e João de Saldanha da Gama, mortos na batalha de Montijo. Com o apelido de *Saldanha*, só sêtes. É possível que alguns dos outros conjurados fôssem *Saldanhas*, mas é-nos difícil averiguar.

*

A ama de leite de D. Afonso 6.º chamava-se Ca-

terina Carvalha. (*sic*) Tinha um filho chamado Francisco Duarte de Carvalho que, por sua intercessão, foi moço de câmara. Pela mesma ocasião, foi nomeado porteiro da câmara do Rei o francês João du Douet, que alegou *bom sangue, boa criação e conhecimento perfeito das linguas portuguesa e francesa.* E como a cornucópia das graças estava fértil, Manuel Dias Tôrres foi nomeado varredor dos Paços e Diogo Martins Sepa criado de quarto da Rainha, por ser *homem de muito merecimento e callidade.*

Possuo os requerimentos dêstes lugares, feitos no primeiro papel selado que houve em Portugal.

*

Um epigrama inédito de Urbano de Castro, falecido jornalista, autor de uma *Carta a El-Rei* em sextilhas à Sá de Miranda, o que o levou a subscrevê-la com o pseudónimo de *Sá de Mirandela:*

EPITAPHIO

Aqui jaz um philosopho enterrado.
Philosopho a valer, positivista.
Sem saber allemão foi germanista
　　De beta e pé calçado.
Sem conhecer o grego, um helenista
　　Que deu no mundo brado.
No vasconso mais puro, lapidado,
D'obras primas deixou enorme lista.
　　Philosopho damnado!
Caminhante, detem a tua vista,
Aqui jaz um philosopho enterrado!

16-6-95.

Parece que se referia a José Gomes Monteiro.

*

Possuo um documento assinado pelo Conde de Onhão (*sic*) em que diz que recebeu do sr. Diogo de Sousa

Mexia 5 panos de raz, que representavam a *História das fôrças de Hércules*, que o dito Diogo tinha em penhor de uma dívida da casa de Unhão. O conde mandou-lhos pedir, porque eram precisos nessa ocasião (3 de Janeiro de 1753).

Ora no palácio da Ajuda há uma colecção de panos de arraz, que representam as fabulosas fôrças ou proesas de Hércules.

¿Serão os mesmos?

*

O Padre Manuel Dias Ferreira escreveu ao Padre Jorge da Costa, da Companhia de Jesus, em 3 de Dezembro de 1670, seguinte:

"Aos 25. de Nouembro deste anno em esta Cidade de Constantinopla as sete horas da noite apareceo o Cometa assima debuxado [1] com tam grande resplandor que quasi parecia ao meio dia. A espada, e as letras mt.º claramente se deixauaõ ler, e pareciaõ meramente de fogo... O gram senhor mandou ajuntar m.tos astrologos p.ª delles inquirir o que denota este estupendo Cometa, que he o mais horrendo q. athe hoje se tem uisto no mundo.... Os Turcos estaõ com grande temor, e muito mais porq.... cahio hum grande lanço dp passo Imperial, que matou mais de trezentos Turcos. Athe hoje tres de Dezembro vay aparecendo mais alto, e a mesma hora com mais claridade, de sorte que se pode ler, e escreuer, e fazer outras couzas, q. sem luz senão podem fazer...."

"Deos nos acuda", conclue o bom do padre.

Possuo uma cópia da carta acompanhando o desenho do cometa.

(Continuar-se-há)

João Jardim de Vilhena

---

(1) O desenho, à pena, representa uma grande estrêla de quatro pontas, inter-radiantes, e sôbre ela uma espada de copos, na direcção NE—SO. Em volta da estrêla, as letras S. R. S. D. N. 2. F.

OS QUADROS DO RAMALHÃO QUE FORAM PARA A ACADEMIA DE BELAS ARTES

Á não é de agora que se observa o desmoronar de grandes monumentos constituídos por preciosidades de todo o género artístico reünidas pacientemente e até com sacrifícios por investigadores do passado e por pessoas dotadas mais ou menos de um sentimento de arte e de bom gôsto, no embate de terríveis cataclismos, a que se convencionou denominar leilões ou almoedas de espólios herdados pelo falecimento daquêles que com tanto trabalho os conseguiram juntar durante prolongados anos.

O mal, infelizmente, vem de muito longe e os factos que se teem observado, notam-se mesmo nas preciosidades deixadas pelas pessoas reais.

É bem notório o que se passou no século findo, desde o célebre leilão dos haveres encontrados no não menos célebre palácio do Ramalhão,—residência predilecta dos últimos anos da raínha D. Carlota Joaquina. Evocar o nome desta raínha e o do Ramalhão, não deixa de ser um preito de agradecimento e homenagem, em nome do património artístico português, àquela soberana.

Por morte de D. Carlota Joaquina — aquela mãi que gerou os dois seres mais antagónicos — D. Pedro e D. Miguel, — cujas ideologias, tão opostas e filhas dum século em que tantas e tão tremendas lutas fizeram correr caudais de sangue, e de prosa a mais díspar, e tantas e diferentes interpretações dos factos, os mais desconcertantes, contribuíram para a desharmonia da família portuguesa e desgraça da nacionalidade, — o palácio do Ramalhão, aquela linda e apetecida vivenda e de tanta predilecção da soberana, foi quási totalmente desbaratada e o seu recheio desfeito na voragem dos leilões.

O palácio do Ramalhão, situado nas pròximidades de Sintra, pode dizer-se, sem receio, que, para a época, era considerado como um interessante museu. Mas o conservá-lo, intacto, poderia trazer qualquer complicação ao seio da sociedade de então e fazer ruir certas ideologias da liberdade. Não sabemos se foi por isso, mas o que é certo, é que tudo foi desmantelado. .

Como íamos dizendo, daquêle ninho confortavel que abrigou no seu seio a «águia política que foi Carlota Joaquina", assim considerada, ou coisa parecida, pelos seus adversários, saíram, a seguir à sua morte, tôdas as suas preciosidades, depois de inventariadas, a caminho de Lisboa, com destino ao palácio da Bemposta, para se realizar em devido tempo a respectiva almoeda. Assim começava a dispersão de tão belo e admirável conjunto artístico.

De tudo que lá existia, por agora, o que nos interessa, é a grande colecção de quadros, gravuras e esculturas que ornamentavam os vastos salões do palácio.

Da «Rellação do mobiliario, prata e outros objectos pertencentes á herança de Sua Magestade Imperial e Real a Senhora D. Carlota Joáquina de Bourbon, descritos e avaliados no Inventario da mesma Augusta Senhora, e que foram conduzidos do Palacio do Rama-

lhão para o da Bemposta e entregues ao Almoxarife por ordem do Vedor da Casa Real D. Manuel de Portugal e Castro», vê-se que muitas coisas de valor existiam no referido palácio. Eis a razão que nos levou a chamar-lhe "museu de preciosidades artísticas".

Destas preciosidades, podemos desde já destacar as constituídas pelos paramentos da capela. E, se atendermos à avaliação que lhe foi dada no inventário respectivo, como por exemplo: um paramento branco de damasco e ouro, avaliado em 1.500$400 reis, assim como um outro de setim branco bordado a ouro, por 840$400 reis, e por que prêços foram vendidos, não é descabido o nosso reparo na apreciação do que lá se encontrava.

*

Dos quadros, gravuras e mármores existentes no dito palácio, organizou-se uma lista de duzentos lotes, com a respectiva avaliação, em 20 de Dezembro de 1843, a qual está assinada pelo solicitador da Casa Real, o conselheiro Francisco José Caldas Aulete. A relação foi impressa no ano seguinte numa tipografia do Largo do Pelourinho, com as respectivas avaliações, destinada à almoeda que em breve se deveria realizar.

A lista tem o seguinte título:

RELAÇÃO dos quadros pertencentes á Herança da Imperatriz Rainha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, hoje existentes no Real Palacio da Bemposta, onde hão-de ser vendidos em hasta publica, perante o Juiz do respectivo Inventário, na conformidade da deliberação tomada pelo Conselho de Familia, confirmado por aquelle Juiz, e que forão descriptos e avaliados pelos senhores Antonio Manoel da Fonseca, Lente de Pintura Historica da Academia das Bellas Artes de Lisboa, e Luiz Tirinn, Pintor restaurador de quadros. Os

dias da arrematação serão annunciados no Diario do Governo."

A relação dos quadros foi publicada na *Revista Universal Lisbonense*, volume 7.º, 1847-1848, páginas 242 e seguintes. Agradecemos a informação ao nosso prezado amigo coronel Henrique de Campos Ferreira Lima.

O folheto em questão, tem sete páginas numeradas e a última em branco, sem número, na qual foram mais tarde manuscritas algumas declarações referentes aos quadros descritos nas verbas números 5, 7, 8, 9, 28, 44, 52 e 101, para esclarecimento da respectiva redacção e melhor interpretação. Todavia, não se faz referência ao êrro da numeração das verbas, que em determinada altura passou de cento noventa e tal... para seis centos e tal (!), e assim foi reproduzida na citada revista.

Na relação encontrámos ainda mais a nota seguinte: "Entreguei todos os quadros e mais objectos constantes deste impresso, ao Illustrissimo Senhor José Ricardo Costa, Almoxarife deste Real Palacio da Bemposta, 4 de Março de 1844". Está assinada por um tal Rodrigo José Simões.

Antes de se proceder ao leilão, os quadros estiveram expostos ao público no Palácio da Bemposta, em cuja preparação se gastaram 1$400 reis em três dúzias e meia de ripas, 250 pregos de meia galiota, 50 ditos de telhado e respectivo frete, cuja importância foi paga em 30 de Setembro de 1848 ao almoxarife José Ricardo Costa.

A despesa realizada com a almoeda e paga aos empregados António da Costa Maravila que trabalhou 57 dias ao preço de 600 reis e a António Luiz Cerilo, 51 dias a 300 reis, importou em 49$500 reis. Esta importância foi entregue ao almoxarife José Ricardo Costa pelo vedor da Casa Real D. Manuel de Portugal e Castro, na qualidade de cabeça do casal inventariante

dos bens atraz referidos, em 30 de Setembro de 1848.

Em a nota da despesa, encontra-se mais um recibo, sem ser assinado, no qual se declara que em 21 de Janeiro de 1850 foi entregue a importância de 139$190 reis relativa ao mês de Abril, inclusive, de 1845, até 31 de Dezembro de 1849, no qual se diz que a despesa se realizara com a guarda do espólio, etc.

Com destino à Academia de Belas Artes foram comprados no leilão, por ordem do Govêrno, vinte e cinco quadros e dois relêvos em mármore de Itália, os quais importaram, segundo a relação sumária que se encontra junto aos mesmos documentos no Arquivo de Santa Luzia, datada de 4 de Março de 1844, em 4.957$800 reis.

A-pesar-da almoeda se ter realizadc em 1844, e os quadros terem sido comprados em 4 de Março, só no ano de 1859, a 11 de Abril, é que foram entregues à referida Academia, como se vê duma relação, em virtude de uma nota nela exarada, para o que se deu a necessária autorização ao almoxarife do Palácio da Bemposta, que é como segue:

"Illustrissimo Senhor

Queira Vossa Senhoria pôr á disposição da Academia de Bellas Artes de Lisboa, os Quadros que se acham arrecadados n'esse Real Palacio pertencentes ao espolio da fallecida Imperatriz Rainha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, e que foram arrematados por ordem do Governo para uso da mesma Academia: devendo a entrega ser feita á pessoa que se apresentar devidamente authorisada pelo Director da referida Academia Francisco de Assis Rodrigues e que vier munida de recibo em duplicado, assignado pelo mesmo director, em que se mencione o numero dos quadros, e se faça a sua descripção.

D'esses recibos, Vossa Senhoria me remeterá um,

ficando com o outro em seu poder.

Deus guarde a Vossa Senhoria. Vedoria da Casa Real, em 17 de Março de 1859.

Conde da Ponte

Illustrissimo Senhor José Ricardo da Costa
Almoxarife do Real Palacio da Bemposta".

Para cumprimento desta ordem, apresentaram-se naquêle Palácio os professores das aulas de pintura da Academia de Belas Artes António Manuel da Fonseca e Tomás José da Anunciação com o fiel da mesma Academia Cristóvão Leandro de Melo, em 9 de Abril de 1859, a-fim-de receberem os respectivos quadros, com a seguinte credencial passada pelo director da Academia, Francisco de Assis Rodrigues:

"*Francisco de Assis Rodrigues, Director Geral da Academia das Bellas Artes de Lisboa, por sua Magestade Fidelissima que Deos Guarde &c.*

Authorizo aos Illustrissimos Senhores Antonio Manoel da Fonseca, e Thomaz Joze da Annunciação, Professores proprietarios das Aulas de Pintura da dita Academia, e ao Senhor Christovão Leandro de Mello, Fiel da mesma, para receberem do Illustrissimo Senhor Joze Ricardo da Costa, Almoxarife do Real Palacio da Bemposta, vinte e cinco quadros, e dois relêvos em marmore de Italia, que se acham arrecadados no dito Real Palacio, pertencentes ao espolio da fallecida Imperatriz Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, e que foram arrematados por ordem do Governo de Sua Magestade para uso da referida Academia.

Lisboa 9 de Abril de 1859.

Francisco Assis Rodrigues
Director Geral."

A-fim-de se poderem desempenhar convenientemente-

mente da diligência que lhe foi cometida pelo documento que acabámos de registar, estes senhores faziam-se acompanhar dum certificado extraído do inventário, passado pelo escrivão da sexta vara António Augusto de Freitas Jácome, em 28 de Março de 1859, do qual constava a descrição dos aludidos quadros e mármores, solicitada pelo Director da Academia, para lhes serem entregues.

A certidão da parte do inventário referente aos quadros que foram adquiridos para a Academia é do teor seguinte:

"Diz Francisco de Assis Rodrigues, Director Geral da Academia das Bellas Artes de Lisboa, que preciza que Vossa Excellencia lhe mande passar por certidão a relação dos quadros pertencentes ao espolio da Imperatriz Rainha a Senhora Dona Carlota Joaquina de Bourbon, que foram arrematados pelo Governo de Sua Magestade, para uso da mesma Academia, de cujo inventario he escrivão Freitas Jacome; portanto pede a Vossa Exellencia senhor juiz de direito da sexta vara lhe defira como requer—E receberá mercê—Lisboa vinte e quatro de Março de mil oitocentos cincoenta e nove. Assignado—Francisco de Assis Rodrigues.Despacho—Passe—Lisboa vinte e quatro de Março de mil oitocentos e cincoenta e nove. Assignado—Quelhas.

"Antonio Augusto de Freitas Jacome, Escrivão encartado em um dos officios d'ante o Juiso de Direito da sexta vara da comarca judicial de Lisboa, por Sua Magestade Fedelissima que Deus guarde et cetera.

Certifico que em meu poder e cartorio existem os autos civeis de inventario dos bens que ficaram por fallecimento da inventariada Sua Magestade Imperial a Senhora Dona Carlota Joaquina de Bourbon.—E por appenso ao dito inventario, sub numero setenta e trez,

se acham os autos de arrematação do sobredito espolio dos quaes se vê, que por intervenção de Domingos José de Serpa e Azevedo, foram arrematados para a Academia das Bellas Artes, por parte do Governo, os quadros e mais peças artisticas que se acham discriptas no inventario, os quaes são os seguintes.

Um quadro pintado em panno, representando um Cavalleiro antigo, meia figura, Escóla Loilio, largura dois palmos e trez quartos, altura trez e quarto, moldura dourada, por vinte e quatro mil e cem reis.

Um quadro em panno, representando um Dezembargador, meia figura ao natural, pelo Cavalleiro Velasques, largura dois palmos e trez quartos, altura trez e um quarto, moldura dourada, por cincoenta mil e cem reis.

Dois quadros pintados em panno, representando paizagem, de João Baptista Bussini, ovados ao baixo, largura dois palmos, altura um e meio, molduras douradas, por quatorze mil e quinhentos reis.

Dois quadros em panno, representando um o Naufragio d'um navio, e o outro Vista d'um Porto de mar com uma rocha transfurada, figuras commerciaes e pescadores, representando a Elevação do Sol anteposto a um novoeiro, original de Horacio Vernet, largura um palmo e um terço, altura trez e meio, molduras correspondentes, por quinhentos setenta e seis mil e cem reis.

Um quadro em panno, representando uma Imperatriz Alemãa, por Bronsino, largura quatro palmos e um terço, altura seis e um oitavo, moldura dourada, por cento e vinte mil e cem reis.

Um quadro em panno, representando os dois Irmãos, corpo inteiro, Escola Veneziana, largura quatro palmos e um terço, altura seis e um oitavo, moldura dourada' por quarenta mil e cem reis.

Um quadro pintado em taboa representando a Paciencia. corpo inteiro por Pierino del Vago, discipulo de

Rafael, largura quatro palmos e trez quartos, altura trez e trez quartos, moldura dourada, por quatrocentos mil e cem reis.

Um quadro pintado em panno, representando a formosa Judith, depois de cortada a cabeça a Holofernes, figura colossal, pintado por Guido Reni, mas muito retocado, largura seis palmos e meio, altura nove e trez quartos, moldura dourada, por dusentos e cincoenta mil e cem reis.

Um quadro representando o Martyrio de um Bispo, figuras ao natural, da primeira maneira de Rubens, amaneirado, largura oito palmos e dois terços, altura treze e trez quartos, observa-se uma mulher em perfil com uma creança ao cóllo, que parece ser o retrato da mulher do dito Author.—NB—A surpresa do Sacerdote, a cabeça do Rei, e algumas outras figuras he onde se remarca a Escóla Flamenga, por quinhentos mil e cem reis.

Um quadro pintado em panno, representando o Baptismo de São Hermenegildo, original de Guerchino da Cento, largura oito palmos altura dez e dois terços, moldura dourada, por quatrocentos oitenta mil e cem reis.

Um quadro representando a Aparição do Descimento da Cruz a São Francisco, figuras ao natural, original de Guercino, de sua ultima maneira, que em parte das massas escuras estão muito sumidas, largura onze palmos e meio, altura oito, sem moldura, por quinhentos mil e cem reis.

Dois quadros em panno, representando Fructeiros com diversos utensilios, por Pereda, largura seis palmos e dois terços, altura trez e um quarto, moldura dourada, por cento sessenta mil e cem reis.

Um quadro em taboa, em circulo, representando a Adoração dos Pastores, primeira maneira de Rafael, diametro trez palmos e meio, moldura dourada, por cento e vinte mil e cem reis.

Um quadro pintado em cobre, sobre comprido, reprezentando a Arrebatação de São Francisco, o Anjo, original de Sequeira, moldura entalhada, largura um palmo e um terço, altura dois e um terço, por quatorze, mil e quinhentos reis.

Um quadro em meia figura, representando Jesus Christo com a Cruz ás Costas, original de Lucino, largura dois palmos e um quarto, altura dois e trez quartos, moldura dourada, por dusentos mil e cem reis.

Um quadro em panno, digo um quadro pintado em taboa, representando a Sacra Familia, e São Francisco, da sublime e primeira maneira de Rafael, largura dois palmos, altura palmo e meio, moldura dourada por quinhentos mil e cem reis.

Um dito representando Jesuz Cristo com a canna verde no Pretorio de Pilatos, apresentado ao Povo pelo mesmo, bastantemente arruinado, original de Sebastião del Piombo, largura quatro palmos, altura quatro e meio, moldura dourada, por sessenta mil e cem reis.

Um quadro em alto relevo, de marmore, estatuario, parece ser original de Bernini, representando a Adoração dos Anjos ao Corpo morto de Jezus Christo depois do descimento da cruz, fórma oval, mettido em uma rica moldura de madeira dourada quadrilonga em trophéo, por quinhentos mil e cem reis.

Um quadro pintado, representando a Pregação do Arcebispo, João Ribeiro Valencia, prégando aos Gentios, por Cades, largura oito palmos e dois terços, altura treze e trez quartos, por trinta e quatro mil reis.

Uma figura de marmore, de esculptura em vulto, com uma caixa de madeira, representando a Magdalena no Deserto, original de Bessuino, de dois palmos e trez quartos de largura, e trez e um quarto d'altura, por sessenta mil reis.

Dois quadros pintados em taboa, figura gothica, representando a Adoração dos Reis Magos, por Lucas

de Leida, e outro dito representando a Adoração dos Anjos ao Menino Jezus, e a Fuga do Egyto pelo mesmo Author, largura dois palmos e um terço, altura quatro palmos, moldura dourada, e este ultimo bastante retocado, por cincoenta e um mil reis.

Dois ditos com o mesmo numero, um representando a morte d'Abel a tempera, outro Abrahão expellindo de Casa Agar, com molduras dito, Escóla d'um Pintor Romano, moderno, por nove mil seiscentos reis.

Todo o referido e o que fica transcripto, he que na verdade Certifico á vista dos proprios autos de Inventario, aos quaes em tudo e por tudo me reporto. Lisboa vinte e oito do mez de Março do anno de mil oitocentos cincoenta e nove. Pagou-se de feitio desta e papel sellado, o que á margem vai contado pelo respectivo Contador deste Juizo. E eu Antonio Augusto de Freitas Jacome que a subscrevi, rubriquei, e assignei.

Antonio Augusto de Freitas Jacome.

Recebi do Illustrissimo Senhor Joze Ricardo da Costa, Almoxarife do Real Palacio da Bemposta, vinte e cinco quadros, e dois relêvos em marmore d'Italia, que se achavam arrecadados no dito Real Palacio, pertencentes ao espolio da fallecida Rainha a Senhora Dona Carlota Joaquina de Bourbon, e que foram arrematados por Ordem do Governo de Sua Magestade para uso da Academia das Bellas-Artes de Lisboa.

Lisboa e Academia das Bellas Artes 11 de Abril de 1859.

Francisco de Assis Rodrigues

Director Geral

Está conforme.

Secretaria da Academia das Bellas-Artes de Lisboa 9 d'Abril de 1859.

Francisco Vasques Martins
«Secretario

(Arquivo de Santa Luzia, *Caixa* N.º 42-A)

A despesa que o almoxarife do Palácio da Bemposta realizou em 9 de Março de 1850 com o acondicionamento dos quadros foi de 22$625 reis, como mostra a respectiva conta junta aos documentos que temos referido nêste estudo.

Vê-se, da certidão que deixámos acima, que os quadros em questão e os mármores foram arrematados por 4.655$600 reis; mas duma relação que está junta ao respectivo processo no Arquivo de Santa Luzia, verifica-se uma certa diferença, pois acusa um total de 4.957$600 réis.

Os quadros e os mármores foram em 1859 para a antiga Academia de Belas Artes. Hoje, estamos em crer, que, quando não sejam todos, pelo menos alguns devem estar no Museu Nacional de Arte Antiga.

Sabemos que alguns estão expostos, segundo informação de pessoa amiga.

O núcleo de quadros tinha certo valor e muitos eram considerados de importância, como os originais de Horácio Vernet, representando um naufrágio e um pôrto de mar, e que foram arrematados por 576$100 reis.

Uma táboa, de Pierino del Vago, discípulo de Rafael, representando a *Paciência* foi adquirida por 400$100 reis.

Judith, depois de cortado a cabêça a Holofernes, de Guido Reni, foi adjudicado por 250$100 reis.

Muitos outros podiamos referir mas para não alongar demais esta nota, mencionaremos sómente mais dois

O *Martírio de um Bispo*, de figuras ao natural, da "primeira maneira de Rubens", em cujo admirável conjunto, segundo nos indica a descrição feita pelos professores das aulas de pintura, a surpresa do sacerdote, a cabêça do rei e algumas outras figuras, são factores que bem remarcam a Escola Flamenga. Êste quadro, que deveria ser a jóia preciosa do grupo adquirido pela Academia, foi comprado pela quantia de 500$100 reis.

O *Baptismo de São Hermenegildo*, de Guerchino da Cento, foi arrematado por 480$100; e a *Aparição do Descimento da Cruz* a São Francisco, de Guercino, custou 500$100 reis.

E já agora devemos dizer que nêste grupo de quadros também figurava um original do pintor Sequeira.

Aqui ficam estas simples notas sôbre os quadros do Ramalhão, e oxalá elas sirvam de incentivo a outras pessoas que os conheçam e os possam estudar no local onde se encontrarem e que nos tragam muito em breve uma monografia completa destas quási desconhecidas obras de arte.

JOSÉ DA CUNHA SARAIVA

O PALACIO DENOMINADO ‹CASA DA COVA› DOS MENDOÇAS FURTADOS, AO CAMPO DE SANTA CLARA

NTRE os antigos grandes palácios da Lisboa antiga, da velha Lisboa de antes do terremoto, um dos maiores, dos mais célebres, e hoje dos mais esquecidos, se não ignorados, dos antiquários olisiponenses, foi por certo o palácio chamado da "Cova", dos Mendoças Furtados, ao Campo de Santa Clara.

Castilho a êle apenas vagamente se refere. Pois êste casarão enorme, cujas ruínas ainda hoje farão pasmo, pela mole de edificação que acusam, a quem para elas soubér olhar, até deu nome a um ramo português da grande família hispânica dos Mendoças: — os Mendoças do Campo de Santa Clara, também chamados da Casa da Cova.

Quem, ladeando o hospital da Marinha, descer pela calçada do Cardeal até o caminho de ferro e olhar à esquerda, verá ainda uns pátios acusando restos de grande casa nobre. Descendo ainda pela calçada dos Cesteiros, deparará com um alto prédio moderno revestido de

azulejo. Êste prédio — que é um enxêrto — e a parte de edificação arruïnada que por muito se lhe segue, junto com a parte já descrita, constituiu, quando válido e aprumado, o grande palácio dêstes Mendoças, mais tarde aliados aos Albuquerques, do ramo dos dois Matias, vice-rei da India um, o outro, vencedor de Montes-Claros.

Fôra construído por Pedro de Mendoça Furtado, de alcunha o *Larim*, pela sua muita magreza e enxugo de carnes, sendo o larim certa moeda mui delgada corrente antigamente na India. O cognome, como era de supor, ganhou-o lá. De facto, para aquêle estado partira em 1558, com o viso-rei D. Constantino de Bragança, levando o elevado fôro de fidalgo escudeiro com 2.080 reais de moradia.

Por lá andou muitos anos; bateu-se contra os mouros em Damão, tomou parte na jornada de Jafanapatão, capitaneou uma nau da armada de D. Francisco Mascarenhas quando foi ao Estreito em busca do Cagar Turquesco, e socorreu Cananor em 1562. Finalmente, de D. Sebastião, recebeu a mercê da capitania de Chaul, onde teve ocasião de ofertar a D. Pedro de Menezes dois navios, um dêles uma galeota grande, no valor de mil pardaus de ouro, o qual de semelhantes embarcações estava muito necessitado.

De volta ao reino, cêrca de mil quinhentos e oitenta e tantos, edificou então, com o que grangeára, fora de muros, junto ao mosteiro de Santa Clara, em sítio onde seu pai Tristão de Mendoça de Lima já tivera assento, umas grandes casas, muito nobres, que vinculou em morgado, pelo seu testamento lavrado em 27 de Julho de 1618, em que instituiu uma capela naquelas mesmas casas, cujo orago era N.ª Sr.ª Madre de Deus, com obrigação de uma missa tôdas as sextas-feiras e sábados, rezada na capela de N.ª S.ª dos Anjos, da matriz de Alhos-Vedros, seu jazigo, com responso sôbre a sua sepultura, por sua alma e a de seus pais, mulher e her-

deiros, a quem obrigava ao uso do apelido de Mendoça·

Faleceu por meados de Outubro de 1618, comendador de Santa Maria de Avanca, na ordem de Cristo, tendo renunciado à do Mourão, na ordem de Aviz, conselheiro da Casa da Índia, governador eleito do Brasil, vereador do Senado da Câmara de Lisboa e do Conselho de D. Felipe I.

Na posse vinculada de seus descendentes continuou o grande palácio que havia construído em Lisboa. Por sinal que o seu imediato sucessor foi aquele Tristão de Mendoça Furtado, um dos aclamadores de D. João IV, e seu embaixador aos Estados Gerais.

Má sina parece, porém, que pairava sôbre aquele grande e arrogante solar: no dia 1 de Fevereiro de 1717 «houve um horrivel incendio... que o reduziu totalmente a cinzas com todo o precioso movel que o guarnecia que importava muitos mil cruzados», segundo informa o «Diario Portuguez», a interessantíssima publicação do "Arquivo de Documentos".

Reedificado, no todo ou em grande parte, ainda na posse dos administradores do vínculo continuou. Nem sempre o fruíram, porém; alugaram-no por vezes; assim, ali viveu algum tempo, como seu locatário, o Cardeal D. João Cosme da Cunha, e da sua estada por aquelas paragens ficou memória na toponímia local—a calçada do Cardeal, a que já nos referimos. O cataclismo de 1755 abalou-lhe os fundamentos e de novo as chamas lhe lamberam as robustas paredes. Mas os morgados seus proprietários nem assim desistiram de restaurar outra vez o grande edifício, construído inicialmente com os pardaus amealhados pelo *Larim*, seu avô.

Luiz de Albuquerque de Mendoça Furtado, último varão desta geração, ainda no final do século XVIII empenhou rendas do seu vínculo para reedificar o palácio. A reconstrução, porém, não se concluiu, ao que parece. O fogo, seu secular inimigo, de novo o devorou.

PORTA SEISCENTISTA
no átrio superior do palácio dos Mendoças Furtados
(Calçada do Cardial, a Santa Clara)

T. VII, págs. 180

O certo é que em ruínas denegridas o velho solar continua a apresentar-se ainda hoje.

Não o dizem os documentos, mas di-lo a tradição que até nos chegou que, reedificada a casa por êste Luiz de Mendoça, de facto terceiro fogo sofreu.

Foi o caso que êle, novo e garboso moço, esperava apenas que terminasse a reconstrução da casa de seus maiores, a-fim-de se matrimoniar com gentil menina da casa dos Cárcomes Lobos. Para êste efeito, havia dado encargo da obra a certo empreiteiro, o qual se havia obrigado a dá-la pronta em praso determinado, sob pena de pesada multa. Estava já adiantada a obra quando eis senão que novo incêndio consumiu tôda a reconstrução. Tão grande desgôsto sofreu Luiz de Mendoça com êste prejuízo enorme e contratempo, que nunca se chegou a casar; tornou-se excêntrico, hipocondríaco, recolheu-se à sua casa em Alhos-Vedros, e, solteirão e verrinoso, veio a falecer ali sem geração—confessada, pelo menos.

Herdou-lhe os vínculos uma sobrinha. À porta da família desta, passou certo dia, volvidos muitos e muitos anos, vestido de alva e baraço ao pescoço, um condenado à fôrca. Pediu para parar e falar a alguém da casa. Satisfeito seu desejo, confessou-se então o condenado autor do fogo na obra do palácio da Cova. Era o próprio mestre, que assim havia maquinado eximir-se ao cumprimento do contrato a que se havia obrigado, porque, por culpa sua, se via impossibilitado de entregá-la pronta na data estipulada. Dêste crime encoberto queria pedir perdão.

Inpressionados os herdeiros do ultimo varão da casa da Cova com êste episódio dramático, inquiriram se tal facto era o que o levava ao patíbulo. Que não, pois até então ninguém o soubera; mas sim morte de homem. Era o desgraçado, pelos vistos, um facínora da pior espécie, assassino e incendiário. Como bons cristãos, cristâmen-

te o perdoaram, e o homem lá seguiu seu destino.

A casa da Cova acabou por ser vendida, sempre em ruínas, pelo seu último legítimo morgado, em 1877.

Posteriormente encastoaram-lhe um prédio de muitos andares e vistosos e berrantes azulejos nas venerandas paredes quinhentistas. Lá está à vista de quem por ali passar, mas da primitiva traça ainda se veem algumas janelas e paredes exteriores a atestar a pristina grandeza .Quem se afoitar a devassar o interior—transformado em pardieiro—poderá igualmente ver ainda uma suntuosa porta no átrio superior, ladeada por duas colunas salomónicas e, na verga, o brazão em mosaico de mármores, partido de Albuquerques e Mendoças. Dela damos uma fotografia, devida à muita gentileza do nosso amigo, o erudito arqueólogo e habilíssimo fotógrafo amador, Dr. Luciano Ribeiro.

Agora, que se está reimprimindo a bela obra de Júlio de Castilho, anotada com os resultados actuais dos estudos olisiponenses, cujos alicerces êle lançou, não será descabida esta achega para essas anotações. [1]

CONDE DE SÃO PAYO (D. ANTÓNIO)

---

(1) As presentes notas foram escritas em face do arquivo da «Casa da Cova», em poder do autor.

OS NOSSOS MORTOS

Mais dois amigos da *Feira* desceram à paz do túmulo.

O primeiro, o dr. Felix Alves Pereira, foi um cabouqueiro incansável da nossa arqueologia e pre-história, que estudou com método e devoção. Ficam a atestar o seu trabalho e competência algumas preciosas monografias e notabilíssimos estudos estampados em publicações periódicas, notadamente em «O Arqueólogo Português» e, há uns anos a esta parte, no «Diário de Noticias».

São da mais alta importância cientifica os seus *Estudos do Alto Minho*, cuja publicaçã em volume cumpre encarecer aos herdeiros, ou detentores dos seus papéis.

O dr. Alves Pereira exerceu, entre outros cargos, o de conservador do Museu Etnológico de Belém onde trabalhou com Mestre Leite de Vasconcelos, participanndo também do corpo redactorial do Parlamento.

Também desapareceu do nosso convívio Joaquim Pinto de Carvalho, conhecido no mundo estudioso pelo anagrama de *Tinop*.

Pequena, relativamente, é a sua obra recolhida em volume, mas avultada a que fica dispersa em jornais e revistas, especializando entre estas a "Brazil-Portugal", onde deixou impressivos quadrinhos do antigo viver português

Para esta modalidade histórica se sentia principalmente inclinado o seu espírito, e a documentar os conhecimentos que tinha da matéria aí estão as valiosas páginas da *Lisboa de outros tempos*.

Os inéditos que deixou estão, felizmente, em boas mãos. A viuva do escritor teve a plausível inspiração de os confiar a dois amigos nossos colaboradores da *Feira*, que vã proceder à sua estampa

Pouco antes da sua morte, *Tinop*, que por falecimento dum filho muito querido se afastara dos seus estudos preferidos teve a gentileza de nos entregar dois belos artigos, dos quais o primeiro sairá no próximo número.

1937, Janeiro.

A PROCISSÃO DE S. SEBASTIÃO EM COIMBRA NO ANO DE 1568

20 de Janeiro de 1568, D. Sebastião assumia o poder com 14 anos de idade, dia a dia contados. Era uma terça-feira «triste e nublada», encontrando-se "Saturno entronado no Aquário em aspecto de quadratura", circunstância que levou a fazer maus presságios o Doutor em Medicina, Matemático, Astrónomo, Lente da Universidade e Mestre delRei — Pedro Nunes, tal como o seu colega remoto, Mestre Guedelha, que fêz negros prognósticos a el-Rei D. Duarte pelo dia escolhido para assumir a governação do reino.

A entronização teve lugar em Lisboa, no Paço dos Estaos. Seguiram-se três dias e três noites de festas com "luminárias, danças e folias."

A Câmara de Coimbra não quis ficar atrás e, dantemão prevenida, querendo festejar o esperado acontecimento, que libertava o reino das mãos do Cardeal, organizava uma procissão a S. Sebastião, cujos brilho e pompa

excederam tôdas quantas vinham sendo amavelmunte feitas por ela desde 1555 em honra do Desejado.

Mas isto tem uma pequena história.

A 20 de Janeiro de 1554, dia de S. Sebastião, num ambiente de ternura e de ansiedade nascia um filho póstumo do Princepe D. João, dias antes falecido. Aparecia um herdeiro português à corôa de Portugal. O país vibrou de entusiasmo; Coímbra, um ano volvido sôbre o acontecimento tam ardentemente desejado, resolve que a procissão em homenagem ao Santo advogado contra as «pestilências» seja em louvor do rei-menino. Mais: a câmara delibera que todos os anos tal procissão seja em louvor do principezinho, e solicita de D. Catarina, Rainha e Avó, o consentimento, que se não fêz esperar:

"Juiz vereadores e pp dor da cidade de Cojmbra eu elRey vos envio muito saudar vj a carta que me enviastes em que dizees que por vos parecer coussa devida dardes graças a noso señor polla merçe que fez Ao Reyno por Intercessão do bem aventurado martir são sebastião em lhe dar no seu dia o princepe Dom sebastião meu neto praticastes e asemtastes em camara com comsentimento do cabido da see dessa cidade que pello dia do dito martir se fizesse em cada huũ anno pera sempre huã precissão solenne e que fossees da see com a Relliquia do dito martir ao mosteiro de samta Crus Damdo graças a nosso señor polla dita merçe e que logo este anno fizestes a dita preçissão pello dito dia com a solennidade e devação que podestes e fostes com ella ao dito mosteiro De sancta cruz com o bispo dessa cidade e Cabido e todo o povo e por que desejaes de esta preçissão permaneçer me pedis que aja por beem que se faça como temdes asentado eu vos aguardeço e tenho muyto em serviço o que asy ordenastes por ser tam bemfeito e com tam justa causa e ey per bem que façaes cadano para sempre a dita preçissão pelo dito dia de São sebastião da

maneira como dizees e como pedis. Jorge da Costa a fez em Lixboa a xxbj de Fevereiro de 1555 manuel da costa a fez escrever».

Assim veio esta procissão a ser efectuada até 1830, pelo menos, ano em que ela ainda estava incluída entre as obrigações da Câmara:

«A 20(de janeiro) Procissão de S. Sebastião em acção de graças do nascimento neste dia de El-Rei D. Sebastião. Livro da Correia fol. 96. Sae da Sé e torna a ella: ha cadeiras, assiste-se á Missa e Sermão, que dá a Sé: ha Bandeira Real» (*Compendio das obrigações annuaes do senado da Camara desta cidade de Coimbra, E cidadãos della.* Coimbra, Real Imprensa da Universidade. 1830).

Mas, os festejos de 1568 comemorativos do dia em que D. Sebastião tomava nas suas mãos meninas as rédeas do poder, conforme se deliberara nas côrtes de 1562 e o jurara o Cardial Infante, foram dum brilhantismo como nem mesmo o foram os do «Corpus Christi» desse ano, os quais em Coímbra eram o maior acontecimento anual.

Podemos imaginar o que êles teriam sido pelas contas do tezoureiro da Câmara, muito minuciosamente descritas no livro da Receita e Despesa de 1567-68.

O leitor talvez não dê por malbaratado o tempo ao relancear os olhos por estas verbas, algumas de tão ingénuo sabor, e eu dou-me por compensado das dificuldades da sua decifração:

T° das despesas que se fizerão na festa de S. Sebastião deste ano de sasenta e oito

As quaes festas que ao adiante serão lançadas e declaradas se fizerão por acordo da Camara a honra e louvor do bem aventurado São Sebastião e polla vida e estado delRei noso sõr por o novo governo que então de seu Reino tomou pero cabral spvão da camara o sp.

it pagou o tiss^ro^ g^o^ miz mill e quinhentos rs aos maordomos da mourisqua. ss. a j^o^ lois e a p^o^ marques capat^ros^ moradores nesta cidade para com o dito dinheiro darem de comer aos damsadores que amdarão na mourisqua por o dito dia e pagarem os alugueres dos cascaveis. p^o^ cabral o sp.

jb^c^ = 1.500

it pagou mais o dito tiss^ro^ aos trombetas pellas tamgidas que derão a vespera e noite e dia do Santo seis centos sasenta rs

bj^c^ lx rs = 660

it pagou mais o dito tiss^ro^ seis centos e oitenta rs aos ataballeiros pollas tangidas que fiserão nos ditos dias e noite edo conserto dos ataballes

bj^c^ lxxx = 680

it pagou mais por mando dos vereadores mill e seis centos rs aos charamellas pollas tangidas que fizerão da tore da Camara a vespora de S. Sebastião e para outras que derão ao dia da casa da cidade na praça

jbje rs = 1600

it pagou mais o dito tiss^ro^ a p^o^ frco para os fugetes que fez e cordell e camdeas que se poseram na tore da Camara tresentos e sasenta rs

iii^c^ lx = 360

it deu mais por mandado dos vereadores ao majordomo da serpe trezentos rs os quais se pagão a custa da cidade por não serem obriguados a isso e estar acordado pola cidade que se paguem a custa della

iij^c^ = 300

it Deu mais aos majordomos dos cavalinhos fuscos cento e sinquoenta rs que amdarão na procissão por o dito dia

c^to^ e L^ta^ = 150

it deu mais a lois allvrz majordomo dos ol^ros^ para os frecheiros que vão na dita procissão trezentos rs

iij^c^ = 300

it Deu mais o tiss^{ro} por mandado dos vereadores a Tomas Gomes allfaate quynhentos rs por o trabalho que levou em ordenar huã suice (dança, ou arremêdo guerreiro) que se fez na oito festa

b^{c} =500

it pagou o dito tiss^{ro} a frco anes merquador de oito covados de Ruã a tres vinteis o covado que se lhe comprou para a bamdeyra que se fez para a suice e asi mais quatro centos rs a bernalldo m^{ell} pintor que ha pintou com as armas dellRey e da cidade que faaz em soma oytocentos e oytemta rs

biij^{c} lxxx=880

it pagou mais o dito tiss^{ro} do gasto dos touros e trasida delles que se correrão no dito dia na praça desta cidade E nas garochas que se fiserão para elles e do conserto dos palanques para os trombetas e tapumes das tramqueiras dos touros no que tudo despendeo oito mill sasenta e sinquo rs

biij lx b rs = 8.065

it e porquanto se acordou tambem que se dessem preços (prémios) as pesoas que coressem argola e que fossem mais louçãos na suice se gastou o seguinte

it comprou o dito tiss^{ro} quatro covados de setim cramesim que vendeo frco anes a seiscentos rs que faaz em soma dous mill e quatrocentos rs

ij iiij^{c} rs=2.400

it comprou mais a elle para outros presos (prémios) dose covados de tafeta de cores que custarão dois mil e seis centos rs

ij bj^{c} rs=2.600

it e asi mais comprou vinte e sinquo pares de luvas que custarão seiscentos e noventa rs

^{b}j^{c} lR rs=690

it E asi mais comprou sete goras que custarão mil duzentos e sasenta rs as quais vendeo g^{ar} jorge e D^{to} dias e asi mais outra gora que hahi se deo a matias al-

lvrz porteiro da camara por o trabalho que levou em armar a casa da cidade que custou mais dusentos rs os quais juntos a dita conta faz em soma mill quatro centos e sasenta rs os quais presos (prémios) atras declarados se despenderão e derão peramte mim spvão na praça pubricamente ás pesoas que corerão a argola e a outros da suice.

j iiij^c lx rs=1.460

it gastou mais em novelos e azeite que se comprarão para as luminarias que se puserão de noite na tore da camara quatro centos rs

iiij^c rs=400

it de hum beberete que se deu as charamellas trombetas e ataballes que tangerão por os ditos dias e aos foliões com duas caixas de canelões que se comprarão para os vereadores na casa da cidade ao ver dos touros no que tudo despendeo em vinho e em pão e em dous laquoes (presuntos) mill cento e oitenta e sinq^o rs

j ct^o lxxx b rs=1185

it pagou a estevão dias Rey dos foliões para elles por o trabalho que levarão de foliarem nos ditos dias mill e seis centos rs

j bj^c rs=1.600

it ao majordomo dos tanoeiros que dão a representação dos Reis magos que forão na procissão trezentos rs

iij^c rs=300

Aos majordomos de Santa Catarina trezentos rs

iij^c rs=300

it ao majordomo dos luveiros que dão a figura de São Miguell

c^to rs=100

it majordomas das vendedeiras que derão a pella para a pela e quem ha enfeitou e ha tamburilheira e para ha tangedora do pamdeiro quatrocentos e oytemta rs

iiij^c lxxx rs=480

it ao tangedor do pifaro e atambor da suice que foi huu frances por nome saul

cto rs=100 rs

it ao vilha samta que tangeo a vespera e ao dia lhe mandarão dar os vereadores duzentos e sasemta rs

ijc lx rs=260

it do aluguer de hua tocha para de noite para a suice a fora outras que vam em outras despesas cto e sasemta rs

=160

it E asi mais pagou o dito tissro por mandado dos vereadores de duas tochas de quatro fios que alugou jo frz (João Fernandes) sirieiro para ha dita suice das quaes ardeu dellas oito arrateis e meo que se montou oitocentos e sinquoenta a Resão de cem rs por aratell

biijc Lta rs=850

it pagou mais o dito tissro a seis lutadores que vierão para lutar para a dita festa e se despirão e allguns delles lutarão na praça dous mill e quinhentos rs os quais pagou por mamdado dos vereadores

ij bc rs = 2.500

Acordou se em camara que porquanto os foliões que vinhão foliar as festas da cidade vinhão huns desqualsos e outros mal vestidos e Rotos que a cidade lhes comprasse huns vestidos de lybres de cores branquas e verdes e que se metessem na arqua da camara para dahi elles os vestirem nas festas da cidade e asi mais se acordou que para os trombetas da cidade se comprasse tambem os vestidos da dita sorte

it ha mell lopez merquador se lhe tomou sinquoenta covados e duas terças de vinte e quatreno branquo a Resão de por cada covado a tresentos rs e asi mais vinte e hua vara de gardalate verde a dusentos satemta rs a vara que faaz em soma vinte mill oytocentos e sasemta que tomão para os ditos vestidos

=20.860

A dioguo da costa merquador filho de gregorio gllz se lhe tomou quorenta Covados de pano verde alem do atraz declarado a dosentos sasemta rs o covado para os ditos vestidos que lhe montou dez mill e quatro centos rs

=10.400.

pagou mais o dito tiss.ro A antonio de sequeira tosador por tosar todo este pano seis centos e setenta rs. = 670

A Tomaz Gomes alfaate do feytio do que trabalhou nestes vestidos digo em parte delles mill dozentos e sesenta rs

= 1260

mais a alexandre manhos alfaate do feitio da mais obra que fez mill cento e sesenta rs

= 1160

mais a frco duarte quallceiro de vinte e huu par de meas quallsas que fez para as ditas libres de feitios dellas seis centos e trinta rs

= 630

De bocachim que se comprou que forão tres covados para forarem os cabeções dos pelotes e para incorporarem as armas da cidade cento e oytemta rs

= 180

De fita branqua para os quallsões das libres quorenta rs de trinta varas que se porisso comprarão

a bernalldo manoell de pintar as armas da cidade seiscentos e trinta rs

= 630

que pintou nos vestidos

A amdre vaaz capateiro de vinte e huu par de capatos para as ditas libres.

Declaro que o dito tiss.ro pagou de vinte e huu par de capatos brochados dous mill e cento rs a Rezão de cento rs ho par que vendeo o dito andre vaaz po cabral o sp.

Somando todas estas verbas tão escrupulosamente registadas, ficamos sabendo que só á parte do município importaram as festas em 67$600 rs, isto é, em cêrca dum quinto do rendimento total da câmara nesse ano.

Mas foram umas festas rijas e brilhantes. Procissão touros, cortejos, jogos de argolas, desafios de lutadores foguetes e luminárias, prémios aos vencedores dos campeonatos (claro que se não dizia assim...) ¡ de tudo houve nesse dia auspicioso de 20 de Janeiro, em que o cardeal-rei passava o poder das suas mãos trémulas para as do rei-menino, esperança da nação! Mixto do divino e do pagão, os festejos agradaram a todos os paladares: clero, nobreza e povo gozaram a bom gozar, não só pelo espírito como pelo sensório. E à distância de séculos ainda me entusiasmam êsses festejos, que sou tentado a descrever, com o auxílio do que aí fica transcrito, mais do «Regimento da Procissão de Corpus Christi» de 1518 e do «Regimento da de São Sebastião» de 1564, cujo teor ides lêr, se a paciência vos não faltar:

"Aos desanove dias do mes de Jan^{ro} Do ano presente de mill quinhentos sesenta e quatro Annos em esta Cidade de Cojmbra E tore da vereação Della omde estavam em vereação marçall De masedo vereador e juiz pella ordenação Rui lopez e Jeronimo bramdão vereadores e Simão da costa p^{dor} desta cidade estamdo presentes Guomez fernandez e Amt^{o} frz p^{dores} dos xxiiij e semdo chamados os fidallguos cavalleiros E cidadãos desta cidade e os vynte e quatro dos mesteres todos abayxo asinados por porteiro e sino tangido segundo custume amtiguo para pratiquarem o caso aodiamte declarado e estamdo asy todos jumtos na dita camara loguo hy outrosi em presemça de mim spvão Da camara della ao diamte nomeado por elles Juiz e vereadores foy dito aos ditos fidallguos e cavalleiros que em cada huum anno em es-

ta Cidade se fazia a procisão por dia de São Sebastião Em louvor do dito samto e polla vyda e estado dell Rej noso señor como em todas as outras cidades e villas de seu Rejno se fasia E que ate presemte não se tomara conclusão em esta cidade a maneira e ordem que devia de ter nas festas e joguos que devyão ir na dita procisão porque em cada hum ano avia deferença nas festas e joguos que Jryão na dita procisão E allguas vezes se fazia e fez a dita procisão em esta cidade com mt^as^ festas e Joguos e outras vezes com menos E que para fiquar em memoria pera sempre Era necesayro fazer se acordo E que se acordase que festas Jryão na dita procisão porque pratiquarão sobre o dito caso E acordarão que na dita procisão de sam sebastião vaão todas as bandeyras dos officiaes com os majordomos dellas vestidos com os melhores vestidos que poderem asy como vaão na procisão de corpus christi.

E que vaão as duas folias Da cidade E as trombetas E a figura do bem aventurado são xpvão (Cristóvão) que os barqueiros são obryguados dar E asy a envenção dos cavallinhos fusquos que os Cordoeyros dão E asy a serpe e sagitario asy e da maneira como vay na proçisão de corpus Chrysti E asi foi acordado por todos que na dita procisão de são sebastiao vaa nella hua bamdeyra com a Imagem e Insygnia do bem aventurado sancto são sebastião asi e da maneyra como vai a outra na procisão do anjo custodio com a figura do dito anjo glorioso se fez e que para Iso se faça novamente E se mamde loguo faser para sempre Ir na dita procisão porque para este ano presemte não he feyta a dita bandeyra e em cada huum ano ahy (há aí) duvida antre a Cidade e o cabido sobre a bandeyra da cidade onde Iria por não ter a Insygnia do Sancto porque na bandeyra do Anjo Custodio não ahy (há aí) duvida omde Ira por ter seu luguar onde vai que hee no couse da dita procisão porque vay como Insignia do Sancto e que por não aver

duvidas e deferenças este ano omde podera Ir na dita procisão acordarão que este presente ano de lxiiij não vaa a bandeyra da cidade por não ser Jmda feyta o que se ordena faser com a Insignia do bem aventurado santo porque com Iso cesarão todas as duvjdas e deferenças omde a dita bamdeyra podera Ir E asi acordarão que vaa na dita procisão a mourisqua que os çapateyros são obryguados a dar porque tudo ordenarão para louvor do Sancto e acresentamento do Estado e vida dell Rej noso sõr E para com Iso lhe dee noso sõr m^tos^ dias de vyda para seu Sancto serviço E asinarão aqui pero cabrall o spvy os quaes gastos que se fezerem na dita procisão ordenarão e acordarão que se fizesse a Custa das Rendas Da cidade para que se não dee opresão ao povo E asinarão aqui p^o^ Cabrall o spy.»

Já vai sendo tempo de descrevermos a festança, cheia de colorido e espavento, da qual era bem gulosa a nossa Coimbra; era e é. Primeiro a procissão, depois os folguedos.

Na véspera e na madrugada de S. Sebastião, uma dúzia de atabaleiros, outra de trombeteiros, 24 charameleiros andaram a anunciar os festejos com as „tangidas„ atroando os ares pelas ruas do burgo, enfeitadas de colgaduras e bandeiras, atapetado o chão de junco e espadana, e terminando defronte da câmara, então sôbre o Arco de Almedina, onde redobravam de fúria ensurdecedora, a que se misturava o estralejar do foguetório, tão do gôsto português. Ainda hoje essas tangidas tem seus descendentes directos nos "Zés Pereiras" indispensáveis na "Queima das Fitas", a melhor festa dos estudantes conimbricenses. A Tôrre da Relação, séde da câmara, está tôda iluminada. Centenas de candeias acesas cercam as varandas da Tôrre, em vistosas gambiarras. As posturas emanadas da câmara obrigavam os moradores a ter as testadas das suas casas lavadas e

varridas; um ou outro mandou caiar o prédio. Coimbra, engalanada e louçã, está pronta para a procissão, que vai sair da Sé e terminar na igreja de Santa Cruz. Compõe-se duma parte pagã ou cívica para encantamento dos olhos, doutra pròpriamente religiosa para os arroubos da alma. A primeira é quási tôda dada pela câmara, que a regula por um regimento especial, carregando com multas mais ou menos pesadas nos que o não cumprem, tal e qual como para a procissão do Corpo de Deus.

Rompem à frente as trombetas, atabales e charamelas, rufando nos tambores, assobiando nos pífaros e sacabuxas, assoprando nas trombetas, com garbo marcial. Todos os ofícios mecânicos, acompanhados dos mordomos respectivos e empunhando as bandeiras com as divisas próprias estão representados no cortejo. O regimento ordena que vão "bem vestidos." A maior parte das figurações e invenções da procissão do *Corpus Christi* tomam parte nela, com alguns Santos representados ao vivo, em carne e ôsso, como era costume antigo, revogado por interessante postura, que transcrevemos no fim. A ordem devia ser esta:

Primeiro o *Sagitário*, "bem concertado", dado pelos ferreiros e serralheiros da cidade e termo, que lhe seguirão no encalce, empunhando as suas bandeiras e divisas.

Vem depois a *Serpe*, com o respectivo "salvagem" dada pelos carpinteiros da cidade e termo. Êste selvagem tem de ser «grande e bem corrigido» — forte e escorreito. A serpe, acompanhada sempre do selvagem, andará para um lado e para outro por entre as duas filas dos "carapinteiros" e seus mordomos, mais a bandeira. Já na véspera esta terrível serpente e o selvagem percorreram as ruas do burgo.

Segue-se a *folia de fora*, porque há tambem uma folia da cidade que virá a seu tempo.

A folia êste ano foi muito boa, merecendo uma descrição miúda. Os seus componentes eram de Figueiró, todos vestidos de novo à custa da câmara. Vestira-os a cidade com vistosas librés de côres verde e branca, feitas de tecidos da época — o gardalote e o vinte-quatreno. Enluvara-os e calçara-os com çapatos brochados. Aí vão os foliões, alegres e barulhentos, metidos nos seus pelotes, com cabeções forrados a bocaxim e nas suas meias calças debruadas a nastro branco, ostentando nos pelotes as armas da cidade, pintadas por Bernardo Manuel.

Chefiados pelo rei dos foliões, aí vão alegres e vistosos. Ilusão dum dia, pois que no fim dos festejos tôda esta indumentária recolhia às arcas da câmara para outra vez...

Agora é o número muito engraçado dos *cavalinhos fuscos*, quatro, "bem feytos e pintados". São obra dos "Cordoeiros e albardeiros e odreyros e tintoreyros, que todos handam em hum officio". Atraz dos lindos cavalos fuscos veem aqueles *ofícios*, ostentando as suas bandeiras.

A êstes seguem-se os barqueiros da cidade e termo, numerosa corporação encarregada de dar o São Cristóvão, que seja "muito grande e com hum menino Jesu ao pescoço todo bem corrigido". A' sua volta, a respectiva corporação.

Nesta altura está o número animado das pélas, que são da obrigação das «regateiras e vendedeiras do pescado e vendedeiras da fruta.» São duas as graciosas pélas, "correndo cada huma pera seu caboo" de modo que nunca se encontrem. Muito enfeitadas e arranjadas, sam acompanhadas pelas mordomas e mulherio daqueles ofícios. Cada péla tinha a sua "tamborilheira e tangedora do pandeiro."

Neste momento surge-me uma pequena dúvida, que não há-de tirar o sono a ninguém. Diz o Regimento

do *Corpus Christi* que se seguem agora os oleiros "que sam obrigados de fazer hua boa dansa de espadas que non desça de dez omens despostos e que bem o saibam fazer. E hum Rey com sua coroa e pagem bem vestidos e louçãos he um tamborill ou gayta. E huã boa bandeira. . . .»

Por outro lado as contas que transcrevemos, dizem: "deu mais (o tesoureiro) a Luiz Alvares mordomo dos oleiros para os frecheiros que vam na dita procissão trezemtos reis».

Frecheiros e não espadas. Ora os frecheiros figuram na procissão do Corpo de Deus no número dado pelos "corrieyros, serigueiros, latoeiros, bordadores, celeiros, adagueiros, livreiros e marceiros" e que consta dum "sam Sebastiam omem que seja bem disposto alvo com quatro frecheiros bem corrigidos e omens despostos he huã bandeira Riqua. . ."

Afigura-se me esta última a hipótese mais provável, tanto mais que se tratava da procissão de S. Sebastião e a câmara ainda não tinha proïbido as figuras dos santos representados ao vivo.

Temos agora a segunda folia — a Folia da Cidade — com o seu Rei dos Foliões, a que se segue:

A mourisca dos sapateiros, curioso número de dança, no qual figuravam "sete mouros a fora o Rey» com "boas camisas» e que bem saibam bailar, tangendo os cascavéis *alugados*. Em volta da mourisca formava-se a numerosa corporação dos "çapateiros», ostentando a sua bandeira rica.

E' agora a vez de Santa Catarina, figurada por uma "moça onesta de boa fama bem ataviada com sua roda de navalhas pintada e bem hobrada", número êste dado obrigatoriamente pelos tecelões e tecedeiras de "tear alto" da cidade, que a acompanhavam com a sua bandeira rica, ao som duma "gaita de tamborill».

Seguem-se as corporações dos cerieiros e dos bo-

ticários com as bandeiras e emblemas de classe, formando-se atrás dêles os luveiros e ataqueiros com "sua bandeira boa" rodeando a figura de «S. Miguel e dous diaboos grandes, todo bem feito e como cumpre pera tall auto."

Não sei em que altura entravam "os reis magos" dados pelos tanoeiros, porque não vêm mencionados no Regimento de 1518, mas deviam constituir um belo número a avaliar pelo preço—300 reis—igual ao dos frecheiros de S. Sebastião.

Na procissão do Corpo de Deus os alfaiates, alfaiatas e tecedeiras de "tear baixo" contribuiam obrigatoriamente com «hum emperador com hua emperatris com outo damas em tall maneira que com a emperatris sejam nove moças. As quaes seram todas moças onestas e gentis molheres. E bem ataviadas." Alem do "tamboril ou gaita e bandeira Riqua."

Agora, porém, davam a *suíce*, ou *soiça*, espécie de cortejo guerreiro, mais numeroso do que o número do Imperador, Imperatriz e seu sequito de gentis açafatas.

Com esta *soiça*, que substituia os "omens darmas" da procissão do *Corpus Christi*, devia terminar a parte cívica da de S. Sebastião. Dela se encarregou, mediante a importância de quinhentos reis, o alfaiate Tomaz Gomes, mordomo da sua corporação. À frente dêste bando ia um tangedor de pífaro e um tocador de tambor, o francês Saúl; no meio dêle, conduzido pelo alferes da bandeira, um estandarte grande, de bom pano de Ruão, onde Bernardo Manuel tinha pintado as armas de El-Rei e as armas da cidade.

Principiava agora a parte religiosa do préstito—a "crellesia", como diz o Regimento de 1518, infindável e imponente cortejo constituido pelo Bispo, clero secular e regular, ¡que todos se apresentaram na procissão comemorativa da entronização do novo e jóvem rei!

Mas com ela não acabaram as festas. Outros

folguedos iam começar ou já tinham começado. Charamelas, trombetas e atabales continuaram tangendo por essas ruas e terreiros.

Na praça de S. Bartolomeu, armada em redondel, foram corridos touros em hastes limpas; exibiram-se lutadores—nada menos de seis—alguns dos quais se despiram, para melhor lutarem; disputaram-se torneios de argolas; houve distribuïção de prémios aos vencedores e aos "mais louçãos" da soïça.

Devia ser imponente o aspecto da praça, então bem mais pitoresca do que hoje. Varrida e lavada de véspera, areada pelos *patifes*, postos tapumes nas embocaduras das ruas, levantadas tranqueiras e erguidos palanques, onde tocavam as charamelas, os trombetas e os atabales e foliavam os foliões; engalanadas as janelas e pejados os lugares de gente vestida com seus vistosos e policrómicos trajes domingueiros, devia realmente ser dum pitoresco único!

Os açougues, à esquina de S. Tiago, estavam improvisados em curro de touros. Para isso taparam-se os seus quatro arcos. Por cima deles, a casa chamada da cidade fôra "armada" para receber os vereadores e gente da câmara, que daí assistiam aos folguedos. As velas dos barcos protegiam-nos do sol, que ás vezes em Janeiro já queima, ou dalgum chovisqueiro imprevisto. Nessa casa se serviu aos vereadores uma merenda de canelões, isto é, confeitos de canela cobertos de açúcar, vinho, pão e dois pernís de presunto (lacões), que ainda foram repartidos pelos foliões e músicos.

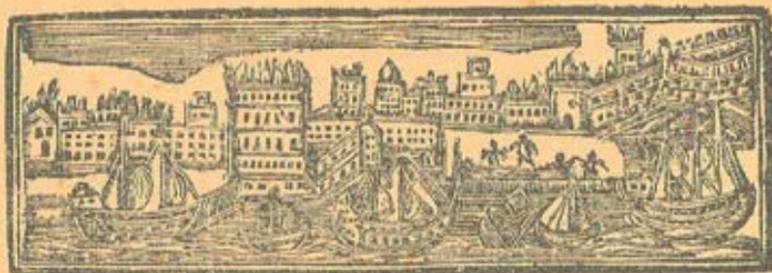
No intervalo dos touros ou talvez no fim da tourada, procedeu-se à distribuïção dos prémios aos vencedores dos campeonatos, perdão—dos desafios. Consistiram tais prémios em panos de setim carmesim e tafetás de várias côres, 25 pares de luvas e 7 gorras. A soiça ainda percorreu as ruas até altas horas da noite, à luz das tochas, espécie de marcha "aux flambeaux". Descantes e

bailaricos prolongaram, noite fora, os festejos, porque ninguem fêz caso do sino de correr, que badalara, sem ser ouvido, das sete às oito. ¡Esplêndidas horas! Como não abençoariam os conimbricenses o rei de 14 anos!

A. DA ROCHA BRITO

NOTA—A câmara de Coimbra, em 1569, um ano depois dêstes festejos proíbe, em obediência a sua Santidade, que os santos sejam representados ao vivo nas procissões.

«Acordarão majs porquanto. S. S. com escumonhões mandava que não fosse na procissão de Corpus Cristi figuras de santos em carne que os sirgeiros e latoeiros e curieiros Davão na dita procissão a figura do bem aventurado são Sebastião que iha em figura de carne e por ser asi proibido em lugar dos gastos que os ditos officiaes fazião na Representação do dito santo mandarão e Acordarão que dessem ha folia dos homens de figeiro, e não outras em seu lugar contrafeitas os foliarião a vespera de Corpus Christi E darião as Allvoradas Aos officiais da Camara e pela dita cidade como he costume E amdarião pela procissão a quall folia os ditos officiais darão da dita maneira sob pena de vinte cruzados E da cadeia e mandarão que fosse notifiquado aos majordomos do dito officio E asinarão pº cabrall o spvj e não ha querendo elles dar a otra folia ou avendo hahi outro allgum enconvenyente Darão A Corrida de hum touro para o dito dia sob a dita pena.»

E assim acabou a tradição, com aplauso da moral, mas com menos pitoresco.

CASAMENTOS EM NISA

(COSTUMES REGIONAIS)

Por um parente meu que residiu algum tempo em Niza, cêrca de 1908, foi-me narrada a forma tradicional como naquela vila se realizavam os festejos do casamento da gente do povo remediado.

Só no verão é que ali se efectuavam os casamentos, indo os homens, noivo e convidados, de capote, e as mulheres com mantilha de pano preto pela cabeça, mesmo que o sol estivesse de escaldar.

Os noivos e o seu grande acompanhamento de parentes e amigos iam sempre a pé.

Quando regressava da igreja, e ao chegar à casa que os desposados iam habitar, parava o cortejo, e os noivos, do limiar da porta, faziam uma vénia de cumprimento aos presentes, como que convidando-os a entrar, sendo a forma como esta vénia era feita, curiosamente observada e comentada pelos assistentes.

Seguidamente entravam em casa, após os noivos, os padrinhos e os restantes convidados, e passavam ao

quarto nupcial, colocando-se os que não cabiam no aposento, junto à porta e na casa contígua, para assistirem à seguinte cena:

A noiva e a sua madrinha sentavam-se uma à cabeceira e outra aos pés da cama, que estava feita com tôdas as roupas, lençois, cobertores e colchas que os noivos possuiam, quer por compra, quer por oferta, e iam levantando uma a uma as pontas das sucessivas peças de roupa, fazendo a sua enumeração e contagem respectivas, para apreciação e admiração dos assistentes. É claro que a cama assim preparada não era utilizada pelos nubentes para dormirem, o que faziam num colchão que estendiam no chão, com as peças de roupa usuais.

O banquete do noivado era começado a preparar com alguns dias de antecedência, em quintais que alguns proprietários emprestavam para êsse fim, e nos quais o noivo e seus amigos abatiam as cabeças de gado lanígero e caprino, e a noiva e suas companheiras preparavam as iguarias e alguns doces. Em seguida a êstes preparativos, nos mesmos recintos realizavam-se bailaricos.

Alguns amigos dos noivos encarregavam-se de organizar não só a lista das pessoas convidadas, como das que faziam as ofertas das prendas de casamento, a-fim-de serem contemplados com algumas iguarias os que não pudessem comparecer ao jantar da boda, que eram nesse caso consultados sôbre a hora a que lhes convinha que lhes fôsse enviada a sua quota parte da participação na refeição. Havia sempre um prato obrigatório chamado *o afogado*, constituído por cabrito ou carneiro guisado com batatas.

O baile, no dia do casamento e nalguns imediatos, realizava-se então na casa dos noivos, ou dos pais, ou de qualquer pessoa da terra que tivesse casa em melhores condições para isso.

Passada a festa, organizavam-se em comissão algu-

mas amigas da desposada com o fim de percorrerem a vila promovendo a venda dos artigos oferecidos à noiva, principalmente roupas, que sobejavam das suas necessidades correntes. Igualmente se constituiam em comissão alguns companheiros do marido, para a venda de cereais e cabeças de gado oferecidos aos noivos, e que êstes podiam dispensar. O produto das vendas revertia a favor dos desposados, e muitas vezes destinava-se a custear as despesas da casa já feita, ou a fazer, para habitação do casal.

Os habitantes daquela vila possuem também características e costumes especiais. O luxo das raparigas consiste em andarem bem calçadas, com meias e sapatos bem apurados. A sua linguagem falada apresenta um sotaque especial, e tão acentuado que, quando algum nacional da terra regressa a ela, depois de ter estado algum tempo nas grandes cidades, a ponto de perder essa entoação, estranhando a mudança é freqüente os seus antigos patrícios preguntarem:

— ¿Então já vens falando *à política*?

A. Vieira da Silva

INTERIORES ILUSTRES

— III —

A CASA DE LUIZ DE MAGALHÃES NA QUINTA DO MOSTEIRO

A quinta do Mosteiro, em Moreira da Maia, a magnífica residência do conselheiro Luiz de Magalhães, fica a uns doze quilómetros do Pôrto.

. . . .

. . . . Encontramo-nos. . . . em frente de um vasto terreiro assombreado por altas carvalheiras, cercado de denegridos muros a que os séculos imprimiram um vinco de antiguidade, e onde, a par da espaçosa igreja se abre, coroado, à laia de armorial fidalgo, de uma cruz vetusta, o amplo portão da quinta.

. . . .

«A quinta do Mosteiro pertenceu outrora aos cónegos regrantes de Santo Agostinho, que, no Norte, tinham a sua casa-mãi na Serra do Pilar. Tal como o convento de Grijó, o mosteiro era uma filial da mesma ordem, amável estância de verão, para onde os ricos crúzios iam, montados nas suas gordas mulas, quando as-

somavam os primeiros calores de Julho. Edifício vasto, não passava, como tantas construções do século XVII, dum casarão desprovido de beleza arquitectónica. Porém, mais feliz do que Grijó, ... teve a fortuna de cair nas mãos de um artista culto, que, sem lhe modificar a fisionomia própria, antes acentuando-lhe o caracter português o restaurou, o estilizou, lhe deu beleza e grandeza.

..... O Sr. conselheiro Luiz de Magalhães alindou essa fachada severa de convento, panejando-a de azulejos da época, abrindo-lhe lindas janelas de rótulas, e soube completar a transformação colocando à frente do edifício, à laia de peristilo nobre, as colunas do claustro, sôbre as quais assenta, decorativa e dionisíacamente, uma ampla ramada.

. . . .

"E emquanto, passeando pelo cheiroso pomar, pela horta viçosa, nós relembramos as figuras ilustres que por ali divagaram também.....—o Sr. conselheiro Luiz de Magalhães chamava a nossa atenção para novas aquisições do seu museu arqueológico, amorosamente disposto na extrema do jardim, composto de velhas pedras encontradas na quinta, bocados preciosos de arco românico, provindos do primitivo convento, cuja traça remonta ao recuado século IX.

. . . .

«Depois, findo o almôço, servido naquela linda sala de comer, de cujas rasgadas janelas se avista um horizonte doce de colinas, de pinheirais gementes.... e onde em vitrinas se guardam velhas e preciosas porcelanas de Wedgwood, Sèvres, Vista-Alegre, cristais de Boémia e Veneza, peças da Índia, algumas oriundas do palácio dos Lemos, em Condeixa, cujos ouros resplandecem, cujos vermelhos flamejam, cujos azuis radiam,— o sr. conselheiro Luiz de Magalhães conduziu-nos para o seu escritório. Para ganhar êsse refúgio de estudo e meditação, atravessam-se as salas de estar, onde à noite

a família se reúne;. . . a sala das visitas, enriquecida com admiráveis fotografias, que são verdadeiros quadros. . .; e a sala Luiz XVI, cheia de harmonia nos seus ouros velhos, nos seus brancos lácteos, no adormecido encanto das suas tapeçarias esvaídas.

O gabinete de trabalho, vasta recâmara de estudo forrada a vermelho, fica no segundo andar, com janelas sôbre os jardins. A luz que entra pelas janelas veladas por cortinados vermelhos, alumia as paredes, onde rebrilha o célebre retrato de Antero, por Columbano, espectral e ruivo, que o pintor oferecera a Oliveira Martins e êste legou em testamento a Luiz de Magalhães. Na outra parede, sôbre um móvel precioso, uma „bergère" Luiz XV forrada a damasco vermelho, eleva-se o retrato de sua mãi, devido ao pincel de Roquemont, tendo em frente, cheio de magestade e nobreza, o retrato, a óleo também, de José Estevam pelo pintor Stewart, e é sob a bênção carinhosa dêsses olhares que o sr. conselheiro L. de Magalhães escreve. Nas paredes há ainda outras telas, entre as quais justo será destacar um belo quadro flamengo, um pastel delicioso de Cândido da Cunha e uma paisagem interessante de Marques de Oliveira. Em estantes de pau preto rutilam as côres vivas das encadernações. Sôbre as mesas que as derradeiras rosas perfumam, sorriem fotografias de amigos, e os retratos de el-rei D. Manuel e das rainhas D. Amélia e D. Vitória recordam dedicações, proclamam afectos. Junto ao fogão de talha encontram-se duas obras de el-rei D. Carlos: uma marinha à pena. . . . e um retrato do Condestável pintado a óleo sôbre madeira, que o Rei Mártir dera a Oliveira Martins por ocasião do aparecimento da *Vida de Nun'Alvares*. Detalhe curioso: numa taça vê-se um livro de mortalhas e um magro pacote de tabaco: são os cigarros que Eça fumava. No último ano que estivera no Mosteiro, deixara-os o supremo artista do *S. Christovam* e de *A Cidade e as Serras* «para fumar

quando voltasse»; porém—ai dêle, ai de nós!—a morte impedira que o nosso tão bom amigo tornasse mais à casa hospitaleira onde era querido como se fôsse pessoa de família. Ao lado, num cofrezinho para que L. de Magalhães chama a nossa atenção, está outra relíquia; é, nada mais nada menos, do que a célebre carta de Michelet a Antero de Quental, àcêrca das *Odes Modernas*, autógrafo de um valor inestimável.

É ali, nesse santuário de nobre meditação, que o conselheiro Luiz de Magalhães tem composto os seus versos . . . . .»

. . . .

«Correio da Manhã», de Lisboa.

NOTAS CAMILIANAS

UM *Cancioneiro* manuscrito em dez volumes, abrangendo poesias dos séculos XVII a XIX, a que já me tenho referido, e que foi pertença de Camilo, lançou êste, à medida que o ia percorrendo, algumas notas que respiguei.

Assim, no segundo volume lê-se uma *Decima á dezestrada morte de D. Manuel Mascarenhas, filho do Conde da Torre—A El Rey pello mesmo Author* (1).

Senhor D. Manoel morreo
filho do Conde da Torre,
morreo mal, porq. mal morre
quem assy taõ mal viveo.
O matador procedeo
qual homem, q. por brazaõ
tem as quinas, e o cordaõ;
e quem vencendo a dezonrra
tudo arrisca pela honrra,
honrra merese, e perdaõ.

Camilo anotou assim o título da poesia:

"Este D. Manoel Mascarenhas foi morto por D. Diogo d'Eça quando o encontrou no quarto da irman D.

(1) O P.e Fr. João Henriques.

Hellena de Lencastre, e recusar-se a cazar com ella. Hist. Gen. T. II pg. 533. D. Diogo d'Eça foi depois assassinado na calçada do Combro por mandado do Conde».

No 7.º verso daquela décima sublinhou a palavra *cordaõ* e escreveu:

«Ver a copla de João Roiz de Sá — Hist. Geneal. T. II, pag. 648.

Encerra êste vol. cinco romances do judeu Serrão de Crasto, de quem Camilo publicou o poemeto *Os ratos da Inquisição*. No 1.º romance, ao referir-se a Cristo, escreve o poeta:

Por my chorastes, nascendo
e de outo dias nascido
por my sangue derramastes
soffrendo cruel martirio.

Na margem direita do terceiro verso, comentou Camilo: «Circuncisão». E na margem esquerda: «Para mostrar que era judeu».

O romance termina assim:

E pois vossa May se digna
ter peccadores por filhos,
sendo eu taõ peccador
certo tenho o patrocinio.

E pois fostes de Joseph
no mundo por filho tido
por meu advogado o tomo
e ao Baptista vosso Primo.

E porq este Jubileo
em vossa caza, Francisco
espero hoje alcançar,
a vós tomo por Padrinho.

O romancista traçou ao lado, de alto a baixo, êstes versos, e escreveu na margem direita:

«Empenha a seu favor a familia toda de Deus, a

mãe, o pai José, o primo Baptista, e o Francisco para padrinho, visto que o jubileu é em caza d'elle».

Pudera! Nesse tempo só com as costas assim quentes havia probabilidades de escapar às enxovias do Santo Ofício; e, mesmo assim, pezar-de bem lardeados de cilícios e penitências, bem encapados em jejuns e jubileus, bem defendidos por tôdas as coortes celestiais, ¡quantos lá foram malhar com os ossos, ou os viram rechinar nas fogueiras *purificadoras*! Haja em vista o próprio Serrão de Crasto.

À margem esquerda, na altura dos versos

> **E pois fostes de Joseph**
> **no mundo por filho tido,**

vendo neles uma alusão ao negativismo israelita da origem divina de Jesus, lançou Camilo, esta interrogação: «Ironia»?

Vem o terceiro romance e, num ponto em que Serrão de Crasto se refere a S. Francisco e à sua Terceira Ordem, anota:

«No Costa e S.ª ha q. aproveitar a respeito de S. Fr.co X.er».

Confunde-se aqui, me parece, S. Francisco de Assis, fundador da Ordem dos Menores, ou terceira, com S. Francisco Xavier, o apóstolo das Índias.

E' muito para ver como Camilo encontra algum préstimo em Costa e Silva, o autor dos dez volumes do *Ensaio biographico critico sobre os poetas portuguezes*, ainda hoje folheado com proveito, autor que tanto denegriu sempre que se lhe ofereceu ensejo.

Os versos

> **Pois, Senhor, não permitaes**
> **se percaô tantas finezas,**
> **quando sey que por salvarme**
> **por my todas foraô feitas,**

são dêste geito comentados:

"Sim, dep.^s de tantos e tão longos trabalhos p.ª o salvar, parece justo q. o salve, q. [se] não percam tantas finezas".

No fecho do 5.º e último romance, escreveu ainda o editor e biógrafo de António Serrão de Crasto [1]:

"A pesar dos jubileus, esteve na Inquisição 10 annos."

O 4.º vol. tem no verso da última fôlha branca que precede o texto, êstes apontamentos camilianos:

"P.ª a biographia de Serrão de Castro ver o Instituto v^e 9—298.

Esta nota vem a lapis; a seguir, estoutra a tinta:

«Ver o tomo 3.º da Historia da litteratura A. R. das Sc. pag. 296—O judeu Franco Serrão».

Neste mesmo volume há uma curiosa *Silva De Brigida de Alfama, Regateira professa na Ordem da Ribeira, A El Rey D. Joaõ o 4.º na prizaõ dos traydores* [2]. Camilo anotou esta *Silva.*

Na passagem

> A my naõ me destouca
> a Primaz alimaria,

sublinhou o vocábulo *primaz* e explicou à margem: «D. S.^am de Mattos, arcebispo de Braga».

Mais adiante, quando o poeta escreve

> Tu es só que me matas,
> ó Cochambre em sapatas,

anotou Camilo: "Talvez D. Agost.º M^el de Vas.^cos".

Ainda os versos

---

(1) O poema burlesco *Os ratos da Inquisição*, que Camilo prefaciou e editou, saiu da estampa em 1883.

(2) São os fidalgos e plebeus que em 1641 se conchavaram para matar o duque feito rei e restaurar a união com Castela.

E inquinaste a Lysia bizarria
de tua taõ vidrada fidalguia
em afrontozo thalamo
ferindo pactos com Baeça e Alamo,

estão assim comentados:

«Jorge Gomes Alamo, e um filho, que entraram no Limoeiro, onde foram atormentados e nada revellaram. Os historiadores não se occupam em lhes averiguar o destino".

A fôl. 211-verso do mesmo vol., há uns interessantes *Torneos que se celebraraõ na Cidade de Coimbra por todos os Collegios daquella Universidade no recebiment.º do Reytor della O Sr. Affonso Furtado de Mç.ª*. O Mestre escreveu a lápis por baixo dêste título:

«Ficção. Esta satyra foi escripta talvez 100 annos depois da eleição de Affonso F. de Md.ª, por Pedro Serrão, judeu queimado em 1682».

A págs. 193 do tômo V, numas décimas a D. Maria da Penha-de-França, décimas que glosam o mote:

Abrete, penha constante,
serás minha sepultura;
e se os meus ays te naõ movem,
digote, penha, que es dura,

Camilo sublinhou a palavra *penha*, e escreveu à margem a seguinte anotação:

«Esta Snr.ª morreu em um Convento de Redondella, preza. O am.te era o Marquez de Gouvea, irmão do duque de Aveiro, suppliciado em 1758».

E torna a sublinhar, no resto da poesia, as palavras *penha* e *frança*, para vincar a referência à insensível dama.

No 10.º e último vol. vem a fl. 93 uma *Breve noticia do P.e Bartolomeo Lourenço o qual chamaraõ O Voador pella razaõ q. se rellata.* Camilo anotou à margem, a tinta:

„Já traslada (*sic*) mas mt.º incorrecta por Aug.to Filippe Simões [1] e Innocencio».

Também neste tômo há várias poesias referidas a um caso que muito apaixonou o país aí por 1731. Um tal Isaque Elliot, cirurgião, pilhando a mulher com um frade trino, matou os dois, e foi enforcado em Lisboa. Deste uxoricídio tirou o romancista o entrecho de *A Caveira da Martyr*.

Nestas poesias veem as seguintes anotações camilianas:

A fls. 151 v., donde consta

> pois tenho por grande dote
> o ser da curgia filho,

sublinhou o 2.º verso, e escreveu ao lado «ser da cirurgia" [2].

E dum soneto que se lê no verso de fls. 155, dedicado à cônjuge assassinada, escreveu junto: «Soneto q. deve imprimir-se dep.s da morte de Ant.a». Antónia é o nome dela; e esta nota uma lembrança para o romance que mais tarde veio a compôr.

C. M.

---

(1) *A invenção dos aerostatos reivindicada*, por A. Filippe Simões, Evora, 1868.

(2) A redondilha, a emendar-se como Camilo quere, ficava errada. O copista deve de ter escrito *çurgia*, que assim diziam os menos letrados, como *çurgião*, *surgião*, e *sorgião* (que também escreviam com a terminação em *am*).

ANTIGOS BECOS DA FREGUESIA DA SÉ DE LISBOA

ARA o estudo das serventias públicas da cidade antiga, destacamos neste artigo alguns becos que existiram, antes do terremoto de 1755, na freguesia da Sé e que, na sua maioria, foram por nós encontrados ao percorrermos, para trabalho de maior tômo, os registos paroquiais.

Seguem por ordem alfabética:

Beco do Abreu—Aparece-nos em 1572, ano em que nele morava um André de Abreu (*Reg. da Freg. da Sé*, Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, vol. I, pág. 101). Supomos ser o mesmo que Cristóvão Rodrigues de Oliveira nos aponta no seu *Sumário* sob o nome de *Pedro de Abreu* (pág. 5, ed. 1755). A localização do beco é-nos noticiada assim nos registos paroquiais: em 1614—«beco do Abreu da praça dos canos» (L.º V dos óbitos, fls. 26 v.—Sé); em 1690—«beco do Abreu às cruzes da See» (L.º VIII, óbitos, fls. 82 v.—Sé); e em 1696—«...moradores no Beco do Forno e Beco do abreu...»

(Idem, fls. 122 v.). Desapareceu com o terremoto de 1755.

Beco do Alecrim—Sob esta denominação existiu desde 1739 (L.º XV, baptismos, fl. 56—Sé) até 1755. Deverá ser o mesmo que em 1651 era assim apontado: «...no beco antes q. cheguem a S. Jorge...» (L.º VII, óbitos, fls. 65-Sé). A parte oriental dêste beco pertencia à freguesia de S. Jorge e a parte ocidental à freguesia da Sé (*Mapa de Portugal*, J. B. de Castro, vol. III, págs. 167 e 213, ed. 1870). Abria-se no lado norte da rua Direita de S. Jorge, em terreno ocupado hoje, em parte, por uma nesga do leito da rua Augusto Rosa.—Veja-se adiante o beco do Picão.

Beco do Cobrão- Mencionado em 1599 (*Reg. da Freg. da Sé*, vol. II, pág. 449). O Cobrão que dera o nome ao beco, e sua mulher, tinham já falecido, êle em Março e ela em Abril, provavelmente levados pela peste que então grassava em Lisboa: "Aos 9 (de Março de 1599, faleceu) P.º Cobrão casado cõ C.ª glz"—"Aos 14 (de Abril de 1599) no bequo do cobrão falleceo C.ª glz veuva casada q. foi cõ P.º Cobrão ja defuncto, sta nesta igreija» (Idem, vol. II, págs. 446 e 449). Não sabemos por que nome foi depois conhecido êste beco.

Beco do Coveiro—Topamo-lo desde 1588 a 1638 (*Reg. etc.* vol. II, pág. 41 e L.º VII, óbitos, fls. 33 v.—Sé). Depois só nos aparece em 1707 para nunca mais o encontrarmos.

Beco de Francisco João ou *de Francisco João da Palma*—Aparece-nos em 1695 qualificado como travessa e noticiando-nos o falecimento do homem que lhe dera o nome, segundo supomos: "Em 21 de Fevereiro de 1695 faleceo F.co João casado com Maria fernandes morador na travessa de fr.co João.» (L.º VIII, óbitos, fls. 112—Sé). A última vez que se nos depara é em 1699 num registo de óbito de 26 de Outubro, sob a denominação *de Francisco João da Palma*. Nesse regis-

to indica-se a casa de D. Francisco Álvaro, que não sabemos quem fôsse: „falleceo D.ª Angela de Castro casada .. moradora no beco de Fr.co João da Palma en casa de Dom Frco. Alvaro...» (L.º. VIII, óbitos, fls. 141v. —Sé).

Beco do Gil--Encontramo-lo uma única vez num assento paroquial de 1587: «... beco do Gyl junto promotor da iustiça ...» (*Reg. etc*, vol. II, pág. 35). Deve ser o mesmo que em 1618 apareceu sob o nome *do Promotor.* (L.º.V, óbitos. fls. 62v.—Sé). Em 1665 ainda existia com esta denominação.

Beco da Grinalda—Chamou-se *das Grinaldas.* É assim denominado que o encontramos pela primeira vez em 1687. De 1706 até 1755 foi sempre designado no singular. Os seguintes passos de dois registos, dão-nos a sua localização: em 1687—«... no Beco das Grinaldas defronte da porta dos paços do sor. Arcebispo ...» (L.º VIII, óbitos, fls. 66—Sé); em 1726—«.. no Beco da Grinalda junto ás escadas da baranda do Aljube...» (L.º X, óbitos, fls. 106—Sé). Em 1744 e 1745, pelo menos, morava aqui o Dr. Tomaz Pedro Manuel de Sousa e sua mulher D. Maria Leonarda da Cunha Feio (L.º XV, baptismos, fls. 183 v. e L.º XII, óbitos, fls. 102 v.-Sé)

Beco da Lançada—Só mencionado em 1626 (L.º VI, óbitos, fls. 19—Sé).

Beco do Padre Pascoal—Só mencionado em 1689. (L.º VIII, óbitos, fls. 75 v.).

Beco da Pérola—Encontramo-lo pela primeira vez em Abril de 1719 (L.º IX, óbitos, fls. 135 v.—Sé). Um assento de 1726 localiza-o «junto ao (beco) do Aljube» (L.º XIII, baptismos, fls. 148—Sé) e outro de 1750: «de Fronte do Aljube» (L.º XII, óbitos, fls. 135 v.—Sé). Existiu até ao terremoto (*Mapa, etc.* J. B. de Castro, vol. III, pág. 213, ed. de 1870).

Beco do Picão—Aparece em 1704. Neste ano, em 23 de Dezembro, faleceu Francisco Barreiro «criado

do Picão m.^{or} no d.º beco do Picão...»(L.º VIII, óbitos, fls. 181—Sé). É assim localizado: em 1708—«...m.^{or} a S. Jorge no bequo do Picão...» (L.º IX, óbitos, fls. 19—Sé); em 1730—«...morador no Beco do Picão da Rua de S. Jorge...»(L.º XIV, baptismos, fls. 96—Sé). A última vez que o encontramos é em 1738. Supomos que fôsse o beco que no ano seguinte nos aparece denominado *do Alecrim*, já mencionado atrás.

Na freguesia, que saibamos, houve mais os seguintes becos: *da Amada, dos Armazens* ou *dos Armazens Velhos*, ambos na rua das Canastras, *de Bartolomeu Joanes, de Domingos Lopes, do Forno*, também na rua das Canastras, *de Francisco Dias, de Gomes de Aragão, do Lagar do Mel*, também na rua das Canastras, *do Leão*, junto ao eirado dos Loios, na vizinhança da rua dos Cónegos, *de Marta Fernandes*, também na rua das Canastras, *de Pedromem* ou *de Pedromem da Costa, do Seixo da parte de baixo, do Seixo da parte de cima* e *de Simão de Faria*.

Luiz de Macedo

ASPECTOS DA VIDA DA CRIANÇA

EM OUTEIRO (VIANA-DO-CASTELO)

UM ofício do "Instituto para a Alta Cultura" de 23 de Dezembro de 1936, pedia que lhe indicasse fontes subsidiárias, colectâneas de documentos, notícias, críticas, etc, sôbre "usos e costumes, superstições, lendas canções e jogos do folclore português, relativos à tradição educativa da criança", a-fim-de elaborar um trabalho, contribuïção portuguêsa para o volume internacional *La Vie de l'enfant á travers le Monde*, a publicar por ocasião da Exposição de Paris de 1937.

Como pequeno subsídio da minha parte, resolvi ordenar os apontamentos que se seguem, sem pretensão a estudo crítico que, juntos a outros que porventura apareçam, possam, a quem disponha de tempo, servir de base à obra etnográfica que ainda está por fazer entre nós.

I—Antes do nascimento

Não conheço receita alguma para saber se a mu-

lher pode ou não conceber (1), mas aos pais é lícito de antemão escolher um rapaz ou uma rapariga. Basta para isso que ao consumarem o acto procriador deixem a janela do quarto aberta ou fechada. Se a deixarem aberta, nascerá uma rapariga; se fechada, um rapaz. Por tal motivo os quartos de casados têm sempre uma janela (2).

Pode ainda a mãi confirmar se aquêle que traz no ventre é do sexo masculino ou feminino. Deita ao lume uma espinha inteira de sardinha grande. Se esta se torcer nascerá uma rapariga; mantendo-se direita virá um rapaz.

Durante o período de gestação a mulher grávida não pode tocar no baço ou fressura de qualquer animal. Se o fizer, a criança aparecerá com manchas encarnadas (angiomas ou nævus) na parte do corpo correspondente àquela em que a mãi foi tocada por aquelas miudesas. Por isso, quando da matança dos porcos ou abate de qualquer animal, há todo o cuidado de afastar as mulheres grávidas dos locais onde tais fressuras se encontram, não vão imprudentemente tocar-lhes.

Tambem é crença que em dia de S. Pedro de Rates nenhuma mulher grávida deverá pegar em alfinetes, agulhas, tesouras, pentes, etc. para que as crianças não nasçam aleijadas. Por isso na véspera dêsse dia, na casa em que há mulheres grávidas, escondem-se aqueles artigos para que não haja algum descuido.

---

(1) — Alberto V. Braga: *Guimarães: Tradições e usanças populares* — Espozende, 1924 — pag 412 (19).

(2) — Sôbre práticas para nascer rapaz ou rapariga, veja-se: Alberto V. Braga, op. cit., pág 32 ss. e J. R Santos Junior, *Notas de medicina popular transmontana* - Porto 1929 pág. 14. Cláudio Basto: *Determinismo e previsão do sexo*: „Águia" nº 7, Vol. XXII — Pôrto. 1923, etc.

II — Depois do nascimento (práticas para evitar doenças, etc.)

Logo que a criança nasce levam-na para a roda da lareira, por ser lugar mais quente, e dão-lhe a beber umas colherinhas de vinho quente com mel, o que tem a propriedade de a enrijar e dar-lhe gôsto pelo vinho. [1].

Poucos dias depois do nascimento tem lugar o baptizado e, enquanto êste se não realiza, em casa não se dá ou empresta nada a ninguém para que o neófito não fique com o hábito de dar ou emprestar tudo.

As *maleitas, tolhimentos, gôta,* etc, são das doenças que mais atacam as crianças e por isso é preciso evitá-las a todo o transe.

Há, porém, certas práticas que preservam ou são causadoras de tão daninhas moléstias, e por isso se cumprem ou evitam com todo o cuidado. Assim:

Para que não adoeça com maleitas é preciso que, ao vestir-lhe roupa lavada, esta seja passada por cima da fogueira. Por isso, quando se veste uma criança de lavado, faz-se esta operação ao pé do lume para passar as peças por cima dêste. Sentindo a roupa quente, não fica a tremer com frio.

Dá a gôta àquela que comer ou fôr amamentada com as lágrimas nos olhos. As mãis enxugam sempre as bagadas aos filhos antes de os alimentar e, se êles continuam chorando, limpam-nas continuamente.

Terá também tal doença aquela que comer ou beber com luz ou lume na mão.

Tambem é de uso corrente, para evitar a gôta, não se amamentar um filho sôbre chão molhado. Para tal operação procuram sempre as mãis sentar-se num sítio enxuto.

---

(1) Em Moncorvo por exemplo, tal prática tem o condão de a fazer feliz. J. R. Santos Junior, op. cit. pág. 15.

Para que as maleitas não ataquem as crianças é preciso que estas não saiam de casa depois do sol pôsto sem levar na cabeça um chapeu ou qualquer outra peça de roupa que pertença ao pai.

Fica tolhida e não cresce aquela que lhe passar uma galinha choca por cima da cabeça ou lhe tocarem com uma vassoura no corpo, a que passar por debaixo da mesa de jantar ou duma vassoura.

Igualmente não cresce nem aprende aquela a quem derem a comer miolos de porco.

Preserva de malefícios e bruxedos o facto de na água de lavar a criança se deitarem uns ramos de alecrim. Esta água do banho, dada a beber aos pequenos, torna-os bonitos [1].

Os filhos vão crescendo e novas práticas e outros cuidados esperam as mãis.

Se elas dormem de olhos abertos é sinal de que tem bichas.

Para que o cabelo cresça corta-se um pouco e enrodilha-se numa silva.

Para que não sejam esquecidas não devem comer do tacho ou da sertã. Dão-lhes os alimentos num prato ou numa tijela.

Para que fale cêdo é preciso evitar que beijem a sua imagem num espelho. Se o fizerem, só muito tarde começam a falar.

Se duas crianças que ainda não falam se beijarem, não começam a falar uma sem a outra.

As unhas tambem merecem cuidados especiais. Não vão para o céu as crianças a quem as cortarem com uma tesoura. As mãis roem-nas. Em Guimarães é crença que lhes tira o crescimento [2]. No Algarve pratica-se esta operação debaixo duma árvore e tem o condão de tor-

---

(1)—Igual prática em Guimarães torna-as engraçadas. Alberto V. Braga: op, cit, - pág. 383.

(2)—Alberto V. Braga—Op. cit.—pág. 43, 44, 397,

nar os pequenos habilidosos.

Se têm dôr de ouvidos, deitam-lhe nêstes leite morno dos seios de uma mulher.

Não devem pegar no lume porque tal prática faz com que urinem na cama.

Se urinarem sôbre o lume terão dôr de pedra (cólica vesical).

Se tiverem dôr de barriga esfregam-lha com vinagre.

Os dentes merecem grandes atenções. É preciso escondê-los das salamandras. Se adrega encontrar-se qualquer dêstes bichos repelentes, tapa-se a bôca com a mão ou cerram-se os lábios, para que elas não vejam os dentes, senão apodrecem.

Quando cái o primeiro dente é preciso que as galinhas não o comam, julgando-o um grão de milho, pois se isso acontecer não nasce outro. Deita-se ao borralho e diz-se: "Dente fora, c. . . na cova", para que logo venha outro em seu lugar [1].

Terá dôr de dentes aquele que deitar canas sêcas à fogueira na noite de S. João.

Não casará o rapaz ou rapariga que, ao deitar lenha ao lume, esta caia sôbre a trempe.

As maleitas ainda podem pela vida fora tolher a criança, principalmente se ela tiver sido amamentada sôbre as águas do mar. Para evitar êsse mal, até aos sete anos, durante os três dias das ladainhas de Maio, devem dar-lhes leite de vaca, de mãi e de filha, de manhã, em jejum.

Se têm frieiras, lavam-lhas com vinho branco quente.

---

(1) — Sôbre o arremesso de dentes e cerimónias rituais que o acompanham veja-se: André Schellings e P. Saintyves em artigos da *Rev. Anthropologique* de 1929, pág. 406, 407-411; J. de Vries, idem, 1930, pág. 87; José de Pinho em *Pátria* vol. I. 1931 pág. 54; idem, *Trab. da Soc. Port. Antr. Etn.* vol. V. Pôrto 1931, pág. 37; Barbosa Soeiro em *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, 1931, pág. 17; idem *Rev. Anthropologique*, 1930, pág 40; e J. R. dos Santos Júnior, *Trab. da Soc. Port. Antr Etnol.* vol. V. 1932.

Se têm qualquer inflamação nos olhos, lavam-nos com água de videira branca, que se obtem por ocasião das podadas. Dá-se um golpe numa poda da videira e se esta começa a deixar correr seiva em grande abundância, ata-se-lhe na ponta um frasco, de maneira que o liquido caia pelo gargalo [1].

Não se devem contar as estrêlas, porque faz nascer cravos ou verrugas nas mãos, e nascem tantas quantos daqueles astros se contarem. Curam-se os cravos com leite de figueira ou de erva ceruda [2]. Tambem se curam esfregando-os com uma couve que se encontre no caminho, escondendo-a depois por detrás duma pedra, desaparecendo as verrugas à medida que a couve fôr secando.

Se têm tosse ou estão constipadas, dá-se-lhes chá de milho vermelho.[3].

As impigens curam-se esfregando-as de manhã em jejum com tinta de escrever e dizendo: «*Impinja rabinja*, assim tu medres tanto como eu hoje comi e bebi».

Seria longa a enumeração de uma séria de práticas, muitas das quais comuns a crianças e adultos, que se realizam para tratamento de algumas moléstias.

Devo, porém, dizer que, muitas das que atrás vão mencionadas têm uma aplicação e uso muito restrito.

No geral a população de Outeiro, muito religiosa, não acredita em bruxedos ou feitiçarias, em gentes que

---

(1) — A aplicação da infusão de flôr de sabugueiro ou rosas de Alexandria, bem como de leite com água morna, é desconhecida. Alberto V. Braga, op. cit pág. 398.

(2) — Idem, idem, pág. 399 — Alexandre Lima Carneiro e Fernando de Castro Pires de Lima: *Medicina popular minhota*: «Rev. Lusitana Vol. XXIX, Pôrto 1932. Fernando de C. Pires de Lima: *A medicina popular em S. Simão de Novais* «XV Cong. Int. Anthr. Arch. Préh. Coimbra-Pôrto, 1930. pág. 686.

(3) — Para esta e outras práticas veja-se: Ten. Afonso do Paço: *Usos costumes, contos, crenças, e medicina popular*, «Revista Lusitana, Vol. XXVIII — Pôrto, 1930.

têm pacto com o diabo. Por isso não há bruxas na freguesia, nem, que me conste, práticas de espinhela caída, passagem ao vime, etc.

III—Contos e lendas

As crianças gostam sempre que lhes contem contos, e alguns dêstes recolhi no trabalho atrás citado: *Usos, costumes, contos, crenças e medicina popular,* como: "O coelho rabicho", "O pecado da feiticeira", «O sapateiro e a feiticeira, sua mulher" (1). Por serem longos e desnecessários não os transcrevo aqui.

IV—Canções

Desconheço canções próprias da criança, além das que as raparigas costumam cantar em danças de roda, como a "Carrasquinha" e outras, muito vulgares por todo o país.

V—Jogos

São êstes, no geral, praticados pelos rapazes. Não há dêles grande variedade: a «bilharda», o "rapa" por ocasião do Natal e dos pinhões, a "cabra cega", o "eixo", o "cantinho", etc. O *foot-ball,* pelo hábito de andar descalços, pode dizer-se que não se pratica. Outras distracções se procuram: no inverno fazem nos regatos azenhas e moinhos de água. Em época mais ventosa e quando aquele líquido escasseia, fazem moínhos de vento. Quando há ninhos, armam ratoeiras aos pássaros e caçam-nos ao laço, etc. mas tudo isto são brincadeiras de rapazes.

---

(1)—*Revista Lusitana,* Vol. XXVIII, Pôrto, 1930.

VI—Vestuário

Não há, pode dizer-se, para as crianças um trajo próprio, mas apenas uma imitação, de menores dimensões, da indumentária dos adultos, usando os rapazes de preferência na cabeça uma boina.

O vestuário das raparigas não imita em tudo o das mulheres. O «vestido vermelho» da região, tão rico, não tem equivalente nas crianças do sexo feminino, havendo sòmente às vezes uma cópia muito simples.

VII—Vida escolar e agrícola

Aos sete anos a criança vai para a escola. Até há um quarto de século, só os rapazes aprendiam a ler por não haver escola para raparigas. Hoje, com a criação de uma escola do sexo feminino, obra de um benemérito da localidade, os dois sexos freqüentam as aulas.

Aos dez anos, em geral, deixam a escola e passam a ajudar mais intensivamente os pais nos trabalhos agrícolas. Claro que até aí, e desde muito pequenas, fazem trabalhos de menor responsabilidade, como apascentar o gado, auxiliar nas lides da casa, etc.

VIII—Festas do ano

Durante as festas do ano, na aldeia ou vizinhanças, a criança tem sempre a sua parte, o mesmo acontecendo nos dias em que a família convida parentes e amigos.

Pelo Natal, ocasião de grande contentamento na família, se tristezas não escurem os horisontes da alma, trazem as mãis para casa figos sêcos, castanhas, nozes, amêndoas, avelãs, etc. e, depois da ceia, distribue-se a cada pessoa um quinhão daquelas espécies de frutos sêcos, que se guarda numa saca, e por isso se denomina a "saca" ao continente e seu conteúdo. As crian-

ças, no geral, comem pelos dias adiante o seu quinhão, que pouco dura, e ajudam o dos adultos, pessoas mais parcimoniosas.

Por esta ocasião as pinhas mansas e os pinhões são o seu maior atractivo, jogando os mais crescidos com êles "o rapa".

Pelo "Entrudo", nos tempos que vão correndo, não há, pode dizer-se, divertimentos especiais, mas apenas solenidades religiosas em desagravo ao Senhor, de tantas ofensas que se lhe fazem em tal época do ano.

Outrora havia combates de "laranjadas" entre dois grupos contendores, que às vezes duravam grande parte da tarde de domingo gordo.

Pela Páscoa, com a visita pascal feita pelo páraco a casa de todos os seus fregueses, as crianças andam de casa em casa de parentes e amigos e no geral os padrinhos e tios dão-lhes o "folar": rôscas de pão trigo (1), «ovos *tingidos*» (2), dôces, dinheiro, etc.

Depois da Páscoa é raro o domingo em que não há festas na aldeia ou nos arredores, com música e foguetes, e os rapazes andam numa roda viva, saltando vinhas e valados, à procura das canas daqueles. Na tarde da função, no adro da Igreja realiza-se o leilão, com venda de «rôscas» e «bichos», e não há petiz que saia de lá sem os pais lhe comprarem qualquer daquelas figuras de pão (3).

Nos mêses de Maio e Junho a vida religiosa da cri-

---

(1)—Estas "rôscas", de maiores ou menores dimensões, têm a forma de U e não são redondas como em algumas regiões do país.

(2)—Os "ovos *tingidos*" obtêm-se da seguinte maneira: Numa "caçarola", ou "caçola", como sóe dizer-se, cozem-se alguns ovos, em cuja água se deitam cascas de cebola. Estas dão uma côr avermelhada aos ovos.

(3)—Veja-se sôbre êste assunto: Afonso do Paço: "Mordomarias", in *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, vol. I. Viana do Castelo, 1932.

ança é mais intensa. Em Maio, por ocasião do mês de Maria, tôdas as tardes há o ensino da doutrina cristã, preparativo para a primeira comunhão que se deve realizar em Junho.

A primeira comunhão solene das crianças é sempre uma festa de grande importância na aldeia. Nos últimos tempos da monarquia, chegava mesmo a ir tropa de Viana para fazer a guarda de honra ao altar, o que, com os toques e cerimonial da ordenança, dava um efeito surpreendente.

Em Junho há tambem a festa de S. João. Os rapazes faziam outrora um peditório de porta em porta e com o dinheiro obtido compravam foguetes, armavam um arco vistoso que se ornamentava de flôres, faziam iluminações ditas "á moda do Minho" e, finalmente, envolviam em abundantes «felgas» (2) um pinheiro, a que se lançava fogo no final da festa, que na noite daquêle santo tinha lugar.

A função de maior nomeada é a das "Feiras Novas", as festas da Agonia, que se realizam em Viana depois de meados de Agôsto.

A estas festas acorre o rapazio dos arredores da cidade, ávido de vêr as maravilhas das feiras, os divertimentos, as mil e uma coisas lindas que se vendem, os "gigantones e os cabeçudos"... as cornetas de barro e os assobios, as gaitas de folha e os pandeiros, não havendo miúdo que arranque da feira sem que lhe comprem um "boneco".

Vêm depois as colheitas, as vindimas. A aldeia vive intensamente a sua vida. As pisadas, o vinho novo, tudo são motivos de grande alegria. O rapazio anda em contínua festa.

Chega depois o mês de Novembro e com êle as

---

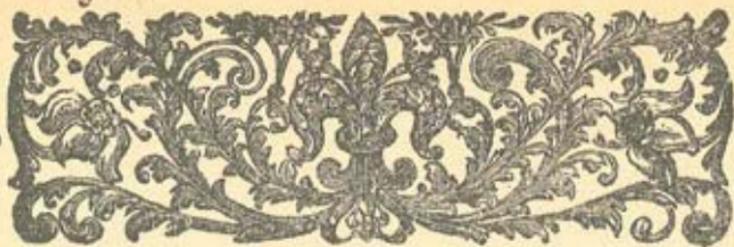
(2)—Ervas daninhas que ficam quando se ripa o linho. Depois de sêcas, utilizam-se nas fogueiras de S. João.

matanças. Hoje em casa dêste, amanhã na daquêle, parentes e amigos reúnem-se em pequena festa. Seguro o animal sôbre o chedeiro do carro, os rapazes agarram-no pela cauda e, depois de chamuscado na eira, apanham as unhas, que, às escondidas, vão meter no pote do arroz se a cozinheira não está com cuidado, enxotando os mafarricos da cozinha.

A vida da criança passa, entra-se na juventude, já não interessam as brincadeiras infantis. Um dia, quando menos se espera, no final duma festa, depois do leilão, quando começam a sair os pares de conversados, dois jovens iniciam um namôro e, afrontando todos os olhares curiosos, marcam uma nova etapa na sua vida, «botam o navio ao mar» (1), deixam para sempre a vida descuidada da infância.

Lisboa, Janeiro de 1937.

AFONSO DO PAÇO

(1)—Tenente Afonso do Paço: *Usos & costumes etc.*

UM QUADRINHO ASSINADO DE JOÃO PEDRO BINHETTI

o estado em que se encontra a história da pintura em Portugal, com centenas de nomes de artistas extraídos de documentos e centenas de quadros dispersos em museus, igrejas, conventos e residências, mas relativamente poucas relações seguramente estabelecidas entre os pintores e as pinturas, encontrar uma obra assinada e datada tem sempre alguma importância, ainda que ela seja de valor artístico secundário, porquanto nos permite reduzir a extensa lista dos autores cuja actividade é desconhecida, excluir um nome e, porventura, relacionar êsse primeiro trabalho identificado com outros, fazendo atribuïções por afinidades de técnica e de estilo.

Êste é o caso de um quadrinho de João Pedro Binhetti, assinado e datado de 1760, que pertence ao meu prezado amigo Francisco de Abreu Castelo Branco, residente no Pôrto.

Que eu saiba, João Pedro Binhetti era já desconhecido quando o ilustre historiador de arte dr. Vergílio Correia recordou o seu nome, que encontrou nos *Rois de*

confessados de Santa Catarina, relativos ao ano de 1741, na interessante conferência que proferiu no curso de férias da Faculdade de Letras de Coimbra, em 7 de Agôsto de 1931, sôbre os *Artistas Italianos em Portugal*, na primeira metade do século XVIII [1].

Graças à notável actividade daquele distinto investigador, ficámos sabendo que João Pedro Binhetti era milanês e vivia em 1741 ao fundo da Calçada do Combro, com Tomaz Bellot, tambem pintor e milanês. Mas não se conhecia qualquer obra sua.

Cirilo Volkmar Machado [2] dá-nos certos elementos biográficos do pintor decorador José Carlos Binhetti, alguns dos quais foram, mais tarde, reproduzidos no valioso dicionário de Raczynski [3] e no belo volume do dr. Xavier da Costa, consagrado às belas artes setecentistas [4].

José Carlos Binhetti, nasceu em Lisboa e teve parentes italianos. Foi, com Manuel Piolti, discipulo de Jácome Azzolini, e, quando êste artista dirigia, no Teatro Régio da Ajuda, os trabalhos de decoração cénica para a ópera *Assur*, executou, por proposta do mestre, o cenário do templo. De raro talento (como diz Cirilo), traduziu e ilustrou as *Regras das cinco ordens de arquitectura*, de Vignola, obra publicada na Capital em 1787. Teve morte súbita, em 1816, aproximadamente. Ha quem suponha ser dêste Binhetti o retrato a óleo, de corpo inteiro, de D. João V, que se encontra, ricamente emoldurado, ao fundo da terceira sala da Biblioteca da Universidade de Coimbra, pintura que alguns atribuem a Joaquim Fortunato de Novais.

¿Que parentesco ligava José Carlos a João Pedro Binhetti? Não sabemos ainda.

Por agora, limitar-me-hei a falar da única obra sua que conheço, e cuja reprodução é agora publicada pela primeira vez, a ilustrar estas linhas.

---

(1) Ver as notas no final do artigo.

A VIRGEM E O MENINO JESUS
Quadro de J. P. Binhetti

T. VII, PÁGS. 230

*

O quadrinho inédito de João Pedro Binhetti, representa o seguinte:

ASSUNTO: — "A Virgem e o Menino".
DIMENSÕES: — Altura, 295^{mm}. × largura, 225^{mm}.
SUPORTE: — Papel *vergé* azul colado sôbre tela.
PROCESSO: — Desenho a pastel.
ASSINATURA E DATA: — (no reverso, pintadas na tela)
«João Pedro Binhetti
Pinxit *1760*».

DESCRIÇÃO: — O desenho é em oval, formando como que uma cercadura num tom de terra de Siena queimada; os cantos são de azul da Prússia, de pouca espessura.

A composição é constituida pela figura da Virgem com o Menino ao colo. A mãi do Senhor é representada do tronco para cima, sem as mãos, com um tecido amarelado sôbre a cabeça, cabelos castanhos e olhos azuis; o seu vestido é indicado a grená, e o manto, que se vê ao lado do Menino e atrás de Nossa Senhora, é azul da Prússia. Tonalidades a sépia sombreiam o peito e o tecido que cobre a cabeça da Virgem.

O Menino, de cabelos loiros e olhos azuis, envolvido até à cinta por um tecido branco, e nú para cima, estende os bracinhos para o colo de sua Mãi; o vermelho dos seus beiços e o que aviva o contôrno dos dedos, são, de entre tôdas as côres, as mais vivas.

Os tons delicados da carnação, na testa, na face iluminada, no nariz, no braço direito e nas costas do Menino, são de rosa pálido; outras côres rosadas cobrem as faces, a testa e o peito da Virgem. Os tons de tejôlo escuro que marcam o desenho do hombro e avivam as linhas de contôrno das pálpebras, da narina e dos lábios da Virgem, e bem assim os principais traços fisionómicos do Menino e o limite superior do seu braço direito, são os mais espessos; e as côres do fundo constituem a

camada mais leve de todo o quadro.

PROCEDÊNCIA: — O sr. Francisco de Abreu Castelo Branco recebeu esta obra de arte, por herança, de seu pai, Manuel Nicolau de Abreu Castelo Branco, terceiro conde de Fornos e dono da casa do Minhocal, em Celorico-da-Beira.

Pôrto, Janeiro de 1937.

LUIZ REIS SANTOS

(1) Vergilio Correia. *Artistas Italianos em Portugal. Século XVIII (1.ª metade)*. Coimbra, 1932. Separata da revista "Biblos". pág. 14

(2) Cyrillo Volkmar Machado. *Colecção de Memorias*. Lisboa, 1823. págs. 152 e 238.

(3) Le Comte A. Raczynski. *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*. Paris. 1847, págs. 18 e 29.

(4) Luiz Xavier da Costa. *As Belas Artes Plásticas em Portugal durante o Século XVIII*. Lisboa, 1934, pág. 80.

O MAIS HORROROSO CASO SUCEDIDO NO FUNCHAL

CORRIA o ano de 1492, quando o capitão João Gonçalves da Câmara, o segundo tanto no nome como na jurisdição do Funchal, ao dirigir-se para o reino, encarregou sua filha, D. Constança de Noronha, de dar início às obras de edificação do mosteiro de N. S. da Conceição, para a fábrica do qual já conseguira breve pontifício, passado em Roma a 4 de Maio do ano da Graça de 1476, pela Santidade de Xisto 4.º.

Deu D. Constança realização imediata ao desejo paterno dispondo de tal modo o necessário que, por 1495, se encontrava sofrivelmente preparada a clausura. E no mesmo ano, ou seja três anos após a sua elevação ao sólio pontifício, vemos o espanhol Bórgia, pelo breve *Ex injuncto nobis*, autorizar que esta casa seja de *regular observancia, obedecendo em tudo ao Guardiaõ do Funchal*, e, do mesmo passo, a enviar para ali os *pr.os fundadores e quatro ou sinco religiozas do Mosteiro da Conceiçaõ de Beja*. Nomeia ainda para primeira abadessa D. Joana de Noronha, filha do fundador, e entrega a êste valoroso capitão o padroado conventual.

Tiveram ainda as recolhidas outras regalias, como a de *comer carne, laticinios e ovos na forma em q. o fazem os seculares*, acompanhados todos êstes privilégios de bênçãos especiais para doadores e visitantes.

Mas nem só de Alexandre 6.º receberam obséquios, pois vemos o venturoso D. Manuel a conceder-lhes a faculdade de possuir juiz privativo para execução de seus rendeiros, e ainda, possivelmente, outras dádivas—em que era tão generoso—de que não nos chegou notícia.

Na igreja dêste mosteiro repousa João Gonçalves Zarco e quási todos os seus descendentes até Simão Gonçalves da Câmara, 1.º conde da Calheta, segundo do nome e quinto capitão donatário.

Muitas foram as religiosas que nesse retiro floresceram em virtudes, e vários os episódios ali sucedidos, que as trouxeram alarmadas.

Socorrendo-nos de Henrique Henriques de Noronha, [1] diremos algo sôbre aquele que maior pavor ocasionou na então pacata vila do Funchal.

Gaspar Frutuoso [2] e Fr. Manuel da Esperança, [3] fazem referência *a taõ hediondo acontecimento*; porém, mal informados, atribuem-lhe a data de 1650, quando, segundo H. Henriques—sempre tão exacto nas suas memórias—só poderia dar-se no espaço de tempo que preenche os anos de 1515 a 1520, em virtude de em 1521 ser falecido o mestre-escola protagonista do episódio, como deduzimos da nomeação, para esta dignidade, de Gonçalo Martins, que ainda em 21 de Julho do mesmo ano dirigia os trabalhos da igreja do padroeiro S. Tiago.

Mas... é tempo de satisfazer a espicaçada curiosidade dos leitores da «Feira» e, para sossêgo nosso, aí

(1) *Memorias Seculares e Ecclesiasticas para a composição da Historia da Diocesi do Funchal*, manuscrito da Biblioteca Municipal do Funchal. Cap. VI do Titulo VII.

(2) *Historia das Ilhas*, Cap. 33.

(3) *Historia Serafica*, p. 3.ª L.º 3.º Cap. 27.

vai a *mais nefanda cousa* de que há recordação nos anais da Madeira.

Era, por êstes tempos, a solidão claustral sobressaltada por *hum afantasma q. de noite com terramotos na Igreja as porturbava dos exercicios do côro, arrastava cadeas, gemia, e suspirava de tal modo*, que fazia com que as gentis freirinhas fugissem da prática de seus deveres.

Aliava João Rodrigues Dório, mestre-escola daquele recolhimento, à sua boa conduta moral uma coragem pouco vulgar. Assim, resolve-se uma noite a pôr a limpo tão horripilante atentado; e ei-lo encerrado na igreja, depois das Avè-Marias, acompanhado unicamente do seu natural valor.

Depois de expor o *Santiss.º e revestido se pos em oraçam diante o Altar.*

Estava êle recolhido havia pouco em sua piedosa devoção, quando sente o *estrepido de hum horrorozo e repentino estrondo, q. lhe pos deante os olhos o medonho transunto do Inferno.* Não se amedronta o corajoso devoto e intima a aparição para que, *da parte de Deos, dicesse, o q. queria e q.m era;* e, depois de parlamentar com o inimigo, ordena a abertura do jazigo de hum corpo sepulto, havia tempos, na mesma igreja, o qual, por sua ordem, é trasladado para um sítio pouco acima do mosteiro, *onde chamaõ a Achada,* e ali, entre uns vinhedos, entregue à terra.

Foi êste local, mais tarde, assinalado com uma cruz.

Frutuoso diz que o morto era homem notável por sua virtude e honradez, mas que o demónio, certamente para o infamar, tomaria *aquelle corpo fantastico, e se faria na sua forma,* mas que *outros dizem q. na hora da morte duvidara do SS. Sacram.to e q. por isso lho acháraõ na boca, qn.do o dezenterráraõ,* sendo ainda muitas outras as causas a que atribuem tão desagradável sucedimento.

A verdade é que, segundo o mesmo H. Henriques, o claustro ficou desde então *dezabafado* e o mestre-escola *dalli emdiante como asombrado*, sendo certo *q. naõ viveu mt.os annos depois deste sucesso*.

E assim poderam as freirinhas de S.ta Clara, por muitos anos ainda, dedicar os ócios ao aperfeiçoamento de suas especialidades doceiras, livres de tão indesejável visitador.

FERNANDO DE AGUIAR

Funchal
Abril, 1937

POEIRA DOS TEMPOS

XLIV — COMO SE FAZIA LUME (1)

« . . . . E a candêa
"Tão cedo se apagou! Esta hé bonita!
"Deixa-me petiscar.» Resmoninhava
C'o somno estonteado o *Mestre-Espinha*:
E logo, abrindo a bocca, e dando aos hombros,
E coçando-se muito nas ilhargas,
Foi ás apalpadellas procurando
Na sebenta, e deserta prateleira,
No lodôso pojál dos çujos pótes,
E debaixo da banca mal segura
A caixinha da isca; mas debalde,
Que, como a casa andou n'hum redomoinho,
Adeos isca, adeos méchas. . . . . . .
. . . . »

Nuno Álvares Pereira Pato Moniz — *Agostinheida*. Londres, 1817, pág. 31 e 32.

---

(1) A pág. 50 e 51 dêste vol. sairam erradamente numeradas as "poeiras" XLI e XLII, em vez de XLII e XLIII. Agora se corrige o engano.

BIBLIOGRAFIA SOBRE A FEIRA DA LADRA DE LISBOA

Mais quatro espécies a avolumar as listas publicadas pelos srs. coronel A. Vieira da Silva e pelo falecido dr. Carlos Santos no vol. VI desta revista, págs. 98 e 160, respectivamente:

1885 — Alfredo Gallis — *A Feira da Ladra*, in "A Illustração Portugueza", 1º. ano, nº. 52. Lisboa, 22 de Junho de 1885.

1914 — A. Forjaz de Sampayo — *Depois da morte*, in *Lisboa Trágica*. Lisboa, 1914, págs. 165.

1923 — Ribeiro Christino — *Um giro pela «Feira da Ladra»*, in *Estética citadina*, Lisboa, 1923.

1924 — *Guia de Portugal*, vol. I (Generalidades — Lisboa e arredores). Lisboa, 1924, págs. 303-304.

PALAVRAS NECESSÁRIAS

Teem sido nnmerosos os livros e publicações enviados quer à "Feira da Ladra", quer pessoalmente ao seu director.

Manteve esta revista uma secção bibliográfica em que tais ofertas eram noticiadas, ainda que sucintamente. Por motivos já expostos, houve que suprimi-la, passando a ser feitos por carta os agradecimentos e impressões da leitura. Espera a direcção restabelecê-la logo que as circunstâncias o permitam; emquanto, porém, o não faz, reitera os agradecimentos aos snrs. autores e editores, e testemunha-os, penhorada, àqueles a quem por lapso não foram enviados.

Quere, outrossim, a mesma direcção saudar os seus novos colaboradores, e agradecer a êstes e aos antigos a sua cooperação preciosa sem a qual não seria possível a existência da "Feira".

Fim do Tomo Setimo

ÍNDICE

OS ARTIGOS PRECEDIDOS DE ASTERISCO, SÃO ACOMPANHADOS DE GRAVURAS.

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

Assinatura:
6 números, 20 esc.

Número avulso
4 escudos

Redacção e Administração:
Rua de Santa Ana, à Lapa, 77